

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
CURSO DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

INTERVENÇÕES GOVERNAMENTAIS SOBRE MOVIMENTOS
DE INVASÕES DE TERRENOS URBANOS: ESTUDO DE
CASOS NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

EM 1983

MONOGRAFIA APRESENTADA À
ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

RODOLFO PINHEIRO DE MORAES

RIO DE JANEIRO

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CURSO DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

INTERVENÇÕES GOVERNAMENTAIS SOBRE MOVIMENTOS
DE INVASÕES DE TERRENOS URBANOS: ESTUDO DE
CASOS NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

EM 1983

198907 629

T/EBAP M8271



1000054249

MONOGRAFIA DE MESTRADO APRESENTADA POR

RODOLFO PINHEIRO DE MORAES

E APROVADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 1988

PELA COMISSÃO JULGADORA

ROSSI AUGUSTA ALVES CORRÊA
Ph.D. em Administração Pública

PAULO ROBERTO DE MENDONÇA MOTTA
Ph.D. em Administração Pública

EDUARDO OLIVEIRA DAPIÊVE
Mestre em Administração Pública

SUMÁRIO

Esta dissertação tem como tema a atuação da Administração Pública na gerência de conflitos urbanos, em tempos de abertura política, atuando sob pressão da imprensa e das massas.

O caso estudado gira em torno destes elementos: o movimento de invasões ocorrido no município do Rio de Janeiro, em 1983; as respostas da Administração Pública chefiada pelo 1º Governador eleito, por sufrágio direto, desde 1965; e as críticas da imprensa.

A exposição se divide em três partes.

Na 1ª parte (Introdução) o autor demonstra a força nova do movimento de invasões, a antiguidade dos problemas habitacionais da cidade e os limites político-ideológicos que condicionaram a estratégia da Administração Pública, da imprensa e dos próprios invasores.

No método, o autor propõe uma interpretação generalizante e flexível (eminentemente qualitativa) para compreensão dos acontecimentos recortados nos primeiros 100 dias do novo governo.

O referencial teórico foi baseado em conceitos contidos na Teoria Geral dos Sistemas de Ludwig von Bertalanffy, principalmente os relativos aos sistemas abertos, cibernéticos e à teoria dos jogos.

A pesquisa consistiu basicamente em coleta de registros (reportagens) dos principais jornais da cidade, observações pessoais do autor em contatos diretos com invasores

res e autoridades governamentais, além do estudo geográfico das condições estáticas da região mais invadida da cidade.

A 2ª parte descreve a evolução das intervenções governamentais em disputa estratégica com outros Sistemas Políticos (imprensa e invasores), num jogo que objetiva legitimar as respectivas posições perante a Opinião Pública.

A evolução deste jogo está dividida em três capítulos, ditados pelo ciclo vital do movimento invasor: ascensão, crise e declínio.

Na 3ª parte o autor conclui pela eficiência dos Sistemas Políticos Abertos, em termos de política habitacional para população de baixa-renda, comparando-a, após pequeno retrospecto histórico, com a ineficácia do planejamento laboratorial, regido pela racionalidade dos Sistemas Fechados.

Para NILZA, NELMA, MARIA JOANA e LAURA BEATRIZ

AGRADECIMENTOS ESPECIAIS

- . aos programas da CAPES e CNPq pelas bolsas de estudo nos anos de 1982 e 1983
- . à professora ROSSI AUGUSTA ALVES CORRÊA, pela dedicação ao magistério e pela coragem de superar preconceitos na busca de novos horizontes para o ensino da administração pública brasileira
- . ao mestre EDUARDO DAPIÊVE, exemplo de seriedade acadêmica
- . às funcionárias da Secretaria da EBAP
- . às bibliotecárias da FGV
- . às funcionárias do extinto Arquivo de Documentação sobre Política Governamental Brasileira
- . aos colegas da turma de mestrado de 1982/83
- . aos homens do povo que me contaram segredos e acreditaram na minha boa-fé
- . aos repórteres dos jornais cariocas

INDICE

I	-	INTRODUÇÃO	1
		1. - O Fato	1
		2. - O Problema	3
		3. - O Objetivo	7
		4. - O Método	7
		4.1. - Quadro conceitual: a problemática na perspectiva dos sistemas	8
		4.2. - A natureza instrumental da Administração Pública e sua substância: o Sistema Político	10
		4.2.1. - O operador qualitativo	11
		4.2.2. - O Estado como Sistema Político máximo e sua natureza formal: Os Sistemas Políticos inclusos em confronto.	14
		4.2.3. - Sistemas Políticos, Opinião Pública e Movimentos Sociais Urbanos	16
		4.2.4. - O direito à moradia	18
		4.3. - A tese	21
		4.4. - A pesquisa	30
		4.4.1. - A imprensa, fonte problemática e os problemas finais da metodologia	30
		4.4.2. - Coleta de material	34
		4.4.3. - Estrutura do trabalho	35
II	-	EVOLUÇÃO DAS INTERVENÇÕES GOVERNAMENTAIS SOBRE AS INVASÕES - O JOGO	
		CAPÍTULO 1: 1ª FASE - A ASCENSÃO DO FENÔMENO	36

1.1.	- A expectativa estratégica	36
1.2.	- Peculiaridades de 2 jogadores	39
1.3.	- Cronologia na 1ª fase do jogo	43
1.3.1.	- Setembro de 1982	43
1.3.2.	- Dezembro de 1982	44
1.3.3.	- Janeiro de 1983	45
1.3.4.	- Março de 1983	47
CAPÍTULO 2: 2ª FASE - A CRISE		53
2.1.	- Táticas, cacifes, oportunidades, blefes e ameaças dos sistemas	55
2.1.1.	- Dos invasores	55
2.1.2.	- Da Imprensa	58
2.1.3.	- Da Administração Rio/83	59
2.2.	- Considerações sobre a ARENA do jogo	60
2.3.	- Cronologia da 2ª fase	64
2.3.1.	- Março	64
2.3.2.	- Abril	88
CAPÍTULO 3: 3ª FASE - O DECLÍNIO DO MOVIMENTO. FIM DO JOGO		131
3.1.	- Maio	132
3.2.	- Junho	142
3.3.	- Julho	144
III	- CONCLUSÃO	147
IV	- NOTAS	166
V	- ANEXOS	176
1.	- Artigos de jornais	176

2.	- Mapas	185
3.	- Observações "in loco"	194
4.	- Entrevistas	203
5.	- Peças do Processo de Reintegração de Posse	205
6.	- Carta aberta de posseiros ao Gover nador	214

VI	- BIBLIOGRAFIA	219
----	----------------	-----

I - INTRODUÇÃO

1. O Fato

Nos meses de março, abril e maio de 1983, a imprensa da cidade do Rio de Janeiro noticiou, em destaque, quase diariamente, o pique máximo de um movimento de invasões de terrenos vazios nos subúrbios - zona Norte - da cidade por dezenas e centenas de pessoas de renda baixa que rapidamente, em poucas horas, demarcavam os terrenos e levantavam edificações para moradia com todo tipo de material de construção.

Há registros e análises sobre casos semelhantes em outras cidades brasileiras:

"Salvador... onde as chamadas "invasões" constituem uma forma "tradicional" de ocupação do solo urbano pelas camadas populares" (1).

"No Recife... no final da década de setenta, início dos anos oitenta... quantitativamente falando, o modo dominante de aquisição de propriedade imobiliária foi através de invasões urbanas... Neste período, ocorreram no Grande Recife cerca de oitenta invasões de terrenos urbanos não produtivos. Quase uma por mês. Envolvendo cerca de 150 mil pessoas". (2)

Em São Paulo, na zona sul da cidade, "no domingo 6 de setembro de 1981, mais de três mil pessoas, com enxadas, facões e facas, invadiram a fazenda Itupu - uma área de 28 alqueires pertencentes ao IAPAS... - e abriram um rápido

loteamento, começando a construir suas casas". (3)

Embora as ocupações irregulares, por pobres, de terrenos abandonados e/ou de difícil acesso, como morros íngremes, mangues e alagados, no Rio de Janeiro, constituindo os grupamentos chamados favelas, componham o cenário desta cidade desde o início do século XX, AS INVASÕES como movimento descrito no 1º parágrafo ainda não tinham ocorrido.

Comenta Valladares:

"No Rio de Janeiro o padrão de ocupação tem sido a invasão gradual e/ou ocupação promovida pelos proprietários e também por cabos eleitorais e políticos". (4)

Portanto a tática ou a manobra para conquistar e assegurar "moradia" utilizada por muitos dos pobres, nesta cidade, consistia na invasão clandestina, sempre constituída, em início, incerta e precariamente, muitas vezes procurando a comiseração pública, para depois irem chegando, lentamente, novos invasores até a saturação máxima e quase impenetrabilidade do espaço invadido. É a favela.

Essa tática é vitoriosa. O comportamento descrito conseguiu estabilizar a posse de terrenos de favelas no Rio de Janeiro. As favelas adquiriram personalidade sócio-cultural e jurídica, através de suas associações de moradores e "Escolas de Samba". Existem no Rio de Janeiro, favelas quase centenárias com habitantes de três e quatro gerações, e, nos anos oitenta somam mais de 400 com cerca de dois milhões de habitantes.

As invasões objeto deste trabalho, contudo, foram feitas, "às claras", por massas de pessoas, no tempo de

algumas horas do dia ou da noite.

Como a nova, recém-eleita, Administração Pública ligada à cidade, nas esferas de poder executivo estadual e municipal interviria para assimilar o fenômeno, também inusitado, foi a curiosidade que atraiu o pesquisador à época.

Passados três anos podemos dizer que estivemos diante de um fato social que reivindicamos como HISTÓRICO porque marcou a introdução de uma nova forma de apropriação de espaços vazios nesta localidade pela população mais pobre; porque provocou a definição precoce da política habitacional da Administração Rio/83, e porque foi a 1ª demanda social que exigiu a inibição da política de segurança do novo sistema Político empossados em 15 de março de 1983.

2. O Problema

A temática é a um só tempo político-ideológica e estratégico-administrativa, pois diz respeito à transmissão, conquista e manutenção do poder, seu exercício administrativo e à legitimação de seu uso.

Tanto a decisão das invasões como o estilo das respostas governamentais estão determinados por regras de natureza política.

Invadir nos anos oitenta, traduz um juízo de valor político.-

Aos primeiros contatos diretos com invasores e documentos ficaram excluídas, para efeitos de interpretação, hipóteses como ingenuidade, alienação ou irresponsabilidade

dos invasores. Não há inocentes.

O que realça naqueles episódios é menos a violência e o escândalo do conflito, ou a necessidade objetiva de moradia do que a capacidade de uma massa de pessoas perceber criticamente o que se passa na conjuntura política das elites da sociedade brasileira e carioca, e concluir pela oportunidade estratégica de invadir.

Temos por axiomático que a maior ou menor motivação dos pobres perceberem e personificarem e integrarem um sistema político está diretamente relacionada com o movimento maior de abertura política porque passa o Estado Brasileiro nos anos oitenta (liberdade de imprensa, anistia política, revogação dos Atos Institucionais).

Também é certo que a mudança no comportamento dos pobres do Rio de Janeiro e outras cidades, na forma das invasões, no caso, está relacionada com o ato maior deste processo de abertura, que foi a mudança na forma de investidura dos governadores dos Estados-membros da Federação Brasileira, de eleições indiretas para eleições diretas em 82.(5)

Parece claro que, sendo a maior parte da população pobre, e valendo o voto como "moeda eleitoral", as articulações de poder têm que estender seu discurso aos interesses daquela fração da sociedade.

Aquela mudança institucional teve rápida e profunda repercussão na organização social brasileira e carioca, principalmente porque aqui o apelo e os compromissos com a classe de baixa renda estabelecidos pelo Governador geraram as mais fortes expectativas do país. O Governador foi

eleito derrotando seus adversários de direita e de esquerda, indo buscar seu eleitorado na zona norte e na baixada Fluminense, um só continuum metropolitano que se estende triangularmente a Belo Horizonte e São Paulo.

Uma vez sendo regra que o comando máximo da hierarquia administrativa estadual (e municipal à época), seja feito por um Governador eleito, é evidente / consequente que todas as forças sociais, lideranças e grupos, tendam a se articular para eleger alguém que lhes traga algum proveito no manuseio (ou na omissão) dos poderes administrativos, especialmente o Poder de Polícia, latu sensu.

Decorre desta lógica política uma lei estratégica: as autoridades administrativas instituídas pelo voto popular não podem exercer, ostensivamente, seu poder repressor de Estado contra populares, sob pena de repercussões negativas em eleições futuras. Principalmente em se tratando de repressão à moradia, tida por todas as matrizes ideológicas de nossa sociedade como direito natural do homem (basic need).

No Rio, a questão habitacional ou da moradia ou da posse da terra, sempre foi objeto de barganha no jogo político-eleitoral, entre moradores favelados e políticos profissionais, sendo que em 1965, na última eleição para governador, anterior à de 1982, o candidato da situação (Administração Lacerda) foi derrotado, principalmente porque a oposição capitalizou politicamente a contrariedade e antipatia da população pobre e de setores da classe média orientados pela Igreja Católica (na liderança de Dom Hélder Câmara) contra a política de violenta remoção de favelados da Zona Sul para a

Zona Oeste da cidade, então Estado da Guanabara.

As remoções bem como as resistências, no período de fechamento político (1964-1980) foram objeto de uma série de trabalhos clássicos no urbanismo brasileiro. Tudo sobre a aquela época está dito em "Passa-se uma casa" de Lícia Valladares; "O Mito de Marginalidade" de Janice Perlman; "Sociologia do Brasil Urbano" de Leeds e Leeds; "Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro" de Carlos Nelson Ferreira dos Santos; "Habitação e Poder - da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional da Habitação" de Sérgio de Azevedo e Luís Aureliano Gama de Andrade.

O início dos anos 80 da abertura já traziam como exigência mínima ou primeira do "voto popular", a estabilização de algumas favelas de longa posse, mas ainda sob ameaça de remoção.

Não obstante, em 1983, houve a colocação mais radical, nova e objetiva do problema da moradia, no Rio de Janeiro, via invasões, causando o maior desafio à autoridade de uma Administração Urbana recém-eleita no Brasil de 82/83.

É que aparentemente, numa avaliação estratégica, nenhuma administração de grandes cidades poderia deter um movimento generalizado de ocupação de terrenos vazios em perímetros urbanos sem recurso à negação imediata, repressão policial, com remoção imediata dos invasores, prisão dos resistentes, demolição de construções, etc.

Destarte a Administração Rio/83, ainda em fase de estruturação esteve diante do seguinte dilema decisório, cujas alternativas ameaçavam o sistema político proposto e

eleito em 1982, de entropia, logo nos primeiros dias de sua vida administrativa: ou reprimir o movimento e frustrar as expectativas de um governo popular e contrair a simbologia que derrotou o sistema Lacerdista em 1965, ou liberar/omitir-se às invasões e assumir as consequências de um CAOS social e possível intervenção federal.

3. O Objetivo

Nosso objetivo ante tal problemática é inventariar e interpretar o comportamento e técnicas eficientes empregados pela Administração Pública, através da atuação de suas autoridades, seu chefe-máximo, o Governador, agentes e delegados, bens e organismos, para resolver o dilema das invasões, como de fato resolveram, durante o prazo crítico ou emergencial: os primeiros noventa dias de uma nova Administração Pública "de gauche" em tempos de abertura.

A finalidade ou a pretensão maior deste trabalho é produzir informações, a partir de generalizações explicativas e exegese das publicações sobre as invasões/83, sobre este fenômeno social-urbano recente de fisionomia nova, que tem colocado os sistemas administrativos de muitas cidades brasileiras em tensão, de forma poder melhor embasar as práticas formulativa e decisória da Administração Pública das cidades sobre seus problemas de moradia e políticas de ocupação do solo, nestes tempos de abertura.

4. O Método

4.1. Quadro conceitual: a problemática na perspectiva dos sistemas

A interpretação que aqui apresentamos está baseada no conceito de sistemas, especialmente no significado dado por Ludwig von Bertalanffy em sua Teoria Geral dos Sistemas. (6)

A partir do conceito geral de Bertalanffy, definimos sistema como "um conjunto de elementos em interação" (7) acrescentando que este conjunto é sintetizado numa unidade coerente, numa personalidade ou entidade.

Bertalanffy, citando Ackoff assim explica o conceito básico de sistema:

"Nas últimas duas décadas (50 e 60) assistimos à emergência do "sistema" como conceito-chave na pesquisa científica. Evidentemente, os sistemas já eram estudados há séculos mas algo novo foi agora acrescentado... A tendência a estudar os sistemas como uma entidade e não como um aglomerado de partes está de acordo com a tendência da ciência contemporânea que não isola mais os fenômenos em contextos estreitamente confinados, mas abre-se ao exame das interações e investiga setores da natureza cada vez maiores". (8)

A idéia de considerar conjuntos de relações sociais complexas, heterogêneas, ou totalidade mais ou menos indefinidas, como entidades, portanto organismos altamente complexos, diferenciados, com personalidade, é a base teórica desta dissertação onde apreendemos a fenomenologia que aqueles episódios encerram, a partir da exposição sistemática do

desempenho de três personagens (entidades sócio-culturais e políticas) num jogo político-estratégico:

- 1 - os invasores, enquanto subsistema das massas cariocas;
- 2 - a Administração Pública dos executivos Estadual e Municipal vigente no Rio/83, e
- 3 - a imprensa-periódica, como subsistema dos Meios de Comunicação de Massa. (9)

Bertalanffy, citando Ashby, aponta como um dos métodos de estudo dos sistemas, o empírico-intuitivo.(10) Estas duas formas de apreensão da realidade nos parecem adequadas para fundamentar a dissertação generalizante e flexível, que apresentamos, fora dos padrões de dissecação, levantamentos estatísticos, expressões e precisões matemático-quantitativas.

A dissecação de cada uma dessas personalidades fora do espelho do noticiário (a lavra empírica dos jornalistas) seria um esforço impossível não só porque está além das forças de um só pesquisador, como também porque não é possível distribuir questionários à massa volátil dos invasores, nem penetrar na intimidade da intelligentsia estratégica dos invasores, dos decisores públicos ou dos editores dos jornais.

Temos como axiomático, também, que o acesso direto e pessoal aos órgãos e personalidades dos sistemas administrativo, imprensa ou invasores não é mais interessante para uma análise ideológica, psicossocial, do que o recolhimen

to das notícias publicadas na imprensa, simplesmente porque deste meio depende a finalidade primeira - a publicidade favorável - a que se dirigem as atividades estratégicas de todas as entidades políticas.

Toda ação política tem objetivo público e como tal tem que passar pelo processamento de entidades de comunicação social entre as quais destacavam-se em 1982/83 os jornais da cidade. Já se disse que não existe opinião pública, mas opinião publicada. Ou que o importante é a versão, e não o fato. Ou mais ainda: que as versões fazem os fatos.

Como veremos na pesquisa, mais adiante, a partir da coleta das atividades de autoridades e invasores, como relatado e criticado nos jornais, podemos perceber e diagnosticar, as características fundamentais do jogo político-ideológico que se desenvolve na cidade do Rio de Janeiro, em busca da legitimação das novas entidades que surgiram ou ressurgiram e vicejaram nos tempos da abertura dos anos 80.

As formulações intuitivas são exploradas para caracterizar a vida do sistema político eleito em 1982 no Rio de Janeiro, seu crescimento e afirmação de sua identidade (estilo) a partir de princípios isomórficos comuns à linguagem dos sistemas biológicos, cibernéticos, aos modelos das teorias da informação, e, principalmente, dos jogos e dos sistemas abertos.

4.2. A Natureza Instrumental da Administração Pública e sua substância: o Sistema Político

Nossa problemática tem como sujeito privilegiado

de interesse a Administração Pública entendida como Charles Debbasch:

"L'administration publique... est constituée par l'ensemble de services publics dont la bonne marche permet la réalisation des objectifs définis par le pouvoir politique... L'administration constitue l'instrument de réalisation de choix politiques. Sa fonction est comparable a celle d'un intermediaire: elle assure, parallèlement au processus représentatif, le contact entre les gouvernements et les citoyens. A cette fin, elle informe, elle prépare, elle prévoit, elle exécute". (11)

No mesmo sentido diz Lordello de Mello:

"Administração é tomada... no seu sentido mais amplo e mais nobre, como processo de formulação e implementação de decisões governamentais...(12)

O Professor Gustavo Bayer, parece melhor resumir a natureza instrumental da A.P., nestas palavras:

"Realmente parece ter aceitação geral a tese de que a Administração é pura e simplesmente um meio para a consecução de determinados fins. Sendo assim, a definição destes fins passa a ter importância vital para a auto-interpretação da administração"... (13)

4.2.1. O Operador Qualitativo

A auto-interpretação que se faz necessária ante a multiplicidade de detalhes encontrados pela Administração, na prática cotidiana de gerenciar a 9ª maior cidade do mun-

do, exige um "operador qualitativo" colocado no sistema político que a comanda e que tem por finalidade primeira ser protegido pela eficiência e legitimidade da administração.

O operador qualitativo individualiza um conjunto de relações sócio-administrativas ou torna reconhecível o sistema, personalizando-o.

Como diz Ana Maria Brasileiro:

"Um sistema tem de comportar-se de uma maneira particular para chegar ao que pretende ser." (14)

A identificação ou a personalização de um sistema político, e ipso facto, administrativo, é estabelecida pelo que chamamos "operador qualitativo". (15)

O operador qualitativo de um sistema político pode ser um conjunto de dogmas (uma doutrina) ou uma pessoa carismática (líder/autoridade carismática).

Antes de definirmos sistema político, devemos esclarecer que, embora o operador qualitativo seja apenas um dos elementos do sistema político, sua existência e qualidade é condição essencial da sobrevivência desse sistema, e portanto de seus outros componentes.

No caso do Sistema Rio/83 o operador qualitativo está preenchido pela personalidade carismática do Governador.

O sistema político-administrativo é conduzido por ele e embora o ultrapasse no tempo e no espaço com ele se realiza nos anos 80.

Existe um sentimento, uma estética social que caracteriza cada sistema, e fora dos padrões e processos burocráticos, só é possível a construção de um sistema político aberto à imagem de um líder.

O General Golbery do Couto e Silva, em 1980, na Escola Superior de Guerra, em São Paulo, falando sobre o falecido Senador Petrônio Portella, assim descreve o líder político:

"... Tanto mais quanto menos consciente esteja o povo, esteja a nação de seu próprio destino, não manifesto ainda, que se esconda indeciso no crepúsculo de um futuro auroral. Mesmo porque, em circunstâncias tais, o papel magno do estadista será o de criador que parte de um quase nada, por vigorosa - quase direi, sagrada - empatia com a alma popular em seus impulsos menores, ainda sem clara afirmação no âmago da vontade coletiva, e, captando-os ainda em seu estado nascente, dá-lhes corpo coerente e conteúdo mais rico e com eles vem a inspirar, como que em promissora autofecundação, o próprio povo, para catequizá-lo e mobilizá-lo ao pragmatismo e dinamismo da ação efetiva. E esse é o líder verdadeiro, em seu profetismo arrebatador e carismático em quem o povo, a nação toda acaba por enxergar sua própria encarnação em moldes humanos." (16)

Francisco Campos em sua obra "O Estado Nacional" de 1937 apresentava uma interessante e real consideração sobre esse tema:

"... o segundo ponto a notar, no novo clima político criado no Brasil pelo acontecimento de 10 de novembro, é o caracter popular do Estado... somente um Estado que se encarna num chefe pode ser um Estado popular. O Estado sem chefe é uma entidade para juristas, algebristas e especuladores da política, da bolsa da indústria e da finança, interes

sados em que o Estado seja amoral, apolítico, neutro, indife-
rente, uma disponibilidade a ser usada nas combinações ou na
concorrência de interesses. O povo, como o Criador, não co-
nhece vontade abstrata. A vontade para ele, encarna na pes-
soa. O povo não conhece o Estado desencarnado reduzido a
símbolos e a esquemas jurídicos. O Estado Popular é o Esta-
do que se torna visível e sensível no seu chefe, o Estado do-
tado de vontade e de virtudes humanas, o Estado em que corre
não a linfa da indiferença e da neutralidade, mas o sangue
do poder e da justiça. O povo e o Chefe, eis as duas entida-
des do regime." (17)

Assim, existe na história e no pensamento políti-
co brasileiro, a possibilidade estratégica de direção da or-
ganização administrativa do Brasil por um sistema político
que identifique um líder às massas.

4.2.2. O Estado como Sistema político máximo e sua natureza formal. Os Sistemas Políti- cos Inclusos em Confronto

Ana Brasileiro faz a seguinte abordagem dos sis-
temas políticos:

"O sistema político é, em geral, considerado co-
mo um tipo de sistema social. Os autores divergem, contudo,
na identificação das unidades básicas desse sistema (pesso-
as, estruturas, ações, papéis, interações) e nos elementos...
A tendência tem sido a de se considerar as interações políti-
cas como unidades básicas e a possibilidade do uso efetivo

ou ameaça de uso de coerção física como a sua característica distintiva". (18)

Este isolamento, que a referida autora faz, do conjunto político a partir de uma só qualidade - a coerção - é importante para caracterizar o limite positivo da totalidade/entidade máxima, a partir da qual deduzimos nossas interpretações e permitimos intuições: o Estado Brasileiro.

O Estado Brasileiro como sistema formal obedece à lei de seu movimento em sístoles e diástoles sucessivas da vida nacional, tal como exposto pelo Gal. Golbery do Couto e Silva em Conferência na ESG/São Paulo, em 1980. (19)

Não obstante o monopólio da violência deste Sistema Formal, que é o Estado, a entidade que lhe nutre e dá conteúdo é o povo - a sociedade - como conjunto de elites e massas, onde estabelecem-se interações heterogêneas, biológicas, psicológicas, econômicas, geográficas, históricas, que se mantêm unificado, coeso, vivo por outras razões, além da força militar.

Evidentemente tais outras razões são produzidas ou sistematizadas por outras entidades políticas (sistemas políticos) sem a irresistibilidade do Estado mas com força ideológica para formar, destruir, criticar, influenciar e julgar o sistema político vencedor do último jogo eleitoral e que anima as atividades práticas/administrativas.

Estas entidades, mesmo as institucionalizadas, como as igrejas, são apenas parcialmente materiais e seu alcance ou elementos decorrentes não podem ser definidos com precisão matemática. Antes, sua organização atende mais a sentimentos e

a formas (estéticas) sociais de comportamento.

4.2.3. Sistemas Políticos, Opinião Pública e Movimentos Sociais Urbanos

Neste ponto já podemos definir sistema político como um conjunto de relações sociais entre frações das elites e das massas, que se mantém articulado por um discurso e comportamento específico em torno de uma intencionalidade de poder político: controlar a Administração Pública, via eleição do chefe do executivo e/ou controlar as decisões administrativas formando Opinião Pública.

A Opinião Pública configura-se no juízo social predominante sobre determinado tema, extraído da aplicação dos valores eficiência e legitimidade ao estilo administrativo do Sistema Político que tenha prevalecido na última transmissão do poder.

Resumidamente, os sistemas políticos, na acepção aqui dada, expõem juízos de valor sobre o comportamento social e administrativo que deva prevalecer em determinado espaço social. Atuam na área superestrutural da sociedade (na instância do dever-ser) numa dimensão maior e mais profunda do que os Partidos Políticos.

O conjunto de opiniões exaradas pelos diversos sistemas políticos existentes numa sociedade, quando chegam a princípios comuns (a Opinião Pública, por excelência), criam espaço ideológico que conduz os membros da sociedade a uma expectativa quanto à oportunidade e conveniência de realizar ditas idéias/direitos.

As invasões, como os movimentos sociais urbanos

em geral dos anos 80, constituem sistematizações políticas a poiadas em "unanimidades", atuando fora das estruturas tradicionais dos Partidos Políticos conservadores ou revolucionários.

Manuel Castells, um dos expoentes da sociologia marxista urbana, refere-se aos Movimentos Sociais Urbanos como:

"... sistemas de práticas sociais contraditórias que confrontam a ordem estabelecida a partir das contradições específicas da problemática urbana." (20)

Aliás, da matriz marxista geralmente partem críticas à teoria dos sistemas por equívoco de empregar este termo na exclusiva acepção da sociologia americana, chamada "funcionalismo". É o próprio Bertalanffy quem esclarece a diferença entre o funcionalismo e os propósitos da Teoria Geral dos Sistemas:

"A teoria funcionalista foi expressa de várias maneiras por Parsons, Merton e muitos outros. ...A principal crítica feita ao funcionalismo, particularmente na versão de Parsons, é que acentua excessivamente a manutenção, o equilíbrio, o ajuste, a homeostase, as estruturas institucionais estáveis e assim por diante, tendo como consequência que a história, os processos, as transformações socioculturais, o desenvolvimento interiormente dirigido, etc., são subestimados e no máximo aparecem como "desvios" com valor negativo. A teoria parece portanto, ser uma concepção conservadora e conformista, defendendo o "sistema" (ou a megamáquina da atual sociedade, conforme a expressão de Mumford)

tal como é, desprezando conceitualmente, e portanto obstruindo, as transformações sociais.

Evidentemente, a teoria geral dos sistemas na forma aqui apresentada está livre desta objeção, uma vez que incorpora igualmente a manutenção e a mudança, a preservação do sistema e o conflito interno, sendo portanto apta para servir de esqueleto lógico para uma teoria sociológica melhorada." (21)

Retomando os Movimentos Sociais Urbanos, podemos dizer que sua tática obedece aos seguintes princípios estratégicos próprios dos tempos de saída de um período de sístole para diástole: 1º procuram a difusão da responsabilidade, 2º procuram pressionar a contradição básica da ideologia liberal, base proclamada dos Sistemas Políticos havidos no país durante a última fase de sístole: igualdade e cidadania x desigualdade econômica e segregação social. (22)

4.2.4. 0 Direito à Moradia

Em relação ao direito à moradia ou à questão habitacional, todas as organizações, sistemas, entidades ou como se lhes chame, produtoras de juízos de valor sobre a conduta da Administração Pública ou sobre o comportamento social, têm forjado a Opinião Pública legitimando esse direito desde o ponto de vista da não-remoção de favelas até a ideologia tecnocrática do Sistema Financeiro da Habitação (a casa própria), constituído em 1964 e hoje completamente "à deriva."

Em torno do direito à moradia, articulam-se sistemas políticos desde o pós-guerra. Hoje existem Associações de Bairros, Moradores, Amigos, Federação dessas associações (FAMERJ), Federações de Associações de Favelas (FAFERJ), Comunidades Eclesiais de Base (CEBS) vinculadas à Igreja Católica, religião oficial brasileira.

A legitimação máxima do catolicismo à moradias faveladas, no Rio de Janeiro, deu-se em 1980 com a visita do PAPA JOÃO PAULO II à favela do Vidigal, presenteando a comunidade com um anel (carisma) "sagrado" e abençoando uma posse objeto de demanda judicial.

A Ordem dos Advogados do Brasil, através da seção do Rio de Janeiro, apresentou em maio de 1982, minuta de anteprojeto de lei para aquisição, por usucapião especial (5 anos), de imóveis urbanos, situados em favela, mocambo ou palafita, considerando no § 1º do art. 1º do anteprojeto:

"Para efeito do que dispõe esta lei, considera-se favela, mocambo ou palafita, o aglomerado de, no mínimo, 50 sub-habitações desprovido de infra-estrutura de saneamento e urbanização e cujas construções não atendam às posturas municipais." (23)

As universidades têm produzido enorme massa de análises críticas sobre a questão habitacional, tomando posições contrárias, por ilegítimas ou ineficazes, à política de remoção, construção de conjuntos habitacionais na zona rural e periferia, adotada nas décadas de 60/70, no Brasil, e especialmente no Rio de Janeiro.

Assim, esta produção ideológica penetra na sociedade

dade criando um espaço onde as invasões se legitimam.

O relatório de 1982 da FUNDREM (Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana) estabelecia, entre outras, as seguintes constatações sobre o quadro habitacional metropolitano do Rio de Janeiro:

" - a adoção cada vez mais acentuada de soluções faveladas para possibilitar a permanência junto ao centro urbano, ocasionando invasão de margens de rios, canais e vias expressas.

- a necessidade de reavaliar os programas do Sistema Financeiro da Habitação de maneira a permitir a ocupação de 1.200.000 lotes vazios na Região Metropolitana do Rio de Janeiro". (24)

Ainda por dados da FUNDREM, na década de 1970/80 havia necessidade real de 836.164 unidades sendo que das habitações construídas, somente 305.395 unidades o foram pelo mercado formal; acusando um índice de 63,6% de produção de moradias pelo mercado informal. (25)

Como se vê os fundamentos das invasões vêm se acumulando desde antes de 1982/83 quando formou-se o sistema político operado pelo Governador de então.

Nosso momento de análise situa a Administração Pública, assumida por aquele sistema político, enfrentando estrategicamente a explosão de um conflito desenvolvido a longo tempo no espaço ideológico carioca e que se realiza em 1983.

4.3. A tese

Nossa tese é que a Administração Pública Rio/83 só conseguiu absorver o movimento das invasões, ou deter o escândalo provocado pelas denúncias sucessivas da imprensa e outros sistemas políticos antagônicos, porque usou a estratégia dos Sistemas Políticos Abertos.

O dilema antes posto na Problemática desta dissertação (item 2.) está colocado como hipótese estratégica continente à lógica dos sistemas fechados ou mecânicos.

Os sistemas político-administrativos fechados atuam para a sociedade, à qual estão abertos somente em termos de controle informacional; ao passo que os sistemas político-administrativos abertos, no sentido próprio, atuam em troca permanente e direta de seus componentes com a sociedade.

As expectativas geradas pela eleição do Governador, e a exploração que delas fizeram, face às invasões e outros fenômenos, revelaram a concepção estratégica fechada dos sistemas crítico-antagônicos.

Realmente um sistema administrativo fechado, recebendo superaquecimento de demandas sociais (face às perspectivas de mudanças oferecidas com a campanha eleitoral vitoriosa de 1982), estando, ainda, com mecanismos de conversão incipientes, em fase de estruturação. E mais: não podendo reprimir, enviando "bits" positivos (por permissão/omissão/aprovação do método) ao meio ambiente social, donde retornam demandas ainda mais aquecidas, será conduzido nos termos da

2ª lei da termodinâmica, à entropia, ou seja a um estado de máxima desordem/anomia.

No entanto, a Administração Rio/83 revelou estar integrada a um sistema político aberto, que existe à maneira de um organismo vivo, com personalidade definida no próprio processo de conquista, legitimação e manutenção do poder, e consubstanciado à imagem de seu "operador qualitativo".

A estratégia dos sistemas políticos opositores do novo regime carioca, que tentaram dirigir a Opinião Pública quanto ao movimento invasor, está ligada a concepções da física convencional e por isto não conseguiu levar à entropia o sistema Rio/83.

Desconheceram ou desconsideraram o princípio/objetivo básico dos sistemas abertos: a equifinalidade.

O sistema político-administrativo Rio/83 conseguiu controlar a ambiência psicossocial, sempre pelos parâmetros do próprio sistema político, independentemente das condições iniciais.

A melhor explicação que encontramos para identificar os fundamentos das concepções (fechadas) dos sistemas opositores e para justificar a eficiência da gerência da ordem pública pelo sistema Rio/83 num cotidiano libertário (aberto), está nestes ensinamentos de Bertalanffy sobre as limitações da física convencional:

"A física convencional trata somente dos sistemas fechados, isto é, sistemas que são considerados estarem (sic) isolados de seu ambiente. Assim, a química física fala-nos de reações, de sua velocidade, e dos equilíbrios úni-

cos finalmente estabelecidos em um recipiente fechado no qual são reunidos um certo número de reagentes. A termodinâmica declara expressamente que suas leis só se aplicam a sistemas fechados. Em particular, o segundo princípio da termodinâmica enuncia que num sistema fechado, uma certa quantidade chamada entropia deve crescer até o máximo e finalmente o processo para em um estado de equilíbrio. O segundo princípio pode ser formulado de maneiras diferentes, uma delas sendo a que diz que a entropia é uma medida da probabilidade e assim um sistema fechado tende para o estado de distribuição mais provável. A distribuição mais provável, porém, é uma mistura, por exemplo, de contas de vidro vermelhas e azuis ou de moléculas com velocidades diferentes, em um estado de completa desordem. Ter todas as contas vermelhas separadas de um lado e de outro todas as contas azuis ou ter em um espaço fechado todas as moléculas rápidas, isto é, uma alta temperatura do lado direito, e todas as moléculas lentas, numa baixa temperatura, do lado esquerdo é uma situação altamente improvável. Assim, a tendência para a máxima entropia ou a distribuição mais provável é a tendência para a máxima desordem.

No entanto, encontramos sistemas que por sua própria natureza e definição não são sistemas fechados. Todo organismo vivo é essencialmente um sistema aberto. Mantém-se em um contínuo fluxo de entrada e saída, conserva-se mediante a construção e a decomposição de componentes, nunca estando, enquanto vivo, em um estado de equilíbrio químico e termodinâmico mas mantendo-se no chamado estado estacionário, que é

distinto do último. Isto constitui a própria essência do fenômeno fundamental da vida, que é chamado metabolismo, os processos químicos que se passam no interior das células.

Que pensar então? Evidentemente, as formulações convencionais da física são em princípio inaplicáveis ao organismo vivo enquanto sistema aberto e estado estacionário, e podemos bem suspeitar que muitas características dos sistemas vivos que são paradoxais em face das leis da física constituem uma consequência deste fato.

Só nos últimos anos é que houve lugar uma expansão da física com o fim de incluir os sistemas abertos. Esta teoria lançou luz em muitos fenômenos obscuros da física e da biologia, tendo conduzido também a importantes conclusões gerais das quais citarei apenas duas.

A primeira é o princípio de equifinalidade. Em qualquer sistema fechado o estado final é inequivocamente determinado pelas condições iniciais. Assim, por exemplo, o movimento de um sistema planetário, no qual as posições dos planetas no tempo " t " são inequivocamente determinadas por suas condições no tempo " t_0 ". Outro exemplo é o equilíbrio químico, no qual as concentrações finais dos reagentes dependem naturalmente das concentrações iniciais. Se as condições iniciais ou o processo forem alterados o estado final também será modificado. ISTO PORÉM NÃO É O QUE ACONTECE NOS SISTEMAS ABERTOS. Nestes o mesmo estado final pode ser alcançado partindo de diferentes condições iniciais e por diferentes maneiras. É isto que se chama equifinalidade e tem significativa importância para os fenômenos da regulação bio

lógica...

... Outro aparente contraste entre a natureza inanimada e a animada é o que às vezes tem sido chamado a violenta contradição entre a degradação de Lord Kelvin e a evolução de Darwin, entre a lei da dissipação em física e a lei da evolução em biologia. De acordo com o 2º princípio da termodinâmica a tendência geral dos acontecimentos na natureza física é no sentido dos estados de máxima desordem e do nivelamento das diferenças, com a chamada morte térmica do universo como perspectiva final, quando toda a energia tiver sido degradada em calor de baixa temperatura uniformemente distribuído e o processo cósmico chegar à paralização. Em contraposição, o mundo vivo mostra no desenvolvimento embrionário e na evolução, uma transição para uma ordem mais alta, para a heterogeneidade e a organização. Mas, com base na teoria dos sistemas abertos, a aparente contradição entre entropia e a evolução desaparece. Em todos os processos irreversíveis a entropia tem de aumentar. Por conseguinte, a variação da entropia nos sistemas fechados é sempre positiva, a ordem é continuamente destruída. Nos sistemas abertos, porém, temos não somente produção da entropia devida a processos irreversíveis mas também a importação da entropia, que pode ser negativa. Tal é o caso do organismo vivo, que importa moléculas complexas de alta energia livre. Assim, os sistemas vivos, mantendo-se em um estado estacionário podem evitar o aumento da entropia e desenvolver-se mesmo no sentido de estados de ordem e organização crescentes. (26)

Em artigo de 1969 que corresponde ao 6º capítulo

de sua Teoria Geral dos Sistemas, Bertalanffy resume a definição do modelo do sistema aberto e do princípio da equifinalidade que, a nosso ver, é a chave da explicação científica para o sucesso do organismo Administração Rio/83.

"O sistema aberto define-se como um sistema em troca de matéria com seu ambiente, apresentando importação e exportação, construção e demolição dos materiais que o compõem.

Mesmo os sistemas abertos simples evidenciam notáveis características. Em certas condições aproxima-se de um estado independente de tempo, o chamado estado estável... O estado estável mostra características regulatórias notáveis, que se tornam evidentes particularmente em sua EQUIFINALIDADE. Se um estado estável for alcançado por um sistema aberto, é independentemente das condições iniciais e determinado somente pelos parâmetros do sistema, isto é, pelas velocidades de reação e transporte. É isto que se chama equifinalidade, encontrada em muitos processos orgânicos, por exemplo no crescimento. Por oposição aos sistemas físico-químicos fechados, o mesmo estado final pode ser atingido e equifinalmente partindo de diferentes condições iniciais e depois de perturbações do processo." (27)

O sistema Administrativo Rio/83 conseguiu estabilizar as relações sociais cariocas em torno do déficit habitacional e a necessidade e legitimidade das invasões. Ao menos, a imprensa NÃO conseguiu, após 83, registrar uma sequência de notícias de invasões como no 1º semestre daquele ano.

Pensamos que aqueles episódios foram manifesta -

ções de ajuste entre o discurso pré-eleitoral das elites e a ação direta que as massas fizeram daquele ideário. O ajuste foi conseguido principalmente porque o sistema político-administrativo Rio/83 internalizou parte selecionada do meio ambiente. A administração, de então, demonstrou que consegue internalizar importantes frações das massas no sistema político, através de uma comunicação ideológica que internaliza também, em cada membro das massas, a imagem do líder/operador qualitativo como de interesses idênticos aos seus.

Consideramos esta experiência de gestão social fundamental para o acervo da ciência da Administração Pública, em termos do Estado Democrático que se procura aperfeiçoar no Brasil deste final de século.

A Administração Rio/83 demonstrou agilidade e eficiência democrática ao regular um equilíbrio dinâmico no sistema social, sob pressão da imprensa, sem recorrer ao governo policial, mantendo-se aberto a demandas, ou comportamentos sociais que o desequilibrariam (tirando sua autoridade) caso buscasse apoios estáticos, institucionais e mantivesse uma postura de comunicação pesada, processualística, hierárquica ou linear com o meio ambiente.

Ao contrário, da mesma forma que um organismo vivo superando por si só um processo infeccioso poderoso, torna-se mais forte, o sistema político articulado na campanha eleitoral de 1982 e empossado em 1983, ultrapassando a demanda social latente mais legitimada da sociedade carioca e brasileira, que é o direito à moradia, fez-se apto a enfrentar outros desafios e crescer.

As invasões pararam naturalmente. Por quê?

Porque no sistema político que chamamos Administração Rio/83, os invasores tornaram-se um dos componentes ativos desse sistema, e, como tal, puderam desviar o processo, ao perceberem informação de seu interesse, veiculadas pelo poderoso operador qualitativo que identifica fisicamente o sistema: o Governador e sua autoridade carismática.

De acordo com nossas observações, os invasores realmente perceberam o momento de parar as invasões (o esgotamento político do método) avaliando a luta ideológica que se travou, no plano das elites, entre as autoridades governamentais e a pressão crítica da imprensa. Compreenderam que prosseguir, significaria praticamente abortar um sistema de que são parte e que se propõe a conduzi-los a situação de mais poder e estabilidade (a expansão vital do sistema).

A invasão como a paralisação são consequência de um processo de feed-back natural na fisiologia do sistema político-administrativo aberto que governou o Rio de Janeiro .

Ao contrário dos sistemas políticos constituídos no período tecnocrático-militar, todos fechados, sob a égide do planejamento racional de quadros técnicos e treinados, o sistema Rio/83 só teve fixo seu cérebro, ou operador qualitativo: o Governador. Todos os demais componentes estiveram em troca permanente com o meio ambiente de acordo com a ordem caleidoscópica/circunstancial da Opinião Pública, reflexo da atividade administrativa e da conduta moral de seus agentes. Muitas autoridades envolvidas naqueles episódios foram sacrificadas para a manutenção do sistema, em função do

desajuste entre suas práticas e as repercussões pretendidas na opinião pública (principalmente a chamada opinião pública).

Inaugurou este sistema Rio/83 uma aproximação direta das autoridades administrativas às massas, buscando uma identificação de alcance maior do que objetivos pragmáticos, pois que, tenta-se "internalizar" em cada um de seus componentes um sentimento misto da solidariedade cristã, da união socialista ideológica, da fraternidade liberal e do conluio marginal.

Foi na prática administrativa aberta, que o sistema encontrou e contornou as dificuldades de adaptação do discurso político pré-eleitoral aos meios administrativos e às realidades sociais, fazendo evoluir o aprendizado das elites políticas e das massas que compõem aquela célula (sistema) permeada por uma "membrana" que foi o Governador da época.

Esta perspectiva de administração com participação popular direta só é possível na medida em que o jogo-eleitoral é instituído como forma de legitimação do poder.

Os anos 80 da abertura política do Estado Brasileiro encerram o período de distanciamento entre o planejador técnico e o povo como objeto da ação ou produto. A realidade administrativa hoje, especialmente a urbana, impele à formação de sistemas políticos abertos, construídos no cotidiano, na ação diária, na ampliação e auto-regulação dos membros do sistema e no equilíbrio dinâmico. Como diz Lordello de Mello "... um dos compromissos fundamentais dos

sistemas políticos-administrativos é manter o equilíbrio entre interesses conflitantes, em assegurar a ordem dentro da desordem aparente ou efetiva..." (28)

4.4. A Pesquisa

4.4.1. A Imprensa, fonte problemática e os problemas finais da metodologia

A base da pesquisa está na coleta de material informativo - descrição dos fatos e opiniões/ interpretações dos personagens que representam o fenômeno - através de pesquisa nos jornais da cidade.

Para pesquisar um processo vivo, cujos personagens estão presentes e atuantes na história da cidade do Rio de Janeiro, nos anos 80, tanto autoridades governamentais, quando invasores, jornalistas (repórteres e editorialistas), temos que utilizar como fonte de pesquisa os registros diários dos principais jornais e revistas sobre a cidade.

A única entidade em condições de acompanhamento diário, determinado por sua força imanente social, institucional, orgânica, de ataque e cobrança das atividades administrativas e sociais é a IMPRENSA, como subsistema dos meios de comunicação latu sensu (rádio, tv, cinema, telex, etc.)

A imprensa ocupa a maior parte do espaço de debates onde se decide a formação da opinião pública. No Jornal do Brasil e O Globo, os dois principais jornais pesquisados, nas seções denominadas CIDADE e GRANDE RIO, respectivamente,

estão basicamente o espaço de construção da opinião pública sob a eficiência e legitimidade de atuação da Administração Pública.

Como meio de comunicação mais permanente, barato, popular, informativo, todos os sistemas políticos dependem da imprensa para veicular suas idéias, propostas e defesas. Destarte a imprensa forma o sistema político controlador mais poderoso da crítica social e, ipso facto, pode montar o cenário ideológico onde se espelham e desenvolvem as dramatizações políticas, ou o jogo do poder e da legitimação.

Nos regimes da democracia-liberal, a imprensa é livre de censura e um dos meios de garantir ou tornar transparentes as atividades e decisões administrativas.

Não obstante este dogma ocidental, trata-se de fonte perigosa, de vez que a imprensa, como entidade jurídica, constitui-se em sistemas de propriedade fechada (companhias limitadas) dos jornais. Como entidade empresarial vende notícias que atraíam público, e uma notícia, muitas vezes, atende mais ao apelo da sensação, aumentando e distorcendo fatos.

O poder da imprensa é enorme. Já se disse que só existe o que a imprensa publica. A imprensa tem o poder de denunciar, promover e exigir a repressão de movimentos como a invasão.

O tema invasão é produto de venda certa. A imprensa batizou assim, em função de um apelo mercantil, um movimento pacífico, com uma palavra cujo significado induz a violência, guerra, ocupação militar.

Neste ponto, devemos afirmar que das notícias recolhidas no acompanhamento desde 1975, pudemos verificar em contato pessoal com invasores e autoridades que não havia discrepância substancial. Ao contrário, conseguimos até identificar muitos nomes de invasores citados em matérias jornalísticas de 1983.

É que, por sua natureza, a imprensa tem que se aproximar do meio social para recolher nele a matéria de que se alimenta. Em outras palavras: para manter-se vivo um jornal precisa vender notícias/mercadorias. Não obstante a estrutura jurídica e política fechada e conservadora, um jornal tem que publicar fatos relevantes, mesmo produzidos por adversários políticos. A intelligentsia do jornal poderá tentar "recuperar" a mensagem adversa aos seus interesses de sistema político, mas não poderá deixar de publicá-los sob pena de outro sistema jornalístico publicar dita notícia e "furar".

Cremos poder separar a interpretação dos jornais aos fatos, dos próprios fatos narrados, em termos de quantidade de pessoal invasor, do local invadido, das autoridades envolvidas e do discurso dos personagens envolvidos, este nosso aspecto privilegiado de análise ideológica.

Outro problema da fonte imprensa está na refração que sofrem os atores invasores ou autoridades no momento da reportagem.

Sendo a imprensa o produtor por excelência do cenário político e agente produtor de juízos de valor público é natural que os atores governamentais, os invasores e os

próprios jornalistas/editorialistas comportem-se estrategicamente (refratários) diante dos microfones, câmaras de tv e fotografia ou dos espaços dos jornais, de forma obterem posição favorável (aceitação/engajamento) quanto à legitimidade de seus atos.

As autoridades como os invasores fazem questão de veicularem a não-violência, a moralidade, a utilidade, a eficácia, para legitimar seus procedimentos. A própria imprensa também faz questão de veicular a necessidade de manutenção da ordem, do impedimento de proliferação de favelas, (questionando o método invasor, a real necessidade destes, etc.) da atuação orientadora e repressora da Administração Pública, também como valores legítimos a serem preservados na sociedade.

Em termos acadêmicos, a validade das matérias jornalísticas como documentos históricos é inegável, já havendo teses de mestrado baseadas no seu recolhimento. Muitas dessas matérias, assinadas por um ou mais jornalistas, correspondem a verdadeiros trabalhos etnográficos.

Finalmente, fechando a exposição sobre o método aqui empregado, devemos alertar para três problemas principais da pesquisa: 1º a natureza acadêmica do trabalho ou a posição acadêmica do pesquisador, que dificultou em muito, a compreensão de sua atuação pelos personagens.

O 2º problema está na posição de classe social do pesquisador, que o torna objeto de desconfiança da classe proletária. As invasões constituem uma ilegalidade, daí ser difícil conseguir informações sobre aquelas práticas. Um

simples "survey" ou questionário Ibope/Gallup, não alcançaria o nível de intimidade necessário para colher confidências.

Em 3º lugar advirta-se do inevitável posicionamento favorável aos invasores, pela admiração do pesquisador de valores como a coragem, disposição, inteligência, que tiveram também a solidariedade de muitos anônimos operários, funcionários públicos, moradores vizinhos, policiais, etc, que por ação ou omissão solidarizaram-se aos invasores. Todos pessoas de bem.

4.4.2. Coleta de Material

Foram utilizados 3 tipos de coleta de material para o presente trabalho:

1º) Recolhimento de notícias publicadas em jornais da cidade sobre a atuação da Administração Pública quanto às invasões e a assuntos afins. Para tanto procedemos a:

a) levantamento no período de 1975-1983, no Arquivo de Documentação sobre Política Governamental Brasileira da Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas, nas seguintes categorias do Arquivo: 1- População; 2- Representação Política, Grupos Políticos, Opinião Pública, Religião e Estado; 3- Governo, e, 7- Política Social.

b) formação de um arquivo pessoal, composto de 5 cadernos com 432 páginas, com recortes de jornais do período 1975-1984, através da pesquisa conforme a letra a (anterior)

or), e do levantamento/acompanhamento pessoal permanente dos jornais "Jornal do Brasil" e do "Globo", e, eventualmente da "Tribuna da Imprensa", "Última Hora", "O Dia", "Jornal do Comércio" e Revista "Veja" sobre a evolução das invasões, respostas governamentais e repercussões públicas, desde o final de 1982 até o ano de 1984.

29) Observações feitas "in loco" que são as constantes do anexo nº 3.

39) Entrevista

Entrevista, no sentido formal de relação pessoal de questionamento pelo entrevistador aos entrevistados, em um espaço determinado, só houve uma, feita a 3 invasores do Abrigo Cristo Redentor, no escritório do pesquisador (conforme está no anexo nº 4).

Entretanto, como se espera esteja demonstrado no texto, os contatos pessoais do pesquisador com invasores e autoridades foram inúmeros e constantes mas fragmentados e informais, de maneira que impossíveis de serem transmitidos em forma de perguntas e respostas.

4.4.3. Estrutura do Trabalho

Esta dissertação, embora exegética, generalizante e flexível, está dividida nas partes clássicas de qualquer exposição. A primeira constitui-se pela presente introdução. A segunda, pela narração da evolução das intervenções governamentais. A terceira na conclusão onde procede-se a

avaliação global do sistema político-administrativo constituído pós-82 em relação às invasões de 1983 e as perspectivas de expansão do sistema.

Cada uma destas partes está dividida em itens e sub-itens, sendo que a Evolução das Intervenções Governamentais está dividida em 3 capítulos.

II. EVOLUÇÃO DAS INTERVENÇÕES GOVERNAMENTAIS SOBRE AS IN- SÕES. O JOGO.

As fases (ascensão, crise e declínio) por que evolui o fenómeno político-ideológico e social que estamos descrevendo, correspondem às etapas de associações e dissensões entre os jogadores componentes do jogo de poder que se desenvolve no espaço carioca.

CAPÍTULO 1: 1ª FASE - A ASCENSÃO DO FENÔMENO

1.1. A Expectativa Estratégica.

No final de 1982 (setembro e dezembro) seleccionamos dois registos da imprensa sobre invasões.

A invasão do Conjunto Habitacional da Cehab, "Vila Esperança", em Ramos, e a invasão de um terreno particular em Bangú, às margens da Av. Brasil, próxima à favela do Sapo.

Os invasores partiram em ofensiva leve (escaramuças) desde o final de 1982, sendo que a última invasão de Bangú, foi já titulada "Paraíso do Brizola" ou "Favela do

Brizola", o que demonstra as esperanças na força permissiva do Sistema Brizola, mesmo antes da declaração oficial de eleito e da posse administrativa do líder.

Passando pelo momento histórico da posse de 15 de março de 1983, quando se dá a efetiva constituição do Sistema Político-Ideológico proposto e aceito em 1982 em Sistema Administrativo-Estratégico, responsável pela regência social, esta primeira fase se estende até exatamente semana e dia após a posse, com a ofensiva pesada (generalizada) desencadeada pelos invasores no dia 23 de março de 1983 com a demarcação dos terrenos da Linha-2 do Metrô.

O que caracteriza a posição dos contendores nesta fase é a existência de um espaço estratégico interessando aos sistemas invasores e meios de comunicação.

A ofensiva dos invasores, esparsa e tímida (tradicional), necessitava da publicidade de suas razões, para pressionar o sistema político no sentido de garantir a não-remoção por métodos violentos, por proprietários privados ou pelo próprio Estado.

Paralelamente, a imprensa encontra matéria de venda fácil e ainda pode manobrar politicamente ao divulgar os acontecimentos, destacando a precária situação dos moradores e suas razões de legitimidade (pobreza, terreno abandonado, etc.), induzindo a uma expectativa/desafio latente sobre a capacidade da futura Administração Rio/83, pós-15 de março, de atender à ampliação das demandas das bases sociais mais pobres. Condição que João Goulart em 1964 não superara. (29)

A possibilidade de destruição/ desestabilização do adversário podia ser vislumbrada na avaliação estratégica dos sistemas de comunicação, pela existência no Rio/83 de motivos políticos-ideológicos semelhantes aos que encurralaram o Presidente João Goulart em 1964.

Poderia a Administração responder com democracia a este desafio? Era a mensagem/dúvida subrepticamente passada pelo conjunto do noticiário, sugerindo a iminência de uma crise social/anomia administrativa.

Ainda em termos de expectativa estratégica devemos dizer que esta possibilidade deve ser tida como permanente para a inteligência (segurança) dos sistemas políticos-administrativos de qualquer parte do globo, tanto esteja um Sistema/Estado vivendo períodos de sístoles ou diástoles.

É que a territorialidade é comportamento determinado pela parte mais primitiva do cérebro humano: a reptiliana. Como ensina Laborit:

"Nous possédons encore dans notre cerveau un vieux cerveau reptilien. Il remonte à quelque deux cents millions d'année. Ce cerveau primitif permet des comportements stéréotypés, programmés par apprentissages ancestraux. Il domine certains comportements primitifs tels que l'étalissement du territoire, la chasse, le rut, et l'accouplement, l'apprentissage stéréotypé de la descendance, l'établissement des hiérarchies sociales, la sélection des chefs, la fuite ou la lutte, la faim et la soif". (30)

Além disso, em termos de tempo Rio/83, pelas razões apresentadas na introdução, (formação do direito à moraça

dia) só faltava prever onde e a que horas o movimento eclodiria, a um observador atento daqueles dados e da campanha eleitoral de 1982, nesta metrópole.

Destarte, classificamos esta primeira fase como um momento de expectativa quanto à expressão social e política que seria dada pelas massas e pela Administração Rio/ pós 15 de março à permissividade acumulada na campanha eleitoral.

Esta perspectiva era clara para as três entidades jogadoras da fenomenologia que passaremos a apresentar cronologicamente, mas não fixamente, pois permitiremos, em certos casos, avanços e recuos no tempo em função de notícias selecionadas.

1.2. Peculiaridades de 2 jogadores

Antes de passarmos à sequência dos acontecimentos, cabe esclarecer sobre peculiaridades de dois jogadores: A ampliação da função política da Imprensa e a Desvantagem da Administração Pública na resposta aos acontecimentos (le retard de l'efficacité).

Ao focalizarmos a problemática deste trabalho, dissemos que o Sistema Político vencedor de 1982 derrotou opositores de direita e esquerda, ou seja candidatos mais e menos conservadores ou liberais que o Governador eleito.

Dissemos também que aquela Entidade Política conseguiu articular uma estética própria, manuseando alguns dos principais valores críticos que formam a Opinião Pública Brasileira, quais sejam aqueles vinculados a representações do catolicismo, do liberalismo, do socialismo, do nacionalismo

e da marginalidade. Especialmente no Rio de Janeiro, onde o malandro é herói do imaginário urbano das elites e das massas. (31).

A afirmação eleitoral dessa poderosa configuração ideológica fez sucumbir as organizações clientelísticas anteriores (sem o controle da Administração, não há clientela) e não permitiu a construção de qualquer Sistema Político oponente que não fosse em referência (opositora) à liderança do Chefe de Governo, operador qualitativo, fator de aglutinação e personificação do Sistema prevalecente.

Ademais a Administração Rio/83 conseguiu fácil sustentação política na Assembléia Legislativa, cooptando (a chamada coalizão) políticos derrotados para cargos de direção, acenando com a importante possibilidade de distribuição de cargos públicos à classe média.

Para este vácuo político de oposição foram atraídos os Sistemas de Comunicação, em especial a Imprensa.

A prova maior da sucumbência dos políticos ante a nova liderança é a fraca participação de parlamentares naqueles episódios.

A Administração em desvantagem:

As principais providências da nova Administração na fase de expectativa estratégica, foram a criação de uma Secretaria Especial de Habitação e Trabalho, a separação das forças policiais Civil e Militar, e o apelo ao carisma de dois homens da raça negra: Carlos Alberto de Oliveira (o Caó) e o Coronel Nazareth Cerqueira, colocados na chefia de dois pontos-chave (moradia e polícia) da legitimação.

Não obstante era pouco, diante do desenvolvimento dos movimentos dos "adversários". A Administração parte em desvantagem fundamentalmente pelos seguintes motivos:

1º) a legislação brasileira permite um vácuo de poder de quase um terço de ano, entre a eleição do dia 15 de novembro e a posse em 15 de março do ano posterior. Há assim um fim de administração derrotada (o chaguismo) e a espera por uma administração de um sistema vencedor e imobilizado.

2º) a dependência dos sistemas à Imprensa. Como se disse na metodologia (imprensa, fonte problemática), é condição de sobrevivência dos sistemas políticos, que suas ações veiculadas por juízos positivos quanto à legitimidade de seus atos.

Tal condição remete os sistemas políticos a uma dependência total dos meios de comunicação, em especial os jornais diários, o rádio e a televisão que atingem os milhões de moradores desta região metropolitana.

Estes sistemas conseguem profunda integração, intrapessoal e ideológica com as massas porque apresentam informação diária, de fácil assimilação e barata, ou seja, notícias ("fatos"), cuja disposição em termos de fotografia, texto, título, e comparação com outras matérias (paginação / diagramação) induz o leitor a uma conclusão favorável ou não.

O próprio Governador eleito em 1982, só conseguiu reassumir o carisma de sua liderança porque abriu-se a ele o espaço essencial dos meios de comunicação (em plena vi

gência da Lei Falcão) através de um extinto programa "O Povo na TV", conduzido pelo jornalista Hilton Franco, onde foram realizados os primeiros e únicos dentre os posteriores, debates autênticos entre os candidatos, que permitiram uma comparação, que foi favorável ao desempenho de Brizola. (Pelo menos, identificou-o como o candidato dos pobres). Aliás, o Jornal do Brasil apoiou a formação do sistema vencedor de 1982, talvez por determinação vital de oposição ao seu direito concorrente, o jornal "O Globo".

Devido à inevitável mas excessiva ocupação de posições políticas evidentes (quase partidárias) pela imprensa e pelos meios de comunicação em geral, principalmente o subsistema "Globo", ficou o Sistema Administrativo Rio/83, praticamente estrangulado, face à "pasteurização" das notícias ("fatos") colhidas pelos sistemas oponentes de forma a controlar as comunicações entre o líder e as massas.

3º) impossibilidade de remoção sem violência.

A campanha eleitoral, onde nascem os Sistemas Políticos, é feita em torno de simplificações, ou "slogans". Durante a campanha de 1982, todos os candidatos, de todos os partidos e tendências, foram unânimes em apontar como finda a "era de remoções".

Slogans como "Favela não é problema, é solução", "Governar com o povo", "Um governo voltado para as classes menos favorecidas", "Para o PDT a palavra remoção não existe", foram difundidos entre a massa da população de que se originam os invasores, e serviram para comprometer o futuro governo com a não frustração de uma perspectiva de maior liberdade.

ração daquela população.

Não obstante tais condicionantes psicossociais daquela conjuntura Rio/82-83, em qualquer intervenção pela remoção de ocupantes de algum espaço de moradia, seja um prédio abandonado, uma região, um povo ou um quilombo, sempre há resistências que suscitam, às vezes, soluções insólitas.

Narra Charles Abrams:

"Para converter o caos em ordem, para fazer as cidades funcionarem, para impedir o desenvolvimento prejudicial..., os Governos têm que estabelecer o controle sobre o uso da terra. Isso é mais fácil dizer do que fazer. Nos tempos dos soberanos o processo era a própria simplicidade. ... Não havia resistência legal. Quando o povo de Dublin, teimosamente, se recusou a abandonar suas casas nas ruas que Carlos II da Inglaterra havia ordenado o alargamento, o rei instruiu seus comissários para retirar os telhados das casas... (32).

Naturalmente nosso caso não permite tais soluções, tendo em vista a necessidade de legitimação do sistema e a oposição total entre o ato dramático de uma remoção e a necessária simpatia eleitoral.

Esclarecidas estas peculiaridades dos jogadores e do jogo, passemos à sequência cronológica dos fatos noticiados.

1.3. Da Cronologia na 1ª Fase do Jogo

1.3.1. Setembro de 1982

O primeiro problema de invasão selecionado,

aconteceu em 18 de setembro de 1982, quando da inauguração pelo então Governador Chagas Freitas, do Conjunto Vila Esperança, em Ramos, da CEHAB (Companhia Estadual de Habitação), que faz parte do chamado Projeto Rio, obra concebida, dirigida e financiada pelo Governo Federal, então Administração João Figueiredo, destinada a erradicar a Favela da Maré, conjunto de favelas à margem oeste da Baía de Guanabara, desde a ponta do Cajú até o canal de confluência dos rios Iguaçu e Sarapuí, no município de Caxias.

Os apartamentos foram invadidos por mais de uma centena de pessoas. Algumas realmente oriundas, outras não, da favela da Maré. (33)

1.3.2. Dezembro de 1982

Na sexta-feira, 16 de dezembro de 1982, 65 famílias ocuparam 850m² de um terreno de propriedade particular em Bangú, na margem direita da Av. Brasil.

Os invasores nomearam-na "Favela do Brizola". Um deles, Benedito Quirino dos Santos, declarava coerentemente: "Só vamos sair quando mostrarem documento provando a posse da terra". (34)

A imprensa une-se aos invasores narrando: " A presença dos reporteres na Favela do Brizola foi suficiente para que quatro policiais militares do 14º BPM se afastassem..." (35)

Outro invasor apreciava seu aliado (os reporteres): "São covardes (os policiais). Quando viram vocês, ficaram caladinhos". (36)

A autoridade principal da matéria é o Sargento Jessé, que explicou suas ordens como de evitar a construção de novos barracos e não expulsar os invasores: "Hoje o senhor está vendo isso. Amanhã deve ter o dobro. Toda hora chega gente querendo morar aqui. O terreno não pertence a eles, então é ilegal". (37).

1.3.3. Janeiro de 1983

Na sexta-feira, 07 de janeiro de 1983, policiais do 14º BPM e da 34ª DP, um oficial de justiça, cumprindo mandado de reintegração de posse, derrubaram os barracos da Favela do Brizola, em Bangú. (38). Por esta notícia do sistema Jornal do Brasil, a invasão que se formava era chamada "Paraíso do Brizola" e o proprietário, a firma JCN de Terrenos Ltda. (39)

Na mesma sexta-feira, 30 pessoas dos invasores da Vila Esperança, preocupadas com a possível expulsão foram ao Palácio Guanabara para reivindicar um reexame ou uma reavaliação pela CEHAB dos critérios de preenchimento dos apartamentos.

O Governador, ainda Chagas Freitas, não recebeu os invasores. Seu Secretário de Governo alegou estar (o Governador) febril.

O Presidente da CEHAB, então Heitor Vignoli, respondeu que um delito, quer dizer, uma invasão - não pode ser institucionalizado. Disse que "os casos das 111 famílias invasoras estão sendo encaminhados à Justiça". (40)

Na segunda-feira, 10 de janeiro, prosseguiu a re

integração na posse do terreno de Bangú. Os jornais o localizam, perto da Vila Kennedy, no Km 35 da Av. Brasil.

Os invasores já haviam constituído uma "Comissão de Moradores" e contado com a ajuda (infrutífera) de advogados da Pastoral das Favelas da Diocese da Igreja Católica do Rio de Janeiro.

Na operação houve necessidade da força policial de 3 camburões da PM e da Polícia Civil. (41)

Ainda na segunda-feira, 10 de janeiro depois de efetivada a reintegração, à noite cerca de 50 das 90 famílias removidas, invadiram um galpão da CEHAB, na rua Tunis, Vila Kennedy.

Um dos invasores, que se disse cinegrafista da Empresa Brasileira de Notícias, Nilo Sérgio Correia dos Santos, explicava a invasão: "depois que os oficiais de justiça se retiraram deixando apenas dois policiais no que restou da favela, alguém se lembrou do galpão. Foi a única solução que encontramos para não ficarmos no olho da rua". (42)

O quartel do Comando de Policiamento de Área da PM, situado ao lado do galpão, forneceu refeição (café da manhã) para as famílias dando dezenas de litros de leite para as crianças. (43)

O Posto Médico da Vila Kennedy se colocou à disposição dos invasores. Duas senhoras da LBA (Legião Brasileira de Assistência) fizeram um levantamento da situação (?). Contaram os invasores também com a solidariedade de um padre da Igreja Cristo Operário. (44)

Não há notícias sobre a manutenção desta invasão

ou não.

No dia 25 de janeiro, o Jornal do Brasil noticiou que a cerca de mais de 2 meses foram sendo invadidos os antigos alojamentos construídos para abrigar os operários do Metrô, em Mangueira, entre os trilhos da Central do Brasil e a rua São Francisco Xavier.

Somavam 25 famílias que se propunham a organizar um "condomínio" (sic). O pioneiro da invasão, Antonio dos Santos, 32 anos, pintor desempregado, definia-se como "um quase síndico". Dizia ter ocupado um pequeno quarto de fundos em outubro de 1982, com sua mulher e um filho de um ano e meio. Alegava ter posto ordem no local: "Quando cheguei isso era uma boca-de-fumo, mas os maconheiros foram embora. Quem chegou, ficou com a casa. A única exigência é colaborar com as melhorias e não perturbar a ordem". (45)

1.3.4. Março

Semana e dia antes da posse da Administração Brizola, dia 07 de março, em menos de 24 horas, mais de 100 famílias invadiram terreno na esquina das ruas Teixeira de Castro e Avenida dos Campeões, em Bonsucesso, ao lado do conjunto habitacional Presidente Médici, provenientes das Favelas Nova Holanda, Parque União e Rubem Vaz, demarcando lotes numa área de 30.000m².

A propriedade é da CEHAB em permuta com o IAPAS (Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social).

Os invasores alegaram primeiro, um boato: "uma senhora veio com papel de autorização para construir"; segundo: "os altos aluguéis no bairro"; terceiro: o abandono do terreno. "É preferível deixar a gente levantar do que deixar esse terreno aí, com um matagal cheio de cobras e ratos, e até maníacos sexuais". Além disso formulavam apelo direto ao futuro Governador: "Vila Brizola".

A Polícia Militar esteve no local "por medida cautelar", segundo o comandante do 22º Batalhão, Coronel Zenon.

A assessoria de comunicação da CEHAB informou à imprensa que iria ouvir a procuradores geral do órgão, mas acentuava que o terreno não seria liberado para os ocupantes.

A coordenadora de Comunicação Social, Dilma Gonzaga garantiu que "problemas desse tipo são resolvidos por nós através do diálogo". (46)

No dia seguinte, 08 de março, a diretoria da CEHAB informava à imprensa que "não surtiram efeito todos os apelos dirigidos às pessoas que invadiram os terrenos da companhia" que os invasores foram alertados para o fato de serem passíveis de condenação por esbulho possessório. Daí a ocorrência foi registrada na delegacia de Bonsucesso. (47)

No mesmo dia, 08 de março, por volta das 16 horas, 10 homens à paisana, sob a proteção da Polícia Civil e um Batalhão de Choque da PM, retiraram as demarcações (com cordas, pedaços de madeira) dos 30.000m² do terreno da CEHAB. (48)

Os invasores tentam elaborar com pessoal da Asso

ciação de Moradores e Amigos de Ramos (AMAR) uma planta do terreno e uma lista de 6 mil assinaturas para entregar ao Governador eleito, pedindo a "legalização do terreno". (49)

No sábado, 12 de março, em Realengo, um conjunto de 153 famílias ocupou apartamentos de um Conjunto Habitacional de 10 blocos, com 320 apartamentos, sito à rua dos Limites, 858.

Esta invasão tinha uma peculiaridade. Seus protagonistas tinham contrato de compra com a CEHAB, e como esta não liberasse os apartamentos, partiram para ação direta. Argumentavam: "Ninguém invadiu nada. Tomamos posse do que é nosso, por isso não vamos sair", declararam. (50)

Na verdade a obra ainda não tinha sido liberada por falta de "habite-se", em virtude de faltar ligação de água do conjunto com a rede de águas da cidade. (51)

Depois de efetivamente empossado na direção da Administração Pública da cidade, o Sistema Político Rio / 83 tenta fornecer matéria à Opinião Pública, procurando estrategicamente concentrar o noticiário em torno da expectativa pelo resultado das investigações sobre "irregularidades" (corrupção) do Governo Chagas Freitas.

Não obstante a razoável oferta deste material, com escândalos na COCEA (Companhia de Abastecimento Alimentar) e Detran, a imprensa continuava a pressionar o posicionamento da nova Administração ante a questão de terras.

No dia 20 de março, após apenas três dias úteis de exercício da nova Administração, o Jornal do Brasil montava em sua seção CIDADE, uma página com as seguintes manche-

tes: "Comissão investigará contratações na CEHAB", "Governo dá tempo integral" e "Policiais derrubam barracos de famílias despejadas no Recreio".

Estes invasores, cerca de 30, de um terreno no Recreio dos Bandeirantes, Km 14,5 da Av. das Américas, já moravam há cerca de três anos no local. O Jornal salienta que os despejados assumiram a posse por compra de "direitos" de moradia.

A remoção foi feita por ordem do juiz da 3a. Vara Cível com ação de policiais da Delegacia local.

Uma semana após a posse, o secretário indicado para a Secretaria de Assuntos Metropolitanos, Sr. José Gouvêa Filho, aumentava as expectativas quanto às respostas governamentais declarando que, tão logo sua pasta estivesse estruturada, iniciaria uma campanha de orientação dirigida aos ocupantes de terrenos sem escritura, posseiros dos 14 municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, dando-lhes assistência técnica e jurídica . (52).

Em 17 de março, dois dias após a posse, cerca de 25 famílias oriundas da favela de Manguinhos, invadiram um terreno localizado junto à favela nas proximidades da rua Capitão Bragança, de propriedade da Light.

Alegavam terem tido seus barracos destruídos pela última enchente do rio Faria Timbó e o alto preço dos alugueres.

Uma semana depois, a 24 de março, foram despejados, quando erguiam-se já 30 barracos de madeira.

A imprensa já começa a acusar nas manchetes pós

23 de março (2ª fase), intervenções governamentais com violência contra os invasores, buscando acelerar a crise de legitimidade/permissividade. (53)

A Light tinha comunicado à 21ª DP a ocorrência da invasão, alertando para o risco de vida a que estavam sujeitos os invasores, debaixo da linha de transmissão de energia Meriti-Triagem, existente há mais de 30 anos. (54)

A demolição foi feita por funcionários da Light, com garantia de policiais da 21ª DP.

Como os funcionários não tinham mandado judicial, os vereadores Sérgio Cabral e Benedita da Silva e a Deputada Lucia Arruda também opositores do novo governo, conseguiram contactar o Secretário de Justiça e pressionar o Estado.

A resposta do Sistema Administrativo foi surpreendente.

O Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Roberto Ribeiro, apresentando-se como professor de Teologia, contador e morador há 22 anos da Favela dos Coqueiros em Campo Grande disse, então, aos favelados que reconstruíssem os barracos nos mesmo lugares, sob sua responsabilidade. Fez também a polícia comunicar-se com a Light e devolver a madeira levada dos barracos derrubados.

Os invasores ficaram em festa: "Ninguém vai tirar a gente daqui? Vamos pedir aos moradores da Favela de Manguinhos para cada um dar um pouquinho de carne a gente para oferecer um churrasco ao senhor". (55)

O relato do Jornal do Brasil do dia 25 de março

atenta a um importante aspecto, quanto à estética da nova Administração Rio/83. O Secretário de Desenvolvimento Social tinha ido, na 5ª feita, pessoalmente ao local: "... sem paletô e de calças arregaçadas, driblou inúmeras poças d'água, ouviu os favelados e tomou a decisão: Ordenou a volta do caminhão, a devolução do material a seus donos e autorizou a reconstrução dos barracos até que seja encontrada uma solução legal para o problema". (56)

No dia seguinte, sexta-feira, 25 de março, o Jornal do Brasil noticiava que os barracos das 25 famílias não tinham sido reconstruídos. (57)

Segundo os invasores, só parte da madeira foi devolvida e não foi possível reconstruir os barracos. Ficaram esperando toda a manhã a visita do Secretário Roberto Ribeiro. (58)

A Deputada Lucia Arruda disse que iria denunciar no plenário da Assembléia, "a violência praticada contra as famílias durante a demolição dos barracos". (59)

Uma alta autoridade, o Secretário de Justiça e Interior informava que a Administração, pelo Departamento Geral de Polícia Civil mandou investigar as circunstâncias em que se deu o despejo com a cobertura dos policiais da 21ªDP. A nota do Secretário era ambígua:

- "Nenhum policial pode assistir pessoas sendo colocadas em risco sem tomar uma atitude. Se assim aconteceu, foi um ato de omissão. É tolerável que a Light defenda a propriedade dela, mas sem por em risco a vida das pesoas." (60)

Apesar do baixo nível de associatividade, e de aspiração, os invasores do terreno da Light ameaçaram voltar a invadí-lo. (61)

No sábado, dia 26 de março, a direção da Light divulgava nota em que baseava suas ações no artigo 502 do Código Civil e no Código de Águas, mas fundamentalmente apelava para a legitimidade de sua ação face à possibilidade de tragédia, caso caísse uma linha de transmissão sobre os barracos construídos. Disse ainda uma Diretora da Companhia, que se a Light permitisse, por omissão, que os favelados erguessem os barracos e morassem neles, estaria expondo a grave risco de vida mais de duas dezenas de famílias. A qualquer dia uma tragédia poderia ocorrer no terreno. Acrescentou que a empresa tem um plano de estímulo à produção hortigranjeira que já vem sendo executado concedendo áreas sob linhas de transmissão, mas não para moradia. (62)

A promessa de voltar à invasão realmente aconteceu, não se sabe quando, mas com tal intensidade que tornou, como veremos na 2ª fase, a remoção dos terrenos da Light, objeto de dramáticas resistências, tanto dos próprios invasores, quando dos encarregados da remoção.

A posse parece ser um direito que vem da própria terra ou da memória popular que grava o local.

CAPÍTULO 2: 2ª FASE - A CRISE

A 2ª fase corresponde à CRISE, ou seja, ao momento do processo político-ideológico em que as decisões ou de-

finições dos jogadores tornam-se impostergáveis.

Esta situação foi provocada pelo escândalo da invasão de 15 Kms dos terrenos ao longo da linha-2 do metrô (pré-metrô de superfície) no dia 23 de março e, pela posição consequente do Sistema Imprensa, através do Jornal do Brasil, em editorial chamado "Terra de Ninguém" de 26 de março (que marca a dissociação dos sistemas invasores/impressa).

É evidente que a divisão das fases deste processo visa tão-somente formular à Administração Estratégica o ciclo vital do movimento, pois que as realidades sociais formam um "continuum" psicológico que não permite divisões estanques.

O importante é que toda a 1ª fase (desde a formação do Sistema Rio/83 até sua posse administrativa e primeira semana de governo) indicava expectativas e escaramuças dos jogadores, mais como conjunto de possibilidades estratégicas desenvolvidas no plano social abstrato, temporal/ideológico (a inteligência dos sistemas), que precisavam de um suporte significante, ou seja, um espaço material disponível (uma arena) onde todas as alternativas estratégicas dos personagens pudessem ser jogadas.

Este espaço físico, geográfico, estático, foram os terrenos vazios na Região Noroeste da cidade, onde estão os subúrbios fixados pelas linhas férreas da Leopoldina, linha Auxiliar, Rio D'Ouro, em bairros de Bonsucesso, Higienópolis, Manguinhos, Jacaré, Ramos, Del Castilho, Inhaúma e Irajá. (63)

Dentro desse espaço, o fator de catalisação das

invasões e do jogo pesado/bruto dos invasores, da imprensa e da Administração, foram os terrenos vazios à margem da linha 2 do metrô, de propriedade do próprio Metrô, que os desapropriara, e da CEDAE (Companhia Estadual de Águas e Esgotos).

Sucedem-se nesta 2ª fase, às invasões dos terrenos da linha-2 do pré-metrô, de propriedade da CEDAE e do Metrô, as invasões dos terrenos do Abrigo Cristo Redentor, na rua Uranos, perto do viaduto Faria-Timbó que liga a Av. dos Democráticos à Avenida Brasil; da própria Light, em Manguinhos, do DER (Departamento de Estradas de Rodagem), no Jacaré (outro lado da favela de Manguinhos) e destacadamente dos terrenos da Cia. Nova América, em Del Castilho e Inhaúma, onde se dá inclusive a decisão de jogo.

2.1. Táticas, cacifes, oportunidades, blefes e ameaças dos sistemas.

Antes de passarmos à cronologia resumiremos a postura, potencialidades e objetivos estratégicos dos jogadores na crise.

2.1.1. Dos Invasores

Os invasores, lembremo-nos, constituem uma categoria sistêmica não-mecânica. Por tanto apresentam a possibilidade de auto-controle por finalidade própria ou personalidade. Assim no jogo político da legitimação popular, os invasores passarão a ter conduta estratégico-democrática, fle

xível, admitindo negociação em torno da obtenção da moradia latu sensu (transferência/remoção para outros locais).

Além da flexibilidade o Sistema Político Invasor apresentou nesta 2ª fase, outras qualidades de inteligência estratégica (ou inteligência de segurança) que podemos enumerar:

1. percepção da impossibilidade de repressão do Sistema Político Administrativo Rio/83, e, daí, decidir à ofensiva pesada, generalizada ou à aceleração do movimento .

2. estilo massivo, onde o sujeito coletivo dificulta a individualização e consequente identificação dos infratores.

3. recurso ao boato para iniciar a invasão também com objetivo de irresponsabilização.

4. ataque direto ao Governador na busca da cidadania, evitando o nome favela, trocando-o por "vila", "Vilas do Brizola".

5. apresentação em famílias.

6. bom índice de auto-organização, através de loteamento das áreas invadidas, com reserva de espaços para urbanização (esgoto e água) e manutenção da ordem no espaço invadido.

7. consciência da força estratégica da iniciativa e da surpresa.

8. mobilidade no deslocamento e resistência na manutenção da posse.

9. percepção do momento de recuar e cessar a crise (feed-back do sistema invasor ante a repercussão da ação direta na opinião pública).

A partir do que chamamos ofensiva pesada, os invasores isolam-se de todos os outros jogadores, e passam a sofrer ataques tanto da imprensa (que parece ter percebido que o estímulo associado da 1ª fase poderia não mais ser controlado por ninguém) como da Administração.

A grande desvantagem dos invasores é que eles não se conhecem. Este fato observado em pesquisa local torna evidente que a invasão carioca não é planejada como movimento político organizado; ou melhor, sua organização é natural. Os invasores vêm, escutam e agem. Após a ocupação a organização é espontânea como uma fila, ou a entrada num trem suburbano até lotá-lo, quando os que ficam de fora não podem reclamar. (64)

Da mesma forma que nas favelas, também nas invasões existe um direito, uma força natural que os organiza, cujas leis são basicamente a lei do silêncio e do fato consumado.

Finalmente devemos notar que a qualidade da categoria social a que pertencem os invasores. O movimento 83 foi praticado por pobres mas não por mendigos ou pelo lumpesinato, sendo estes, agentes da 3ª fase do fenômeno, como veremos.

A maioria dos invasores tinha profissão e procurava estabilidade para suas famílias. Conhecemos funcionários públicos, diversos tipos de operários, rodoviários, porteiros, ex-jogador de futebol, copeiro, sapateiro, etc.

Os investimentos relativamente altos nos materiais de construção e a possibilidade de alguns integrarem as

condições da Cehab comprovam o "status" dos invasores.

A melhor prova do "espírito dos invasores" foi colhida em visita in loco na invasão do espaço abaixo do elevado do pré-metrô de Manguinhos. (65)

2.1.2. Da Imprensa

O cacife da imprensa será jogado numa única tática que consiste em insistir na crise de legitimidade do novo governo, cobrando ao mesmo tempo opções polares.

Estas cobranças "contraditórias" são fundamentalmente as seguintes: 1) da não violência contra os invasores, através da divulgação das violências "em manchetes"; 2) da ineficiência da Administração Pública Rio/83; 3) da "favelização" e "insegurança da propriedade".

O objetivo desse sistema corresponde à dita necessidade de encontrar (até provocar) matéria prima para sua "alimentação", através do noticiário dramático.

É evidente que a imprensa não é o "lado mau" pois que sua função de divulgação é garantia básica dos regimes democráticos. Não obstante o absoluto respeito a esse dogma, devido à já comentada desarticulação dos sistemas políticos oponentes, a imprensa tornou-se jogador partidário, o que lhe fez vislumbrar, como ponto extremo de sua luta estratégica, a possibilidade de desestabilização do Sistema Brizola pela aceleração das invasões.

2.1.3. Da Administração Rio/83

Aqui, estamos apenas a indicar as ameaças (potenciais e efetivas) e as oportunidades estratégicas afetas ao Sistema Administrativo, ou seja, alguns dos insumos positivos e negativos com que o Sistema Administrativo trabalhou na conjuntura 83.

A situação de crise, urge que o Sistema Político encontre respostas imediatas. Destarte o objetivo da Administração Rio/83 é sair da pressão; deter o escândalo (o alarme do noticiário) sem recorrer a violência explícita ou assumida.

Relembremos o grande dilema deste trabalho que corresponde a uma dura realidade: o esvaziamento de uma invasão é impossível sem utilizar a coação policial.

Além dos indicados na 1ª fase, (novas secretarias e autoridades da raça negra), os insumos positivos, ou trunfos, ou as qualidades do Sistema Político Administrativo são: 1) o líder e Governador do Rio/83, operador qualitativo da alta competência política e forte carisma; 2) a extensão do Sistema a entidades não-partidárias como a FAMERJ e a FA-FERJ; 3) possibilidade de concentração de esforços dos integrantes do sistema (alta intensidade no fluxo interno), fora dos padrões processualísticos-burocráticos; 4) possibilidade de liberdade de ação dos agentes tendo em vista a existência de uma estética própria orientadora; 5) a disposição de suas autoridades de aproximação DIRETA do povo pobre.

Os principais insumos negativos são: 1) a situa

ção administrativa precária do Sistema eleito em 1982. Sem "quadros", a Administração atua por agentes, muitos deles, sem estarem oficialmente investidos; 2) a necessidade de operar em prazo crítico/emergencial; 3) a ofensiva dos invasores em terreno especial para moradia.

Esta última adversidade (a arena) deve ser destacada como fundamental para a compreensão do fenômeno e merece destaque à parte, antes de passarmos à cronologia da segunda fase.

2.2. Considerações sobre a ARENA do jogo

O problema da habitação tem duas variáveis básicas: terreno e equipamentos.

Equipamento, em termos de edificação, não é problema, pois existem tecnologias de construção em barro, pedra, madeira, taipa, areia, etc., para produzir casas de baixo-custo.

Terra também não é problema se considerarmos que há muitos locais no Brasil onde a terra é dada, como no Norte (Amazonas) e Centro-Oeste (Rondônia), ou é de custo muito baixo, como alguns lotes no interior do Estado do Rio de Janeiro.

Por outro lado pode-se levantar edifícios de muitos andares em pequenos espaços.

O problema ou a dificuldade está no valor da terra metropolitana, que varia em função da maior ou menor circulação de bens, atividades econômicas e equipamentos urba-

nos básicos (luz, água e esgoto) que por ela passem ou nela se estabeleçam. A carência de habitação está, pois, em espaços econômicos.

Ora, a circulação das mercadorias e serviços ainda existem no Brasil, concentradamente, no triângulo Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo.

A partir desta realidade (o valor da terra, a dinâmica urbana e o uso do solo derivando do acesso aos meios de transportes de massa e carga) a cidade do Rio de Janeiro ultrapassou seus limites político-administrativos devido à presença dos principais corredores rodoviários que são a via Presidente Dutra e a Via Washington Luís.

Os caminhos para São Paulo (BR 116 com 429 Km) e Belo Horizonte (BR 040 com 470 Km), a partir da Av. Brasil (também rodovia federal), passando pelos municípios de Duque de Caixas, Petrópolis, Três Rios, São João de Meriti, Nilópolis e Nova Iguaçu, tornaram-se zonas estratégicas de tensão social. Isto desde os anos 20 e 30, quando devido às limitações edilícias, os migrantes atraídos pela capital do país já saneada (em saúde pública), procuraram moradia nos loteamentos dos municípios limítrofes onde as exigências para parcelamento da terra eram menores e onde ainda hoje a ocupação do solo é problematicamente assistemática..

Dentro da cidade o desenvolvimento da ocupação suburbana foi concentrado ao longo das linhas férreas Auxiliar, Leopoldina e antiga Rio D'Ouro, onde se deram a maioria absoluta das invasões de que tratamos, e da Central.

Além desses ramais férreos, na região invadida e

xistem rodovias, como a própria Av. Brasil (a rigor a única expressa), a Av. Automóvel Club, a Av. Suburnana, a Av. dos Democráticos, Av. Itaóca e a Estrada Velha da Pavuna, que permitem a "integração interna" da região e externa com todo o complexo metropolitano principal do Brasil. (66)

A baixada da Guanabara, (onde se localizam os su búrbios da Leopoldina e Rio D'Ouro), urbanizada historica- mente desde 1.900 - 1.920 é hoje a região de maior concen tração viária e residencial da cidade.

É também o local por onde passam as grandes re- des de abastecimento de água e energia (rede Meriti - Tria- gem), (67) que geram espaços vazios onde houve invasões, so bre os canos da Cedae e sob a fiação da Light.

Todavia sobre todos estes caracteres, a região descrita abriga 48% das favelas da cidade (68) contadas desde o Jacarezinho e Manguinhos passando por uma sequência de morros da Serra da Misericórdia, Juramento, Dendê até o vale do Acari, Fazenda Botafogo, Costa Barros e Pavuna, de onde vieram muitos dos invasores atingidos pela alta dos aluguéis dentro das favelas, como as do Alemão, Rato Molhado, Itararé, Juramento, etc. e até de favelas da Baixada Fluminense.

Uma tal região não poderia ser desconsiderada pe los diversos Sistemas Políticos que governaram o país, principalmente no pós-guerra e na última fase de sístole do Esta do Brasileiro. Destarte na região, 1ª zona de expansão his tórica do Rio, estão construídos dezenas de imensos conjun tos habitacionais por Institutos de Pensão, pela Fundação da Casa Popular e mais recentemente pelo Sistema Financeiro da

Habitação.

Na década de 70 a Administração Geisel (74/79), preparando-se para o processo de abertura política (após o fantasma da derrota eleitoral nas eleições majoritárias de 1974) formulou políticas especiais de legitimação naquela área, definida no 2º PND como prioritária, em termos do disciplinamento da ocupação urbana. (69)

O Sistema Geisel ou a Administração Geisel conseguiu gerar o sucessor, a Administração João Figueiredo, e este, por sua vez, tentou a montagem do Sistema Mario Andreazza (justamente o ex-ministro dos Transportes e do Interior), tendo como símbolos políticos, na região, o pré-metrô planejado de Maria da Graça até a Pavuna (limite com São João de Meriti) e o Projeto Rio (atuação do Promorar na favela da Maré).

Estas duas bandeiras do Sistema Federal foram objeto de invasões, tanto os terrenos do Metrô, construídos na chamada linha-2 (de Maria da Graça a Irajá), como os conjuntos habitacionais (Vila do João e Vila Esperança) da Maré, (Projeto Rio).

Resumidamente temos como condições estáticas da Região, favoráveis à explosão das invasões: 1) a complicada malha viária constituída pelos ramais ferroviários e rodoviários que se concentram na região; 2) terrenos vazios, serviços de passagem e reserva das linhas de energia da Light e de água da Cedae; 3) os morros com encostas faveladas da Serra da Misericórdia, e as margens também faveladas dos rios Jacaré, Faria e Timbó que atravessam a rede rodo-ferroviária

ria até a Baía de Guanabara pelo Canal do Cunha, na favela da Maré, além das dezenas de outros rios como o Rio Irajá ou o Rio dos Cachorros, o Rio Acari e outros menores.

Ora, a ocupação para moradias pela população de baixa-renda (ou simplesmente pelos mais pobres) pode ser considerada "normal": 1) em terrenos de difícil acesso (como os morros de mais de 100 metros da Serra da Misericórdia, os rios e mangues da baixada da Guanabara (70); 2) nas margens de estradas e ferrovias; 3) em conjuntos habitacionais recém-construídos, abandonados ou inacabados; 4) em áreas desapropriadas, com reassentamento parcial, como os casos de Itaipú, Tucuruí e os terrenos do Metrô no Rio de Janeiro e em São Paulo; 5) poderíamos incluir ainda os terrenos objetos de dação em pagamento ao Iapas, que nunca têm utilização imediata.

Assim, a "anormalidade" das invasões está na intensidade massiva e na dinamização político-ideológica (assunção do método direto/às claras) do espaço físico, da região norte da cidade catalizada pela oferta dos terrenos na linha 2 do metrô.

2.3. Cronologia da 2ª Fase

2.3.1. Março

Na mesma semana da 1ª desocupação dos terrenos da Light em Manguinhos, ou mais exatamente um dia antes, na 4ª feira, dia 23 de março de 83, inicia-se uma segunda fase no processo das invasões que não torna mais possível indefi-

nições da Administração e da Imprensa ante a questão.

Neste dia foram invadidos 15 Kms de terrenos ao longo da linha-2 do pré-metrô, de Inhaúma a Irajá (71). Às margens do metrô encontraram-se os 2 elementos essenciais para a vida dos pobres urbanos (transporte + moradia).

Os invasores vêm de favelas da região, como a do Morro do Juramento. Alegaram não poder pagar aluguéis e principalmente terem ouvido "no rádio, na TV, por um homem que avisou a novidade no Morro do Juramento, usando megafone de uma Kombi". Justificavam o crédito na possível "autorização" pelo fato de que na dita Kombi havia um emblema do metrô. (72)

A rapidez do loteamento é impressionante. Segundo uma dupla de PMs que disciplinava o trânsito na passagem de nível de Tomás Coelho - da Estrada Velha da Pavuna com a Av. Automóvel Club -, ao encerrarem o expediente às 14 horas do dia 23, nada havia de anormal no local. No entanto, ao voltarem no dia seguinte, às 6 horas, o espaço estava totalmente loteado. (73)

O boato espalhou-se com a mesma rapidez do loteamento e das maneiras mais diversas. A invasora Lenir Gomes, copeira da Embratel, casada, com dois filhos, soube da notícia "por um irmão da Igreja Pentecostal". Já o invasor João Batista Rodrigues, "encostado" pelo INPS, sonhava com a chance de "viver na beira da rua" e não no morro. Seu vizinho Lourenço Severino da Silva justificava-se por ter ouvido no rádio a notícia e "porque o Brizola não quer que os terrenos virem um matagal abandonado". (74)

Além deste apelo ao Governador Leonel Brizola e ao boato, prova-se aqui a consciência política dos invasores quanto à posse não precária. Segundo a repórter do Jornal do Brasil, Celina Côrtes, "todos que cercaram a terra tinham apenas uma certeza: a casa que vão construir tem que ser de tijolo. Se for de madeira, será derrubada". (75)

A Administração apressou-se em desmentir o boato. O Secretário de Transporte, José Colagrossi, disse que houve um "mal-entendido" e que o Governador dissera que os terrenos do metrô não seriam vendidos, pois pertencem à comunidade. (76)

O próprio Governador esclareceu que em momento algum fez declarações apoiando a ocupação, pela população, das áreas próximas à linha do metrô. Afirmou: "nem me passa pela cabeça qualquer projeto de alienação, de uso particular, de venda de qualquer área do metrô, ainda mais onde os espaços verdes são praticamente inexistentes, como é o caso de Irajá." (77)

Reconhecia ao mesmo tempo a necessidade da moradia, e assumia a responsabilidade de encontrar uma solução para as famílias invasoras, dizendo: "Existe o problema das famílias que precisam de um local para morar. Vamos procurar a solução...". (78)

Realmente o boato, como diz uma música popular, tinha um fundo de verdade.

Durante a campanha eleitoral o Governador eleito aproveitou-se de um discurso indefinido quanto à utilização dos terrenos do metrô. A questão do Metrô, durante a campa-

nha, foi um dos pontos decisivos de formação da opinião pública. Ao mesmo tempo que o Governador Chagas Freitas e o candidato do Sistema Federal, então expresso pelo PDS (Partido Democrático Social), vangloriavam-se pela obra monumental, a oposição do PDT (Partido Democrático Trabalhista), lançava dúvidas quanto ao custo da obra, sua oportunidade, riqueza, corrupção, etc.

Além disso os terrenos invadidos eram local de moradia antes da desapropriação e apesar do ex-governador Chagas Freitas ter decretado que seriam para "lazer", ficou a dúvida sobre a maneira pela qual seriam aproveitados pelo novo Sistema Político eleito em 82.

Aliás a construção do Metrô no Rio provocou no período - março de 1975 a dezembro de 1979, durante quatro anos - a desapropriação de 3.056 imóveis sendo 832 no pré-metrô, conforme informe especial da Cia. do Metrô, publicado no Jornal do Brasil de 06 de março de 1979.

Observe-se ainda que esta obra submeteu a cidade ao impacto social (demandas por habitação inclusive) de uma convocação/atração de migrantes do interior do Estado e de outras regiões do país, em grande número, para serviços de baixo-salário, além de uma devastação equivalente a um bombardeio.

A questão do metrô, em termos do pagamento de sua dívida (contratada em dólares) e do uso de seus terrenos ainda é problemática hoje.

Após a eleição de 1982, a questão dividia as autoridades administrativas e só no dia 26 de maio de 1983,

dois meses após a invasão, é que o Governador garantiu ao então Presidente da FAMERJ, Jô Resende, que as áreas desapropriadas pelo Metrô não seriam transformadas em estacionamento ou garagens, como queria o então Secretário de Transportes.

A declaração foi necessária porque no dia anterior, 25 de maio de 83, o Secretário de Planejamento, Fernando Lopes, dissera que o decreto 5.627/82 (do ex-Governador Chagas Freitas) sofreria alterações, durante uma reunião no Palácio Guanabara entre secretários da Administração, representantes de 15 associações de moradores (entre eles de bairros ligados à região invadida, objeto deste trabalho, como Acaari, Fazenda Botafogo, Pavuna, Anchieta, Engenho da Rainha, Vila da Penha e Del Castilho) mais deputados estaduais. As discussões na reunião foram exaltadas e Fernando Lopes passou a decisão para o líder do Sistema. "Quem vai avaliar se o decreto vai ser materializado ou se vai passar por um processo curto ou longo de discussão é o Governador Brizola", disse o Secretário. (79)

Após a decisão do Governador, o Presidente da FAMERJ garantia que o compromisso assumido por Brizola punha fim ao que chamou de "ciclo da polêmica sobre os terrenos do metrô". Jô esclarecia que "dos 80 terrenos ao longo das linhas 1 e 2 do metrô, apenas 12 foram transformados em áreas de lazer. (80)

Todavia, em 09 de junho de 83, Fernando Lopes declarava que neste dia o Governador assinaria um despacho enviado por sua Secretaria, que após estudo, fixou o critério

para atender as necessidades das associações de ocupar áreas remanescentes do metrô, respeitando o Decreto 5.627. Nos termos do Jornal do Brasil:

"O Governo do Estado já (!) tem um critério para uso dos terrenos desapropriados pelo metrô, que as associações de moradores desejam transformar em áreas de lazer: primeiro serão aproveitados os locais onde existam antigos alojamentos das empreiteiras ou instalações fora de uso. Numa segunda etapa, o Governo reurbanizará as áreas que necessitam de obras e equipamentos de lazer". (81)

Por esta definição, a citada (na 1ª fase) invasão do alojamento do metrô, em Mangueira, legitimou-se e ainda lá permanece.

Retomando o noticiário de março de 83, no mesmo dia 23 de março das invasões da linha 2 do metrô, houve outra invasão de grande repercussão há apenas 100 metros dos terrenos da Light, em Manguinhos, também invadidos na 1ª fase.

Trata-se da invasão de um terreno da Fundação Abrigo Cristo Redentor, na rua Uranos ao lado da casa nº 275, em Bonsucesso, com área de mais de 10 mil m², às margens do rio e do viaduto Faria-Timbó. (82)

São de 40 a 60 famílias provenientes das Favelas de Manguinhos e Jacarezinho e recém chegados da Paraíba e Maranhão. Sua estratégia inicial foi reunirem-se todos os dias, fugir do nome favela para vila (Vila Paraíso), planejar a urbanização do terreno, reunir assinaturas e entregá-las ao Governador Brizola ou ao Prefeito Jamil Hadad. (83)

O invasor Rômulo de Brito (84), mecânico de manutenção, dizia:

- "Vamos colocar um metro de aterro e levantar um muro de dois metros para proteção contra as enchentes do rio Faria Timbó. Já temos até projeto: vai ter uma rua principal, com quatro metros de largura e ruas secundárias, com dois metros cada uma. Nosso abaixo-assinado, já com 70 assinaturas, vai ser entregue ao Prefeito ou ao Brizola, e nele pedimos ajuda para a construção da vila". (85)

A invasão começou na 4ª feira, mas foi no final da semana, sábado e domingo, 26 e 27 de março de 83 que os invasores assumiram a tática do fato consumado. Dizia o invasor José Higino que "a intenção é montar até amanhã (2ª feira, 28 de março) o maior número de barracos no terreno, a fim de evitar ou dificultar a desocupação". (86)

O noticiário registra apoio dos moradores vizinhos, já que os invasores conseguiram água encanada, por cano de plástico, cedido pelos donos de uma casa da rua Uranos. (87)

A Fundação Abrigo Cristo Redentor, entidade vinculada ao Governo Federal, subordinada ao Ministério da Previdência e Assistência Social entrou com queixa de esbulho na 21ª Delegacia Policial, pedindo a expulsão dos invasores de seu terreno. (88)

Nos terrenos do metrô, a reação da companhia também foi imediata e violenta.

Logo no dia seguinte à invasão, ou seja, na 5ª feira, 24 de março, uma equipe de 100 homens do DER começou

a tirar as marcações feitas de Irajá a Inhaúma. O trabalho do DER prosseguiu na sexta-feira, 26 de março, arrancando pedaços de madeira, barbantes, pedras que os invasores usaram para demarcar a terra. Contaram com o auxílio de um grupo do Batalhão de Choque da PM para segurança. (89)

Alguns invasores tinham montado apenas barracas de lona para garantir a posse, outros foram removidos após somente 15 horas de invasão.

As declarações dos invasores à imprensa foram do estilo "comiseração" a que já nos referimos quanto ao início tradicional do processo de favelamento carioca descrito na introdução deste estudo. Não obstante, alguns insistiam em demarcar seu pedaço e apelavam ao novo Sistema Político.

O invasor Dejacir, desempregado há cinco meses, com uma enxada na mão dizia:

- "Agora vamos voltar para a casa da sogra, até conseguir alguma coisa. Quem sabe o Brizola não ajuda a gente?". (90)

Embora logo no dia seguinte à invasão os terrenos já tivessem sido objeto de ações de desocupação, sobre os tubos da Cedae, ou perto deles, como verificado "in loco" pelo pesquisador, na mesma Av. Automóvel Club que margeia a linha-2, perto da estação do metrô, em Irajá, um grupo de invasores de qualidade especial resistia.

Estes invasores concentraram-se numa parte dos terrenos do Metrô considerada zona de segurança da Cedae, ao lado de uma rede de alta pressão d'água.

No final da tarde (17 horas) da sexta-feira, dia

25 de março, um senhor Cenizio Pereira da Silva, dizendo-se representante do Setor de Patrimônio da Cia. Estadual de Águas e Esgotos, precedido de uma incursão da polícia, atemorizava os invasores advertindo-os de que "no outro lado os posseiros já foram retirados". (91)

Os invasores revelaram, então, que alguns deles já moravam no local há alguns anos. Haviam construído suas casas em alvenaria com investimentos superiores, na época a Cr\$ 200 mil, e temiam que seu esforço fosse desperdiçado.

Em visita in loco fomos informados por uma invasora que ainda lá vivia:

"Realmente eu invadi. Mas se é para morar, então vamos fazer uma coisa direita. Meu marido tinha sido de sempregado (como rodoviário, motorista de ônibus) e com o dinheiro do Fundo de Garantia, uns Cr\$ 300 mil, compramos tijolos. Um pessoal da igreja (Assembléia de Deus) ajudou na compra das janelas, e construímos esta casinha." (92)

Estes invasores são os que melhor caracterizam a força/legitimidade do movimento das invasões/83. Tiveram apoio dos vizinhos, moradores de um conjunto habitacional próximo. Alguns demarcaram os terrenos em volta do campo de futebol Rio D'Ouro, que foi preservado como "área de lazer". Formaram uma comissão urbanística que delimitou os lotes, além de salvaguardar o campo de futebol, e marcaram os futuros caminhos por entre os alicerces das casas. (93)

Os policiais chegaram a derrubar uma cerca feita por Jorge Pereira da Silva, que a reconstruiu. Disse ele:

- "Eu tive vontade de jogar alguma coisa em cima

deles mas me controlei". (94)

Como dissemos, a "fama" do local mais as intervenções desapropriatórias, gravam a terra para moradia. O invasor Sidnei Torres contou à reportagem que morava ali desde que nasceu. Sua mãe Heloisa Torres da Silva estabeleceu-se num barraco de madeira há cerca de 35 anos, e na época o local era conhecido pelo centro de Candomblé do Tiãozinho do Irajá, destruído em 1977 pelo Metrô. (95)

Outro invasor, Sebastião Lucindo, tinha um terreno demarcado de 16m por 6m e pegou emprestado Cr\$ 100 mil na firma Fininvest, para construir a casa onde pretendia morar com a mulher e oito filhos.

A grande falha dos invasores foi não ter anotado as placas dos carros nem os nomes ou números dos policiais que os ameaçaram de voltar, com tratores, para a derrubada das casas de alvenaria. (96)

Assim, até a segunda semana de governo, o Sistema Rio/83 já enfrentava quatro invasões: a da Light, do Metrô, da Cedae e do Abrigo Cristo Redentor.

As duas primeiras foram rechaçadas de imediato. Não obstante, no sábado, 26 de março, ficaria marcada a posição do Sistema Imprensa no jogo bruto, iniciando uma campanha cerrada contra os outros 2 jogadores. (Administração e Invasores), através de violento editorial chamado "Terra de Ninguém" do Jornal do Brasil, sobre as invasões da Light e do Metrô.

A posição da imprensa pode ser resumida pelo referido jornal da seguinte forma: 1º) elogia as Cias. Light e

Metrô pelas remoções; 2º) alerta para a incompreensão de pessoas com autoridade pública em relação às remoções; 3º) descreve o processo ideológico de legitimação das invasões e sua materialização, desta forma: "Da proclamação da ilegitimidade (de propriedades abandonadas) passa-se facilmente à justificativa da invasão e à consequente desmoralização da ordem pública"; 4º) acusa as invasões de manipulação por "industrialis da miséria" que lucram com os loteamentos ilegais; 5º) cobra da Administração o cumprimento da lei, dizendo que "medidas de defesa da propriedade não podem ser proteladas".

A tática do jogador imprensa se revela claramente. Ao mesmo tempo em que cobra repressão, publica, com intenção de diminuir a legitimidade da Administração/83, manchetes sobre violência. No sábado, 26 de março, na seção CIDADADE, o Jornal do Brasil publica: "Posseiros do metrô perdem esperança", "Despejados pela Light não podem reconstruir barracos", "Invasores da CEdae recebem ameaças" e o próprio editorial "Terra de Ninguém". No domingo, 27 de março, o Globo publica "Desocupação beneficiou os invasores" e o Jornal do Brasil, "As favelas e a decadência carioca", "Caô diz a invasores de terreno da Cedae que não podem ficar".

No mesmo domingo, 27 de março, o jornalista Pedro do Couto, do Jornal do Brasil, alertava para o fato de 33% das pessoas no Rio viverem em favela (1 milhão e 750 mil) e que por isso a violência e a insegurança urbana ficariam ainda maiores se a Política Urbana não fosse profundamente alterada e direcionada, sendo este o grande desafio do então Prefeito Jamil Hadad.

Realmente o Prefeito, apesar de estar há apenas 12 dias no governo da cidade, não conseguia romper o imobilismo causado por suas declarações de "ser socialista" e de que "para o PDT a palavra remoção não existe". Diante desta imobilidade, invasores e camelôs aumentaram a ocupação da cidade.

Assim como na invasão da rua Uranos, no terreno da Cedae, os invasores aproveitaram o sábado (26 de março) para aumentarem o ritmo das obras, construindo com cimento e tijolos.

A inação do prefeito fez emergir, naturalmente, do interior do Sistema Administrativo para o cenário político, uma outra personagem que fizesse valer a autoridade ameaçada do Sistema Político vigente.

Por volta das 11 horas da manhã do sábado, 26 de março, os invasores receberam a visita do Secretário Estadual de Trabalho e Habitação, Carlos Alberto de Oliveira, o Caó, que passou a gerenciar a questão. Utilizando inicialmente o mesmo argumento do despejo da Light, Caó diz:

- "Vocês não podem continuar aqui. É um terreno da Cedae por onde passa uma tubulação. Se estes canos arrebentarem, suas casas serão inundadas e as famílias vão correr, até mesmo, grave risco de vida. Parem de construir por enquanto e vamos marcar uma reunião para encontrar a solução. Quem sabe a transferência para um conjunto habitacional da Cehab?". (97)

Caó disse ainda não ter soluções prontas para o problema e prometeu voltar a se reunir com invasores no dia

seguinte, domingo, "para ver se todos juntos, chegamos a al
guma conclusão". (98)

A entrada em cena do Secretário Caó, constitui-se na 1ª aproximação direta da Administração junto aos invaso
res, nesta fase crítica, sendo este um ponto positivo que compensava a indecisão do Prefeito. O Secretário apresenta, realmente, uma dinâmica muito mais acentuada. À tarde deste sábado, começa a cadastrar os invasores de acordo com a ren
da familiar.

Um dos invasores, Manuel Ferreira da Costa, que morava com a mulher e quatro filhos no Morro do Juramento, biscateiro, declarou que começou a construir no dia 18 de fe
vereiro de 83 sua casa de tijolos, com dois cômodos. Dizia ele:

- "Vim quando soube por um vizinho da existência de um terreno livre, aqui na Avenida Automóvel Club (metrô). Era uma moça que estava construindo para o pai que acabou de de
sistindo da idéia. Comprei à prestação, meio fiado, Cr\$ 300 mil em materiais de construção." (99)

O mesmo invasor denunciou mais violências cometidas contra eles, no dia anterior, sexta-feira, quando um car
ro da Cedae foi visto levando madeira e tijolos que os inva
sores usavam na construção. "É um roubo. Compramos com sa
crifício". Seu Manuel acusou também a polícia de tê-lo des
respeitado. Declarou que tudo poderia ser feito sem violên
cia, na base do diálogo:

- "O que não posso gostar é que venham com debo
che. Um dos policiais disse até que eu era um desocupado,

parente do "Escadinha", um bandido da área. Vou levar a construção até o fim." (100)

Mesmo com o apelo do Secretário Caó, alguns invasores, como o próprio Manuel não suspenderam a construção.

O líder desta invasão foi o "ministro" da Igreja Assembléia de Deus, Jordival Paixão.

No 2º fim de semana do Sistema Rio/83, o jogo político "esquentava".

No dia seguinte à intervenção do Secretário de Habitação, domingo, 27 de março, o noticiário atraía mais um subsistema da imprensa, o Jornal "O Dia", sem dúvida o mais popular na Zona Norte-Suburbana da cidade. A reportagem de "O Dia" foi sobre a invasão da rua Uranos e confirmava a liderança do invasor Rômulo Rodrigues de Brito que reiterava declarações ao Jornal do Brasil de 26 de março, dizendo que "já conseguimos remédios para exterminar os mosquitos e ratos que proliferavam no terreno e espantaram os marginais. Os moradores do Jacarezinho (ele próprio) estão ajudando oferecendo madeira, objetos domésticos, colchões, e alguns comerciantes já prometeram máquinas para nivelamento e tratores- Além de manilhas para esgoto". Confirmava que iriam apelar ao Governador Brizola. (101)

O mesmo jornal O Dia adicionava, nesse dia 28 de março, outra manchete de pressão contra a Administração, procurando a ampliação regional do conflito: "Moradores do conjunto da Marinha, em Niteroi, clamam por ajuda".

A Administração Rio/83 ou o Sistema Político vigente procurava reagir.

No mesmo domingo, 27 de março, no ginásio do Olaria Atlético Clube, o Governador produzia um fato (jogada) político.

Reuniu-se durante quatro horas com mais de seis mil pessoas, representantes de associações de moradores do Estado e praticamente integrou a FAMERJ ao seu sistema, ao decidir considerá-la "entidade de interesse público" e tornar seu presidente, Jô Resende, consultor dos conselhos das empresas para-estatais como a Cadae, Cehab e Feema. (102)

O Governador, com apenas 13 dias de governo só poderia dar mesmo "a palavra de honra de que os representantes das associações nunca seriam discriminados", alertando, entretanto, que "a força dos moradores depende da legitimidade de sua representação". Mas não recuava de suas difíceis intenções habilmente exploradas pelos adversários:

- "Podem contar conosco e chamem nossa atenção quando entenderem que nossas ações não foram as mais democráticas, as mais fraternas... Quando assumi o Governo encontrei uma massa falida: a administração pública atingiu os mais baixos padrões aqui no Rio. Vamos ter a humildade de dizer que não sabemos solucionar tudo isso, mas vamos nos reunir, trabalhar juntos. Todos os compromissos que assumi antes da eleição estão de pé". (103)

Ao final, o estilo da nova Administração de aproximação direta da população, mais ou menos organizada, tinha sido bem sucedido. Várias vezes o líder foi interrompido com o slogan: "Um, dois, três, quatro, cinco, mil, queremos o Brizola Presidente do Brasil" ou "O povo unido jamais será

vencido." (104)

Não obstante, no dia 27 de março, na invasão do terreno do Abrigo, os invasores chegavam a cerca de 83 famílias, segundo os jornais. A vantagem da não burocratização ou da capacidade de mobilização geral e espontânea de seus militantes/componentes, tinha seu lado negativo. Em relação a esta invasão, por exemplo, houve superposição excessiva das atuações descoordenadas das Secretarias Estaduais de Habituação e Trabalho, Promoção Social e a municipal de Desenvolvimento Social. A secretária desta última, ao dirigir-se ao encontro citado de Olaria, resolveu "dar uma parada" de dez minutos na área, sem mesmo sair do carro oficial. Disse:

- " Não posso ainda conversar com estas famílias porque não estou inteirada sobre a posse legal do terreno e ainda não conversei com a diretoria do Abrigo... Amanhã munida de dados, ouvirei suas histórias e tomarei as primeiras providências... Soube que estas famílias querem se fixar aqui e querem a colaboração do Estado. Esta situação é igual a muitas outras que vêm surgindo, mas cada caso tem que ser estudado separadamente." (105)

Como não poderia deixar de ser, "a parada" serviu para dar esperanças aos invasores. Uma delas deduziu que "se ela não falou em expulsão, não vai nos tirar daqui." (106)

Ainda no domingo, 27 de março, realizou-se a reunião prometida com os invasores da Cedae, na Av. Automóvel Club (linha-2) que resultou no cadastramento de 65 famílias, 12 famílias a mais (que apareceram na hora) que as cadastra

das no dia anterior. Destas, 35 famílias não possuíam a renda mínima exigida (Cr\$ 45 mil) para integrarem o Sistema da Cehab.

Nesta reunião aparecem mais dois personagens da Administração, o então assessor do Secretário Caó, Sr. Antonio Carlos Bonfim, depois presidente da Cehab e a Sra. Maria Luiza Schneider, assistente social, que apresentaram duas propostas: 1ª - transferência dos que têm renda para os conjuntos habitacionais de Votorantim, Santa Cruz e Manguariba (zona Oeste), e, 2ª - transferência dos que têm renda para a unidade de triagem Fazenda Coqueiro, em Bangú. (107)

A aproximação direta e a necessidade de respostas urgentes às questões da imprensa, conduzia a Administração Rio/83 a "erros de avaliação imediata". A hipótese de aproveitamento de terrenos do Estado (que será mais tarde o grande trunfo de oferta do governo) segundo o Sr. Bonfim era então, considerada como "muito remota". (108)

Como a reunião com os invasores da Cedae foi na Av. Brasil, numa garagem da Cehab longe do Irajá, a Administração transportou-os em Kombis.

A Administração descobria também, na prática, que a origem das invasões era mais remota.

No trajeto, dentro das Kombis, o espaço de intimidade tornou-se maior e foi revelado à Administração que algumas famílias já ocupavam a área há cerca de cinco ou seis meses, com autorização verbal de funcionários da Cedae, no período pré-eleitoral, permitindo a invasão. "Vamos apurar se isto é verdade", dizia o assessor Bonfim. (109)

A técnica de cadastramento tem o poder de dividir os invasores entre os que podem e os que não podem entrar no plano da Cehab, mas tem a desvantagem de gerar uma experiência de direito para os cadastrados.

Quanto à imprensa, sua técnica é colocar em manchetes, como conclusão de reportagem, um juízo desfavorável para a legitimidade da Administração.

Quanto aos invasores, suas justificativas e táticas também continuam as mesmas, e pode ser bem exemplificada pelas declarações ao Jornal do Brasil de alguns da invasão do terreno da Fundação Abrigo Cristo Redentor:

"Estamos fugindo do custo de vida e viemos tentar a vida aqui porque aquela cidade (São Paulo) é uma ilusão" (Rose Junqueira). (110)

"Nossa intenção não é fazer do local uma favela" (Paulo Sérgio de Sousa). (111)

"O objetivo é construir o maior número de barracos possível para evitar a desocupação" (Amauri Pacheco dos Santos). (112)

O terreno do Abrigo estava no domingo, 27 de março, totalmente demarcado e, ironicamente, os invasores davam ao "novo bairro" o nome de Vila Margarida, em homenagem à Sra. Margarida, secretária da Fundação que há dias não os recebia. (113)

"Pode anotar aí, ninguém pensa em outra coisa senão na construção da vila. Vai ser um lugar bonito pra gente morar, posso garantir" disse um dos líderes, o Sr. José Higino da Silva, o Sorriso, ex-jogador de futebol, e à época

ca, "o mestre de obras" da invasão da rua Uranos". (114)

Apesar dos compromissos de não-remoção, das reuniões, do cadastramento e das declarações da Administração assumindo a responsabilidade de solucionar os problemas das famílias invasoras, sem violência, a realidade era outra.

Na 2a. feira, dia 28 de março, de madrugada, vários barracos foram incendiados no terreno da Cedae.

Os invasores acusaram moradores do Conjunto Habitacional Coronel Vieira, ao lado do terreno. Um deles, Custódio Domingos, no local há 20 dias, disse:

- "Foi terrível. Chegamos aqui bem cedo e encontramos muitos barracos incendiados, além de estacas arrancadas. Até material de construção eles levaram: sumiram as placas de zinco que eu comprei para fazer o telhado da minha casa. Pra mim foram esses moradores aí do conjunto que querem expulsar os mais fracos, para ficar com os lotes e vender ao primeiro que chegar." (115)

Outro invasor, Antonio Carlos Riccio, ex-porteiro do Hotel Meridien, casado com dois filhos, disse que os vergalhões foram arrancados durante a madrugada quando estavam dormindo. Apesar de tudo, não se abatia:

- "Estou com dois meses de aluguel atrasado... O que eu não posso aceitar é que venham destruir o que contruí com sacrifício. Mas tem nada não. Eu construo de novo. e durmo até ao relento para descobrir quem quer derrubar minha casa. Enquanto tiver terra, a gente vai ficando." (116)

A coragem dos invasores era grande. Nos terrenos da Light, objeto de desocupação descrita na 1ª fase, já

dois barracos estavam sendo parcialmente reconstruídos, apesar da vigília de funcionários da cia e das ameaças contra os que tentavam reconstruir. (117)

A Administração estava em desvantagem no jogo da legitimação mas ainda procurava minimizar o fenômeno ou dar-lhe tratamento clássico.

Primeiro pelo próprio Governador, que respondendo os repórteres, no melhor estilo da comunicação popular, aproveitou uma personagem do humorista Jô Soares, na televisão, para sublinhar uma velha tática dos Sistemas Político-Administrativos Brasileiros: vitimar-se, apontando/denunciando inimigos ocultos:

- "Foi um trabalho "mui amigo". Soubemos que circulou uma camionete conclamando as pessoas pobres a se estabelecerem naquelas áreas, que eu autorizaria. É uma atitude criminosa de alguém procurando explorar as dificuldades dos outros," disse. (118)

Garantiu, o Governador, apesar de todas as violências anônimas, que de certa forma o aproveitavam, que o problema da necessidade de moradia estava sendo solucionado "num ambiente de fraternidade entre os invasores e o Secretário Caó. As opções são a transferência das famílias necessitadas para conjuntos habitacionais já prontos, para terrenos disponíveis ou áreas a serem conseguidas para a construção de residências. Tudo será feito sem qualquer violência, com entendimento entre o Governo e os necessitados", declarou. (119)

Ao escândalo da notícia do incêndio das constru

ções da Cedae, o Secretário da Habitação e Trabalho, Carlos Alberto de Oliveira (Caó) respondeu anunciando ter, na reunião de domingo, chegado a um acordo com os invasores do terreno da Cedae, no Irajá. Na segunda-feira, 28 de março, dizia ele:

- "Nós fizemos já um acordo. Eles pararam com as construções - o terreno cobre uma tubulação da Cedae que corre risco de perfuração com as construções - e nós estudamos caso por caso. Após o encontro com o Governador, decidimos tomar medidas preventivas contra novas invasões, mas a polícia não vai reprimir problemas sociais deste tipo." (120)

Caó chamou de solução de emergência, as seguintes providências após o acordo feito, segundo ele, na presença de representantes da Cehab, Cedae e do Secretário de Obras do Estado: das 65 famílias cadastradas, 35 delas não têm renda pra comprar imóveis pela Cehab e ficarão no Centro de Triagem e Integração Social Fazenda Coqueiro, em Bangú; 15 famílias aceitaram comprar apartamentos da Cehab e outras 15 preferiram comprar lotes urbanizáveis. (121)

Os lotes urbanizáveis ainda não estavam localizados e o que poderia ser caracterizado realmente como emergência, no caso, seria a transferência para os centros de triagem, onde são colocados os mendigos e indigentes da cidade, o que devido à categoria dos invasores, como veremos mais adiante, não seria aceito por muitos. De qualquer forma, os invasores começaram a ser diferenciados e ter sua força dividida no jogo político.

Na terça-feira, 29 de março, no mesmo tempo que

destacava a resposta do Caô ("Invasão de Terrenos: solução de emergência"), o Globo colocava outra manchete ao lado, cobrando a necessidade de ajuda aos proprietários: "Abrigo Cristo Redentor pede ajuda a Brizola", o que, aliás, é totalmente descabido já que o terreno estava abandonado e o Abrigo nunca dera destinação a ele.

Outro comentário necessário, neste ponto do relato, diz respeito à dogmática da Administração Pública em termos de postura no jogo da legitimação. Durante períodos de sístoles ou diástoles, uma Administração, um Sistema Político nunca pode acusar o povo. Ao contrário, deve apresentar as ações rebeldes como "anormais", isto é, como ações de manipulação de pessoas ou grupos ocultos contra a própria Administração e contra os próprios invasores. Deve também a Administração sempre se comprometer em apresentar soluções sem violência, principalmente por causa da "inocência" do povo.

Tal posicionamento é ideológico e busca reforçar o mito de que o povo brasileiro é sempre pacífico, dócil e acomodado, só agindo manipulado por "subversivos, padres comunistas" ou "por aproveitadores inescrupulosos" conforme estejamos em tempos de sístole ou diástole. (122)

A história de conquistas das terras do Brasil e em particular as do Rio de Janeiro destroem totalmente esta imagem. (123)

Quanto à atitude administrativa do Sistema Político Rio/83 de adotar soluções emergenciais era, a nosso ver, a única possível diante da impossibilidade de planejamento de soluções a longo ou médio prazo, ante o processo irrever-

sível de descompressão social gerado pela abertura política dos anos 80 e acelerado pela eleição de Brizola.

Até aqui os fatos (invasões, camelôs, saques, fugas de presos) ou melhor, os problemas sociais nas áreas de habitação, desemprego, policiamento e abastecimento sucediam-se logicamente correspondendo à expectativa dos Sistemas Políticos fechados.

O grau de permissibilidade da Administração Brizola era testado cada vez mais radicalmente.

Apesar do acordo anunciado pelo Secretário Caó, na 2a. feira, 28 de março, com os invasores da Cedae, as invasões continuaram neste e em outros locais.

Na terça-feira, 29 de março, os invasores negavam o acordo ao repórter do Jornal "O Globo" e Jordival da Paixão, líder da invasão da Cedae, com 5 filhos declarava :

- "Esse Secretário quer nos levar para morar num cubículo de um cômodo só, em Santa Cruz. Eu, com 5 filhos, um cômodo não dá. Onde as crianças vão estudar? Além disso ele marcou com a gente aqui e não apareceu: mandou uma assistente social que o pessoal, muito chateado, nem queria receber". (124)

Jordival qualificou de "conversa fiada" a explicação da Cedae e do Caó de que as construções eram perigosas pela tubulação:

- "Essa tubulação, tão perigosa como dizem vai até a Pavuna e tem edifícios em cima dela. Não vai ser um barraquinho que irá perfurá-la. O pessoal da Cedae sabe que em Copacabana há prédios em cima da tubulação e ninguém diz

nada". (125)

A mesma reportagem esclarecia finalmente o iní
cio das invasões da Cedae. Tinham sido iniciadas por cinco
funcionários da própria Cedae. Um deles que não quis identi
ficar-se, disse:

- "A Cedae no início (logo após as eleições de no
vembro) deu até certa cobertura, porque foram funcionários
da empresa que começaram a invadir a área. Quando chegaram
os outros, há um ou dois meses, começaram a dizer que não po
deríamos invadir devido à tubulação." (126)

A maioria dos invasores dizia ter votado em Bri
zola, negava o acordo e anunciava que o nome do local será
Vila do Brizola". (127)

As invasões prosseguiram em outros locais do Muni
cípio e do Estado.

No Irajá, rua Monsenhor Félix, num terreno vizi
nho ao da Cedae, na mesma região do metrô, 50 famílias tenta
vam instalar uma futura vila, só não conseguindo estabilizar
se porque à noite os moradores da vizinhança roubavam o mate
rial de construção. (128)

Da mesma forma, desde os últimos dias de março,
moradores da favela de Manguinhos invadiram uma rua projeta
da da Prefeitura, transversal à Av. dos Democráticos. (129)

No mesmo noticiário do dia 30 de março, o Globo
procurava estender o movimento além do Rio, anunciando que
no sábado, dia 26 de março, tinham sido invadidas 146 casas
do conjunto habitacional de Puris, em Três Rios, divisa com
Minas Gerais.

Na quinta-feira, 31 de março de 1983, a ofensiva dos invasores chegava a ritmo crítico para a frequência cardíaca do Sistema Administrativo Rio/83, com a ocupação de 2 terrenos da Cia. Nova América de Tecidos, em Del Castilho e Inhaúma, com cerca de 1.000 m² cada, localizados nos lados esquerdo e direito da Estrada Velha da Pavuna, da Rua Ateneu e outros espaços à margem direita da linha-2 do metrô.

2.3.2. Abril

O mês de abril de 1983 iniciou-se no final da semana santa.

No dia 1º, sexta-feira, Paixão de Cristo, já não havia nenhuma área dos terrenos da Cia. Nova América que não estivesse demarcada por cerca de 200 famílias provenientes das favelas de Nova Brasília, Alemão, Rato Molhado, do Conjunto Habitacional Castro Alves, em Del Castilho, e outras.

O início, como de regra, foi pleno de boatos.

Logo que a notícia de que havia um terreno que podia ser ocupado se espalhou, as famílias arrumaram as coisas e vieram juntas para cá, afirmou um invasor que veio do Morro do Alemão com mais 8 famílias.

Segundo outro invasor, Pedro Martins, a polícia transmitiu a informação de que as casas teriam de ser de alvenaria. (130)

No dia 3 de abril, domingo de Páscoa, outra invasão.

Às 7 horas da manhã, cerca de 200 pessoas, moradoras de perto (Sampaio e Jacaré) e outras vindas de longe (Belford Roxo e São João de Meriti) ocuparam um terreno do DER ao lado da viaduto Noel Rosa, no Jacaré.

Esta foi a única invasão confessadamente planejada. Um Sr. Severino Firmino da Silva e um Sr. Geni, disseram ter ouvido na televisão promessas do Governador Leonel Brizola e resolveram segui-las, pois "tinham cumprido seu dever eleitoral". Na sexta-feira, os dois reuniram umas duas centenas de pessoas no morro do Jacarézinho e marcaram a invasão para o domingo. (131)

A Administração procurava apoio de outros sistemas políticos para responder ao avanço invasor.

Na sexta-feira, 1º de abril, o Prefeito tentou uma aproximação da FAFERJ. A posição desta entidade, entretanto, era bem pior do que a da FAMERJ (organismo de classe média), por exemplo, para aproveitar o espaço oferecido pelo novo sistema governamental.

Os membros dessa entidade sabiam tratar-se de um espaço estratégico, que deveria ser ocupado com sabedoria política.

Era, como é, perigoso assumir um crime, mesmo legitimado pelo direito à moradia. Assim, seus líderes não podiam formular um juízo público de aprovação sobre o método direto das invasões.

O experimentado presidente Irineu Guimarães declarava, traduzindo uma legítima indecisão:

- "...minha função seria mandar continuar a cons

trução das casas, mas... os invasores deveriam acatar as de terminações dos policiais que estão no local para impedir no vas invasões. (132)

Na FAFERJ não havia, pois, autoridade que pudes se intermediar as relações entre os invasores e a Administração.

Tampouco o apoio podia advir dos outros poderes de Estado.

O Poder Legislativo se enredava numa Comissão Parlamentar de Inquérito para analisar as causas do surgimento e proliferação das favelas no Estado. (133)

O Poder Judiciário, como veremos, aplicava a lei, "tout court".

Destarte, nenhum sistema ajudou politicamente a Administração Rio/83 e muito menos aos invasores, pois ne nhum político, favelado, parlamentar, muito menos juizes, ad vogados e jornalistas assumiria publicamente apoio ao método direto dos invasores, como exercício do direito à moradia.

A partir daquele fim de semana santa, todos os sistemas políticos atacam-se violentamente na busca da deci são favorável ao jogo.

Até a segunda-feira, 4 de abril, os invasores ti nham ocupado, neste município, terrenos do Metrô, nos bair ros de Inhaúma ao Irajá; da Cedae, no Irajá; da Light, em Manguinhos; do Abrigo Cristo Redentor, em Bonsucesso; da Cia. Nova América, em Del Castilho; do DER, no Jacaré; além dos terrenos particulares nas adjacências.

Até aqui a lógica dos sistemas fechados podia

ser aplicada à política carioca.

A Administração estava "em cheque". O Secretário Caô, como principal autoridade encarregado de gerir o conflito, fazia o possível mas era alvo fácil de atingir ante as inevitáveis "contradições" provocadas e apontadas pelos opositores.

Anunciava a paralisação das construções mas estas continuavam.

Dizia ele, quanto a invasão dos terrenos do Metrô/Cedae: "As 30 famílias que têm condições de inscrição na plano da Cehab estão assinando um documento com a secretaria no qual nos comprometemos a conceder-lhes a casa em 30, 40 dias no máximo. Das restantes há pelo menos 15 famílias que já aceitaram a transferência provisória para a Fazenda Coqueiros, que é próxima, e onde desenvolveremos um projeto de integração social com a construção de pequenos môdulos habitacionais. A solução para as restantes (20 famílias) está sendo estudada conjuntamente com a Secretaria de Obras, já que os engenheiros estudam a possibilidade de um terreno, pertencente ao Estado, vir a ser transformado em ârea residencial." Este terreno fica nas proximidades e "caso possa ser aproveitado como tudo indica, seria urbanizado para que os próprios moradores construíssem . suas residências." (134)

Ao contrário, dizia Jordival Paixão, líder da invasão da Cedae:

- "Não adianta oferecer moradia em Santa Cruz que nós não sai daqui. (...) A única coisa que a gente acei

ta é a promessa do Secretário (Luiz Salomão, Secretário de Obras) de conseguir um terreno da Região Administrativa, próximo daqui." (135)

Os invasores surpreenderam os sistemas políticos porque tinham a decisão clara de conquistar a cidadania prometida, apropriando-se de terrenos vazios, valorizados pelas opções de transporte, para ali construírem, por si próprios, suas casas.

Daí que um dos problemas da Administração era que a opção imediata, em termos de espaço para transferência dos invasores, eram ou os conjuntos da Cehab, na Zona Oeste da cidade, ou os albergues, para onde vão os mendigos, indigentes, pessoas sem famílias que não estão absolutamente na categoria daqueles invasores.

Quanto à imprensa, após o domingo da Páscoa de 1983, passa a atacar através de sucessivos editoriais, onde pretendem sintetizar, fazer um balanço da atuação, dos fundamentos e das consequências das invasões e das respostas administrativas.

Na segunda-feira, 4 de abril, o Jornal do Brasil editava "Ordem e Justiça", e na terça-feira, 5 de abril, o Globo editava "Carentes e Pagantes".

São os seguintes os principais pontos destacados pelos editoriais do Sistema Imprensa.

1º) alerta para a gravíssima situação social que as invasões precipitam;

2º) aponta as invasões como falsa solução imediatista;

39) resume o quadro econômico-sócio-cultural que traz para as cidades massas migrantes de que se aproveitam os demagogos.

Como se vê o cuidado estratégico com o paradoxal privilégio de ser vítima é fundamental no jogo da legitimação carioca/brasileira. A imprensa, mesmo com todas as vantagens no jogo, não acusa os invasores na totalidade. Sempre ressalvam a condição passiva das massas, condição que as absolve por ininteligência ao mesmo tempo que as condena por ignorância. Dizia o editor que os invasores "... procurando resolver o problema de moradia, deixam-se enlevar pela demagogia criminosa de que a terra é de todos".

O editorial de 5 de abril de O Globo, " Carentes e Pagantes ", apresenta como argumento contra a política de "prioridade para os mais pobres", que o Sistema Rio/83 procurava defender, a simples constatação de que o maior volume das contribuições tributárias de que se vale a Administração Pública são feitas pelos privilegiados enquanto os chamados "carentes" em nada contribuem.

O fato é que as invasões aumentavam. Em Del Castilho e Inhaúma, nos terrenos da Cia. Nova América e nas proximidades, elas ampliavam-se por uma extensa área entre a Estrada Velha da Pavuna e a Av. Automóvel Club atravessada pelas ruas Ateneu, Iguará, Aporá e Amaro Hamati, onde fica o conjunto Cidade Jardim, construído pela Nova América para seus funcionários. (136)

Diante dessa proliferação, o Secretário de Habitação anuncia oficialmente a criação pelo Governador de uma

Comissão de Emergência "que estudará uma solução rápida para os problemas que foram surgindo." (137)

Não obstante, continuava alvo fácil dos disparos dos opositores.

As manchetes da Imprensa indicavam violência (queima, derrubada de construções, ameaças verbais e roubo de material) no tratamento da questão, ao mesmo tempo em que os editoriais reclamavam "uma postura séria e objetiva das autoridades". (138)

O Secretário Carlos Alberto de Oliveira passou, então, a ter que fugir, adiar encontros e reuniões com os invasores, mandar representantes, fazer promessas de solucionar o problema à curto prazo, expondo seus flancos à imprensa com declarações ambíguas. (139)

No espaço cedido pela Administração, por indefinições e lentidão de respostas, a violência não-assumida instalou-se naturalmente, contra os invasores.

Em Del Castilho, na invasão dos terrenos da Companhia Nova América, no sábado, 2 de abril, policiais queimaram um barraco e derrubaram um outro. (140)

Apesar da presença de uma patrulhinha do 22º Batalhão da Polícia Militar na área, a invasão aumentou no domingo de Ramos, 3 de abril.

Nesta invasão, que chamamos "da Nova America", houve as mais fortes demonstrações de confiança, apelo e questionamento do Governador.

Um dos lotes (de 10m x 10m) foi reservado para sede da "Vila Brizola". Os invasores colocaram uma tabuleta

com os dizeres "Atenção, este barraco será a sede dos favelados da Vila do Brizola e está sob a direção do Sr. Vemão, vulgo Bigode". (141)

Em outro barraco havia a inscrição: "Organização Popular. Pedimos apoio ao Sr. Leonel Brizola". (142)

Os invasores da Nova América eram de nível econômico mais baixo do que os da Cedae.

Nessa última invasão, os posseiros davam demonstrações de organização e criatividade na superação dos obstáculos postos pela Administração. Durante o fim de semana de 2 e 3 de abril, o soldador Daniel Amador e seu primo Olair Pontes Ferreira, funcionário do 10º Tabelionato da cidade, colocaram uma laje pré-fabricada na casa de dois andares que construíram. Pagaram à época Cr\$ 21.400,00 pela laje.

Cada um tinha sua família mas optaram pela construção de suas casas superpostas para superar o argumento da Administração de remoção por perigo de estouro das tubulações da Cedae.

Respeitando o espaço das tubulações, ainda havia uma faixa de terreno de uns 30 metros, onde os dois invasores construíam.

Daniel e Olair e outros eram construtores de casas em alvenaria e impediam outras famílias de levantarem barracos com qualquer tipo de material "pois não queremos que o local vire favela". Declaravam aos jornalistas que dariam dois meses de prazo para que as famílias transformassem os barracos já levantados em casas, e depois "agiriam". (143)

Aqui se provam algumas peculiaridades da arena do jogo.

Os mapas do anexo nº 2 postos ao final do trabalho, esclarecem os locais de passagem de luz e água, sistema viário e o local de passagem da linha verde (pré-metrô). A acrescentando-se a estes dados as desapropriações e construções (dos elevados) por conta do metrô, pode-se imaginar a quantidade de pequenos espaços de terra altamente valorizada não aproveitados, que sobram aos lados, sobre e abaixo das edificações do metrô, e dos canos d'água e dos fios da Light.

Estes espaços inutilizados prestam-se, naturalmente, a invasões.

O melhor exemplo está nesta promessa de um fiscal do DER, encarregado das remoções, aos invasores de um terreno deste Departamento, no Jacaré: de consultar o engenheiro responsável pelo projeto da linha verde que poderia liberar parte do terreno que não seria utilizado nas obras e permitir a construção de barracos. (144)

Na segunda-feira, 4 de abril, após estudar os relatórios sobre as invasões, remetidos pelo Secretário de Habitação e Trabalho, o Governador parte para ofensiva, por denúncia e acusação de manipulação dos pobres. Dizia ele: "estou convencido de que há uma ação sistemática cuja origem ou fonte ainda não foi detectada". (145)

No mesmo dia 4, o Governador assinou o ato de criação do Grupo Executivo de Ação Comunitária Integrada (GEACI), composto de seis membros das Secretarias de Habitação e Trabalho, Promoção Social, Obras do Estado e do Municí

pio, Desenvolvimento Social e Polícias Militar e Civil.

O nível dos invasores, em termos das posses que apresentavam, principalmente nos terrenos da Cedae, Metrô e Abrigo Cristo Redentor, era surpreendente. Daí, e pelas próprias exigências dos invasores, as primeiras conclusões de Administração acusavam existência de "pessoas não necessitadas" entre os invasores.

Não obstante, o próprio Governador atacava com prudência:

- "Parece que estão procurando estimular essas iniciativas porque lá encontramos barracas de camping e pessoas com automóvel. Os levantamentos feitos demonstram que, em alguns lugares, a maioria vai lá demarcar os terrenos e depois vai embora. Vamos verificar, porque parece, essas pessoas têm casas em outras zonas.

Há outros indícios e detalhes que ainda não julgamos oportuno revelar, mas que nos demonstram estar havendo um trabalho sistemático pretendendo criar uma situação para o novo Governo, não sei se colocá-lo à prova - se vai reprimir ou atuar de uma forma que possa ser questionado - ou se estão com o propósito de criar um ambiente de insegurança... O Governo está enfrentando o problema como entende ser correto, isto é, fazendo os levantamentos, examinando as situações que surgem, procurando guarnecer as áreas invadidas e evitando atos de repressão." (146)

A delicada operação qualitativa de decodificação da situação ideológico-estratégica em que se encontrava o jogo político, feita pelo Governador Brizola, não podia, infe

lizmente, satisfazer aos termos prático-administrativos que se exigiam do Secretário de Habitação. Não podia esta autoridade ter a clareza do líder nas suas declarações. Dizia o Caó:

- "O Governo, além de estudar soluções sociais e técnico-jurídicas, tem a responsabilidade de resguardar os direitos dos proprietários e não-proprietários". (147)

Difícil tarefa, sem dúvida.

Nesta altura da progressão do jogo, o aspecto estratégico mais importante é que à ideologia da vítima /busca de culpados, correspondia a violência "anônima", e essa correspondência criava um espaço interessante aos jogadores Administração e Imprensa.

A hipótese estratégica é simples.

Sendo os invasores esmagados lentamente, por uma maneira oficial/assumida ou por outra qualquer, atendiam-se os objetivos da imprensa que já podia diminuir seu ritmo de ataque (que também implica desgastes) à Administração.

Talvez por isso, na terça-feira, 5 de abril, a imprensa mesmo mantendo a pressão por manchetes e editoriais, já "apoiava" em alguns pontos, a Administração. O Globo no editorial "Presos e Mendigos", dizia que "o novo Governo do Estado do Rio está procurando trazer essas questões para a cena aberta. Atingindo assim mais a fundo a sensibilidade coletiva, pode também abrir clareiras para o surgimento de fórmulas que conciliem a exequibilidade material com os recursos escassos."

O Jornal do Brasil em editorial titulado "Lógica

do Absurdo" de 3a. feira, 5 de abril, reconhecia não ser so mente a Administração Rio/83 quem tinha dificuldade de ope rar no ritmo da abertura política, mas também (quanto a inva sões) as novas Administrações de Salvador, Campina Grande e Três Rios. Considerava também o editorial o problema da di visão tributária que escasseia os recursos municipais.

Apesar de ceder estes pequenos argumentos, a con clusão final do editor do Jornal do Brasil, nesta terça - fei ra, exigia "medidas objetivas para fazer com que a lei seja cumprida em vez de declarações de autoridades, reuniões, le vantamentos sócio-econômicos dos invasores".

Advertia o editor (nos termos da 2ª lei da termo dinâmica) que "o poder público corre o risco de ficar sem força diante do problema crescente".

A lógica absurda dos invasores, segundo o jor nal, era "a admissão que a violência geradora de situações de fato, gera, também, direitos. O que, em outras palavras, constitui-se na contrafação da ordem democrática." (148)

Assim, apesar do jogo da imprensa continuar vio lento "no atacado" podia-se ver, "no varejo", alguns pontos de aprofundamente e ampliação do debate para compreensão das vasões, o que de certa forma desculpava o novo Governo.

Estas pequenas convergências que se iniciavam, a presentando uma tênue possibilidade de reforma da linha dire ta de ataque da imprensa à Administração Rio/83, foram, con tudo, rompidas por um subsistema da imprensa carioca, o jor nal Última Hora.

A Última Hora, como jornal de pequeno porte, che

ga tarde ao filão do noticiário que eram as invasões. Tenta então, atingir o mercado de notícias publicando no dia 5 de abril, a manchete "Invadam, Brizola Garante".

A questão chegara inevitavelmente ao líder, o centro do Sistema Político que deve ser protegido como rei no jogo de xadrez.

O Governador do Rio, na segunda-feira, 4 de abril, denunciou uma fonte oculta de orquestração das invasões ao mesmo tempo que tentava articular a intervenção governamental, assinando o ato de criação do Grupo Executivo de Ação Comunitária Integrada (GEACI), sob a coordenação de Caó.

No mesmo dia o Governador viajou a São Paulo para encontro com Tancredo Neves e Franco Montoro, governadores de Minas Gerais e São Paulo, eleitos como oposição, e que enfrentavam a crise no coração do país.

Preocupavam-se com a ameaça de intervenção federal.

Na terça-feira os três governadores reuniram-se no aniversário do programa da Rede Globo "TV Mulher". Os três governadores pediam ajuda ao Governo Federal, propondo a integração pelos meios mais diversos. Inclusive pela participação na sucessão do Presidente Figueiredo.

Dizia Brizola:

- "A colaboração mútua entre o Governo Federal e local é imperativa, porque o Governo Federal tem muitas estruturas no Rio e precisamos trabalhar juntos. Ele contará comigo e nós contaremos com ele. Agora, combateremos qual-

quer atitude sectária e de isolamento..." (149)

Tancredo Neves dizia já ter marcado sua 1ª entre vista com o Presidente João Figueiredo, quando iria mostrar ao Presidente "a necessidade de uma ação conjugada dos Gover nos Federal e Estadual, para que todos os problemas sociais e econômicos que nesta hora atingem o Brasil possam ter uma solução harmônica e de maior eficiência. (150)

Enquanto os governadores se reuniam, a violência popular espalhou-se em São Paulo, no Centro e no bairro de Santo Amaro, com saques e derrubada até das grades do Palá cio Bandeirantes.

O Governador de São Paulo, Franco Montoro, foi, então, à televisão, às 20 horas, e afirmou que "respeitando o legítimo direito do povo de reivindicar os seus direitos, devo observar que as manifestações ocorridas em vários pon tos da capital, depredações e saques, tudo leva a crer na e xistência de um plano concertado por pequenos grupos com o objetivo de tumultuar a organização democrática de São Pau lo...". (151)

Brizola procurava apoio em São Paulo e lá o cli ma estava pior em termos de violência popular. Contudo a legitimidade da repressão a saqueadores e arruaceiros é bem mais tranquila do que o emprego da força contra famílias de invasores de baixa renda, a procura de moradia, como o caso do Rio de Janeiro.

A Administração Rio/83 tem que seguir equilibran do-se num fio. Ao mesmo tempo em que inibe o Poder de Polí cia e assume a responsabilidade de arranjar outros locais pa

ra os invasores morarem, a Administração corre o risco de cair em desgraça com a população permitindo violências anonimas, abandonando invasores à própria sorte.

Informava à época a Chefia de Relações Públicas da Polícia Militar que "o comportamento dos policiais militares nos casos de invasão de terras é apenas o de garantir a ordem legal, ou seja, dar garantias aos oficiais de justiça que cumprem ordem judicial. Eles não podem, pois, derrubar barracos ou remover móveis e utensílios."

Uma outra fonte do Estado Maior da PM acrescentava que "se ficar comprovada a participação de policiais-militares na derrubada de barracões, eles serão punidos de acordo com a Lei." (152)

Juridicamente mais coerente foi o diretor do Departamento Geral de Polícia Civil, delegado Inocêncio Vasconcelos. Dizia ele que "as delegacias policiais foram alertadas para o fato das invasões de terras serem capituladas na lei como esbulho possessório", acrescentando que a polícia nada pode fazer se a invasão estiver consumada. O delegado Inocêncio afirmou que a polícia pode impedir as construções irregulares tanto em terrenos do Estado como em particulares, mas somente quando solicitados para esse fim. (153)

No dia 6 de abril, 4ª feira, reunia-se pela primeira vez o GEACI. Declarava o Secretário de Habitação repetindo o Governador: "há pessoas que têm interesses econômico-financeiros nas invasões e somando-se todos os elementos (por exemplo há barracas de camping armadas) podemos suspeitar que há alguém politicamente interessado em criar dificultades."

dades para o governo recém-empossado." (154)

Contrariando esta opinião, o comandante da PM, Coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira afirmava:

- "... não tenho pistas de quem está incentivando favelados a invadirem terras nos subúrbios..." o que causa estranheza é que as invasões estão surgindo generalizada-mente". (155)

Também contrariando a suposição do Secretário de Habitação e do Governador, a imprensa esclarecia que a suspeita barraca de camping encontrada na invasão do Abrigo Cristo Redentor pertencia a Oscar de Brito, desempregado, residente em Duque de Caixas, que ganhou a barraca emprestado de um irmão que morava na favela do Jacarezinho e trabalhava na Cia. Nova América. (156)

Após a 4ª semana de governo, os proprietários procuraram as ações judiciais. Todas as decisões judiciais sobre as invasões ordenaram, liminarmente, a reintegração de posse, cujo cumprimento não pode ser recusado pela Administração.

Por outro paradoxo político, o Sistema Rio / 83, com as decisões dos magistrados, "folga" a pressão que sofriria. É que o não cumprimento de decisões judiciais é hipótese prevista na Constituição Federal para intervenção da União nos Estados. Destarte a Administração encontra fundamento/legitimidade (pela ordem do Poder Judiciário e ameaça de um "mal maior") para empregar mais força na negociação/remoção (agora inevitável) dos invasores em geral.

Com essa vantagem (a inevitabilidade da coerção

judicial) a Administração passa a aperfeiçoar a técnica de a cordos. Aproximava-se dos invasores e procurava, de acordo com a resposta deles, auto-corriger-se articulando nova coordenação de seus agentes e formulando novas propostas para enfrentar a crise.

Conseguira também o Sistema Político Rio/83 a importante adesão da FAFERJ. Em nota oficial esta entidade dizia que "as invasões são formas precipitadas para resolver problemas de moradia, algumas vezes aproveitadas por elementos que se utilizam da miséria do povo, e a FAFERJ de forma nenhuma está de acordo com essa atitude". (157)

Nestes terrenos, na 4ª feira, 6 de abril, o Geaci reuniu-se pela 1ª vez e já obteve uma vitória.

Até esse dia, somente 11 dos 65 invasores da Cedae haviam procurado a Cehab para assinar termo de compromisso para compra de casas da companhia. (158)

Agora com apenas algumas horas de diálogo, os membros do GEACI e uma comissão de moradores dos terrenos da Cedae chegaram a um acordo: 35 famílias de baixa renda vão ocupar a unidade de Integração Social da Cehab, em Senador Camará e as 30 que têm recursos serão transferidas para unidades habitacionais.

- "Foi uma vitória. Faremos o mesmo trabalho com os outros ocupantes dos locais invadidos (Inhaúma, Del Castilho, Jacaré e Bonsucesso)". (159)

Os invasores da Cedae estavam conformados mas não queriam fazer nenhum comentário sem antes verificar, como prometeu o GEACI, os locais para onde serão transferidos.

Ficou acertado que no sábado, 9 de abril, em conduções da Cehab, os invasores visitariam os conjuntos habitacionais, Fazenda dos Coqueiros em Senador Camará, João XXIII em Santa Cruz, e Mangariba em Campo Grande.

Dizia o líder Jorgival Paixão:

- "É o jeito, o que podemos fazer? A comissão e o nosso grupo discutiu muito. Acho que tudo vai acabar bem mas não posso responder por todos." (160)

Após a reunião do GEACI foram fixadas as diretrizes do Sistema Político a fim de encontrar solução para as invasões. A 1ª fixava que dentro de uma semana, a Cehab faria a chamada dos inscritos para os conjuntos habitacionais em fase final de conclusão. Esse prazo possibilitaria a comercialização de 6 mil unidades habitacionais que estariam prontas dentro de 60 ou 90 dias, em Santa Cruz, Campo Grande, Caxias e Itaguaí. A 2ª visava recomendar aos municípios da área metropolitana que indicassem os terrenos que poderiam ser postos à disposição da Cehab. A 3ª dizia que a Cehab dispunha de vários projetos habitacionais, já aprovados tecnicamente pelo BNH que proporcionariam a construção de mais de 30 mil unidades. O Secretário de Habitação explicou que se o Governador solicitasse ao BNH o desembolso de cerca de Cr\$ 21 milhões e fosse liberado, a execução do projeto também geraria a criação de 180 mil empregos. A 4ª diretriz propunha a participação política da população na área da habitação, com a ajuda de Associações de Moradores. A 5ª diretriz sugeria ao Governador medidas que evitassem ou impedissem a ocupação de áreas localizadas em faixas de rios ou ca

nais, de praças ou escolas, ou locais onde passam adutoras e linhas de alta tensão. (161)

A principal orientação governamental para os acordos corresponde ao uso de uma técnica essencial ao tratamento das invasões: a paralisação imediata das construções. O poder desta técnica está em que sendo paralisados o levantamento e acabamento das casas o desconforto dos invasores aumenta, as esperanças diminuem, e o ímpeto de resistência baixa de intensidade.

Não obstante, em outras invasões o acordo era difícil.

As reações dos invasores em relação à Administração e ao Governador variavam: ora desprezavam/absolviam o Governador e seu apoio, ora cobravam soluções e responsabilizavam-no por violências.

Aparecida Marques Amorim, servente, assumia perante a reportagem da imprensa, a responsabilidade pelo início da invasão dos terrenos da Nova América. Negava ter recebido qualquer estímulo. Dizia ela:

- "Meu barraco no morro do Alemão caiu na última chuva. Estava vivendo de favor, de casa em casa. Não tinha para onde ir. Aí resolvi parar aqui e convidei algumas amigas". (162)

Já na invasão do DER, no Jacaré, o Sr. Severino Firmino, paraibano de 58 anos, reagia ante as pressões que sofria:

- "O que que eu faço, meu senhor? O que que o Governo vai fazer? Eu já estou com a cabeça estourando. Te

nho medo de construir um barraco, ser preso e o pessoal "mangar" de mim.

Severino afirmava aos repórteres que tinha ouvido Brizola prometer dar os terrenos do Estado a quem não tem, e atacava: "Será que ele mudou depois de vencer as eleições?". (163)

Os invasores não se entregavam. Nos terrenos da Light objeto de remoção descrita na 1ª fase deste trabalho, a invasão tinha ressurgido (com cerca de 25 famílias) na rua Capitão Bragança, na margem direita do Rio Faria, do outro lado onde havia a invasão do terreno do Abrigo Cristo Redentor (margem esquerda).

"Ninguém apareceu mais por aqui. Os barracos que foram derrubados a gente construiu de novo", disse a invasora Sebastiana Borges. (164)

"Vivemos numa corda bamba, não vai ser uns fios da Light que vão colocar em risco as nossas vidas. Acho que o Governador Brizola sabe bem disso", disse Moacyr Cabral. (165)

No dia 6 de abril de 1983, toda a tensão política e social que havia no Rio de Janeiro foi, entrementes, superada, em termos de atenção da imprensa, pelos acontecimentos (saques e quebra-quebra) vividos nos dois dias anteriores em São Paulo. O Globo trazia em seu editorial a manchete "Desordem, Nunca".

Curiosamente, este jornal, adversário implacável do novo sistema, dava razão à suspeita de Brizola de que o procedimento das invasões era sistemático. Dizia o editor

de O Globo:

"No Rio de Janeiro, igualmente, o Governo do Estado vem enfrentando um processo de invasões de terrenos... num ritmo e com uma semelhança de métodos que em princípio parece darem razão à suspeita declarada pelo Governador Leonel Brizola de que o procedimento é sistemático." (166)

Sustentamos nesta dissertação que o inimigo invisível não é absolutamente uma agência subversiva e provocadora mas o próprio fenômeno como conjunto das expressões dos próprios jogadores colocando no palno social as contradições de suas entidades. O que convém relembrar é a utilidade estratégica da técnica de condenação de "inimigos ocultos".

Com essa declaração de O Globo, nota-se a intempestividade do ataque da Última Hora no dia anterior.

Somadas essas contradições do sistema imprensa com as liminares judiciais de reintegração de posse, a administração terá espaço para contra-atacar no noticiário, buscando manter ou recuperar sua legitimidade.

O Governador Brizola que viajara a São Paulo na 3ª feira, 5 de abril, justamente o dia da publicação da Última Hora e dos saques em São Paulo, volta ao Rio no dia seguinte, encontrando nos jornais a notícia do despejo judicial dos invasores da Cia. Nova América e a surpreendente concordância/apoio de O Globo.

O Governador recebe estes "coringas" no momento decisivo do jogo e não perde tempo. Na mesma 4ª feira, 6 de abril, a exemplo do que tinha feito Montoro em São Paulo, no dia anterior e à mesma hora da noite, o Governador do Rio de

Janeiro vai à televisão dizer, em rede estadual:

- "... Eu não tenho dúvida que atrás de tudo isto existe a mão de algum irresponsável... é preciso dizer, com a maior franqueza que embora um governo popular esteja comprometido com as liberdades, não pode, de maneira nenhuma pactuar com a desordem, pactuar com atos de violência". (167)

Assinalava Brizola que sua administração se comprometia a trabalhar para que "todas as famílias do Rio de Janeiro venham a ter um pé de chão, um teto" mas sustentava também que "não podemos apoiar isso através de movimentos anárquicos."

Se cada um quiser fazer justiça social com as próprias mãos e não confiar no esforço sistemático de um governo de natureza popular, que recém está assumindo essa herança triste, naturalmente não está colaborando..." (168)

Advertia:

- "As pessoas têm direito de reivindicar e permanecer na via pública reclamando e reivindicando mas não têm o direito de invadir, fazer violência antes que a lei autorize". (169)

O Governador, evidentemente, sabia que seu principal adversário estava na imprensa, e não podia deixar passar a oportunidade em que controlava as televisões em rede, para minar-lhe a credibilidade, aproveitando o "tiro além do alvo" (170) dado pela Última Hora. Finalizou sua aparição na TV, desta forma:

- "...com desordem, com anarquia, com a violên-cia nós não chegaremos a nada. Eu conto com a colaboração

de todos. Quero que todos se sintam também responsáveis por esta governo que há de ser uma esperança para nosso povo. Vejam, por exemplo, uma manchete de jornal (mostra, no vídeo, a primeira página do jornal Última Hora, com a manchete "Invadam, Brizolá garante") como esta aqui. Não é uma colaboração. É uma atitude lamentavelmente de irresponsabilidade. Como podemos incitar? E assim por diante...". (171)

As definições da Administração estavam postas no jogo político.

O Governador, em ato máximo de comunicação (aparição na televisão em rede) exigiu que as invasões parassem, ou pelo menos, saíssem do noticiário diário. Informava aos invasores que estes deveriam aguardar a chegada das autoridades aos locais para resolverem cada caso.

As definições da Imprensa já foram relatadas como constam nos editoriais vistos e que se verão adiante.

E os invasores?

De fato, ambas as decisões dos jogadores adversários eram contrárias aos invasores. No período que se segue, durante o mês de abril de 1983, a definição dos invasores é pela resistência.

Durante esse processo de resistência os invasores contaram, surpreendentemente com o apoio espontâneo e velado dos agentes encarregados das remoções, tanto os membros da Administração Executiva como os da Administração Judiciária.

Em compensação, os invasores estavam isolados oficialmente. A luta torna-se sombria e marginal e a eles es

tava marcado o destino de ter que aderir a um dos sistemas.

Aderir à Administração foi-se tornando a única opção, mesmo porque a imprensa não tem estrutura partidária. Restava-lhes organizar a retirada e ganhar tempo e alguma coisa com o movimento.

Certamente a inteligência estratégica do sistema invasor permitia-lhe ver que, embora resistissem com autenticidade de atitudes e tivessem ainda o trunfo de questionar/pressionar a nova Administração, não mais poderiam continuar agindo "às claras".

É que a união de interesses dos invasores com a imprensa, na 1ª fase, devido à publicidade necessária para pressionar o governo, agora era desvantajosa na medida em que o noticiário processado pelos editoriais torna-se uma denúncia contra os invasores e uma exigência à Administração para executar medidas de força contra eles mesmos.

Assim, o ajuste do Sistema Político entre a Administração e os invasores, seja por acordo, seja em consequência de violência, passa a ser procurado fora das vistas da imprensa e de alguns próprios invasores, facilmente divisíveis como massa sem forma.

Como se disse, no mês de abril iniciam-se as reintegrações de posse deferidas liminarmente (todas) pelos magistrados cariocas. Contudo, entre a ordem e a execução há uma grande distância em tempos de abertura política.

Na 4ª feira, 6 de abril, estava marcada a remoção dos invasores dos terrenos da Cia. Nova América. Pela manhã os oficiais de justiça da 44ª Vara Cível, acompanhados

de alguns operários da fábrica, dirigiram-se a área e durante quatro horas, tentaram executar a remoção. Acabaram desistindo, sem êxito. Não houve violências. A Polícia Militar, apesar de presente não interveio. O comandante da operação, Tenente-Coronel Zenon lembrava, então, que " estamos aqui somente para proteger a integridade física dos oficiais de justiça". (172)

Os invasores da Nova América, apesar dos citados apelos ao Governador, negavam as acusações de manipulação. Eliane Soares Elias dizia:

- "Eu não fui nessa história de que o Brizola garante. Eu nem gosto do Brizola. Só quero ficar aqui. Minha casinha está quase pronta e ninguém tem o direito de destruir o que construí com amor. Quem incentivou, ou melhor, quem obrigou a gente a vir para cá foi o custo de vida, a falta de dinheiro. Com muito sacrifício começamos a pegar dinheiro emprestado e compramos material de construção a prestação". (173)

A violência, porém, aparece de outras formas. No início da tarde do dia 6 de abril chegaram aos terrenos da Nova América trinta homens num caminhão da Cehab, chefiados pelo alguém que se disse o sociólogo Ronaldo Gomes. Recolheram todo o material de construção e disseram que o guardariam na garagem da Cehab, na Av. Brasil e que "mais tarde poderiam pegar". (174)

No dia seguinte, 7 de abril, a Secretaria de Habitação inicia negociações, com comissão de representantes dos invasores da Nova América e do Abrigo Cristo Redentor.

As técnicas de negociação utilizadas repetem-se: reuniões com comissões e cadastramento da situação sócio-econômica de cada família invasora.

A Administração consegue também o apoio da Fundação Leão XIII que lhe cede assistentes sociais para o serviço de cadastramento.

Os invasores resistiam à Administração na seguinte escala:

1º) não aceitavam a remoção;

2º) admitindo-a, recusavam-se a sair sem a Administração ter oferecido um outro local definitivo.

Como técnica de resistência às ações judiciais, mantém suas famílias dentro das casas e se recusam a sair. Com esta recusa deflagram outras recusas que chamamos apoios anônimos. A primeira é da polícia, cuja orientação não é derrubar barracos mas garantir a ação dos oficiais de justiça, transferindo a esses o ônus da violência. Os agentes do Judiciário também se recusam (por exorbitância de seus deveres funcionais) a arrancarem os invasores dos barracos. Daí, o proprietário passa a contratar operários para a demolição, mas estes também se recusam.

O boicote do Poder Judiciário é narrado por Joaquim de Arruda Falcão em relação ao Recife/Pernambuco. (175)

Inversamente ao apoio anônimo, o sistema invasor continua recebendo impactos de violência anônima.

No mesmo dia 7 de abril, após o acordo na véspera, outra violência foi cometida contra os invasores da Cedae. Cinco caminhões e um trator da Cedae, pela manhã, pro-

tegidos por uma Patamo da PM puseram abaixo seis das doze casas que já estavam com as paredes levantadas por invasores. (176)

As técnicas de não-violência são, sem dúvida, mais trabalhosas, problemáticas e não conseguem a eficiência da remoção imediata.

A técnica do cadastramento, além da já dita desvantagem de gerar uma expectativa de direito causava um outro problema: o aumento de invasores nos dias anunciados para o cadastro.

Assim, anunciado o acordo com os invasores da Nova América, no dia 9 de abril, no sábado, dezenas de pessas, homens, mulheres e crianças chegaram, de diferentes lugares e, misturados às famílias que já ocupavam a área, tumultuaram o trabalho de cadastramento de três assistentes sociais da Fundação Leão XIII, que perderam o controle da situação, tiveram que fugir, sendo uma delas apedrejada. (177)

A Administração dispensava aos invasores ao menos à luz do dia, o melhor tratamento possível. Cumprindo o acordo de 4ª feira, no sábado, dia 9 de abril, leva alguns dos invasores dos terrenos da Cedae para verem os conjuntos da Cehab da Zona Oeste.

Nas outras invasões, principalmente da Nova América e do Abrigo Cristo Redentor, no entanto, a maioria das pessoas cadastradas não podiam comprovar nenhuma renda para a compra das casas, pois estavam desempregadas e não tinham condições de arranjar trabalho a curto prazo.

Os terrenos invadidos da Cia. Nova América já ti

nham a este tempo representações autônomas. Dividiram-se nas Vilas do Brizola, São Jorge, Santo Antonio e Everest. (178)

No domingo, 10 de abril, avaliando os acontecimentos durante a semana, o Jornal do Brasil publica o editorial "Mão-de-Gato", inspirado em palavras do Governador em seu pronunciamento do meio da semana.

Preocupavam-se os editores em 1º "deslegitimar" as ações invasoras, repetindo que "não se trata propriamente de pessoas carentes as que conseguem mobilizar transporte sistemático de material, demarcam terrenos, vendem terrenos e mesmo, armam barracas de camping nas áreas invadidas". 2º argumentavam que os invasores, violando o direito de propriedade, estão conseguindo administrativamente a propriedade que violentaram. 3º aplaudiam a denúncia do Governador mas condenavam a política da Administração de manter diálogo com o invasor porque (ipsis literis) "acaba no fundo por beneficiar este invasor... Cria-se um clima de que o poder público não quer utilizar os meios legais para garantir a propriedade, e com isso incentiva-se... a ilusão de que a solução para os seus problemas consiste em violar a lei... deveria existir exclusivamente o respeito à lei".

As forças da ordem estatal e social estão todas apontadas contra os invasores.

A semana seguinte, entretanto, contrariaria totalmente os desejos expressos no editorial acima. A partir da semana que se inicia na segunda-feira, dia 11 de abril, o tema do noticiário serão as "desobediências civis".

A Administração (prevendo as dificuldades que encontraria) já na 2ª feira procura abrir outras fontes de a-poio no jogo, criando, através do Governador Leonel Brizola, uma comissão formada por Secretários de Estado, mais empresários e representantes dos engenheiros e arquitetos para estudar "a maneira mais objetiva de reativar o mais rápido possível a construção civil na área metropolitana do Rio de Janeiro". (179)

Todavia, o desafio dos invasores continuava. Na terça-feira, 12 de abril, repete-se no terreno da Light, já com 41 barracos reconstruídos, o fracasso da justiça em retirar invasores. Desta feita trata-se do não-cumprimento da ordem de reintegração de posse expedida pelo Juiz da 29ª Vara Cível da cidade.

Apesar da presença de oficiais de justiça, da polícia e de uma assistente social, ninguém conseguiu convencer os invasores a se retirarem pacificamente. Os operários da Companhia de Mudanças São Domingos, contratada para as demolições recusaram-se a fazê-las. Um deles disse emocionado :

- "Não vamos demolir barraco nenhum não, doutor. Tem família aí com mais de cinco filhos. Se meu patrão quiser me despedir, tudo bem, mas eu e meus amigos não vamos fazer um negócio desse, não". (180)

As reações e consequências do uso constante da técnica de cadastramento eram variadas.

Na invasão da Light, no dia da tentativa de remoção, a assistente social da Secretaria de Desenvolvimento Social, Marilu Domingues, não permitia a ação dos oficiais de

justiça sem o cadastramento. "Essas famílias não podem ser expulsas assim, não. Temos que cadastrá-las primeiro", disse.

Nos terrenos da Nova América, o cadastramento a traia cada vez mais novos invasores.

Disse um deles: "Ué. Eu vi espaço e construí um barraquinho... Se eu estou errado, todo mundo que está aqui também está".

No terreno da Fundação Abrigo Cristo Redentor, uma das invasoras duvidava do cadastramento. Dizia: " Eles fizeram o cadastramento. E daí? Não ficou nada resolvido".

A opção imediata de ir para um albergue era rejeitada por todos os invasores.

Apenas nos terrenos da Cedae e do DER, no Jacaré, alguns invasores retiravam seu material de construção. (181)

No dia 13 de abril, o Jornal do Brasil noticiava o despejo (na 2ª feira anterior) de uma invasora do conjunto Vila Esperança, invasão assinalada na 1ª fase deste trabalho). Noticiava também que ainda existiam 164 apartamentos invadidos naquele conjunto. (182)

Na quinta-feira, dia 14 de abril, mais uma tentativa frustrada de desocupação judicial.

Os oficiais de justiça da 6ª Vara Cível da cidade não conseguiram despejar as 40 famílias que ocupavam o terreno da Fundação Abrigo Cristo Redentor. Apesar de requisitadas por ofícios do juiz, as polícias civil e militar não intervieram.

Apenas três barracos foram derrubados. Durante a ação dos oficiais as famílias cobravam o acordo com o Secretário de Habitação e o valor do cadastramento. Perguntava Sandra Regina da Silva, no local "desde que inaugurou":

- "Estava esperando um caminhão pra levar a gente pra Guaratiba e aparece um caminhão com oito funcionários para derrubar tudo. Cadê o Caô?". (183)

Na sexta-feira, 15 de abril, há nova tentativa de despejo dos invasores dos terrenos da Light, batizados de "Vila Turismo". Como na terça-feira os funcionários da Cia. de Mudanças São Domingos tinham se recusado a demolir os barracos, desta vez os oficiais de justiça contrataram funcionários de outra empresa de construção/demolição civil. Não obstante enfrentaram os mesmos problemas. Três motoristas da empresa contratada recusaram o serviço. Apenas outros três o executaram, em parte. Começaram derrubando cinco barracos. Na sexta derrubada, porém, a invasora Rosimar Melo de Souza recusou-se a sair, dando início a uma série de cenas dramáticas com gritos histéricos, pedidos de misericórdia, xingamento, etc.

O despejo foi suspenso. (184)

A recusa dos invasores à remoção para os albergues obrigou a Administração a reorganizar a Companhia Estadual de Habitação. Na quinta-feira, 15 de abril, o Secretário de Habitação anunciou que "até o final do ano, ou no máximo no começo do próximo, cerca de 10 mil casas estarão concluídas em dois projetos da Cehab". (185)

Diante de tantas dificuldades mas com o mérito

de não sair de perto dos invasores, o Secretário da Habitação aprende o óbvio sobre a capacidade de construção dos invasores, dizendo:

- "O Governador Brizola quer dar uma solução imediata àqueles que não possuem a renda mínima necessária para se inscrever nos programas da Cehab. Essas soluções seriam a urbanização de terrenos, dando água, luz, esgotos, transportes e escolas, demarcação de lotes e venda dos mesmos a preços acessíveis, financiando até o material para construção civil. Vimos que a população provou ter soluções criativas no campo da autoconstrução". (186)

Amadurece, assim, o Plano "Cada Família, um lote", que se tornará a grande bandeira do Sistema Rio/83 em termos de habitação popular.

Carlos Alberto de Oliveira (o Caó) disse também, no mesmo dia 15 de abril, que na primeira quinzena de maio a Secretaria de Habitação instalara três centrais de atendimento, no Maracanãzinho, Av. Brasil e Estádio Caio Martins e colocara postos em cada sede das 24 regiões administrativas da cidade para que os interessados inscritos nos programas da Cehab se enquadrassem em nova lista para aquisição dos últimos seis mil imóveis disponíveis.

Essa medida, chamada à época pela Administração de "Plano de Chamada de Inscritos", era essencialmente necessária, de vez que a Cehab não sabia o número de inscritos (variava de 12 mil a 13 mil). Informava o Secretário: "de 1979 para cá o listão sofreu tantas deformações, muitas delas ainda desconhecidas, que impedem o cálculo preciso. Da-

da a imperfeição e desatualização do listão, não haverá falta de apartamentos para os que têm invadido terrenos". (187)

O recadastramento das unidades da Cehab fica para a 3ª fase deste trabalho. É correspondente e proporcional à decadência ou ao declínio do movimento de invasões. O que veremos daqui até o final desta 2ª fase, de crise permanente, serão os impasses entre Administração e invasores, até a decisão do jogo.

Por ocasião da remoção dos favelados da Light, a Secretaria de Habitação e Trabalho através da assistente social Heloisa Gama de Oliveira, informou que "a ordem é não nos envolvermos com esse caso porque se trata de terreno particular". (188)

Apesar disso, devido aos escândalos do não cumprimento da ordem judicial e do "estilo" de resistência, na tarde do dia seguinte, sábado, 16 de abril, o secretário Carlos Alberto de Oliveira reuniu-se com comitê de 7 invasores do terreno da Light. Os invasores chegaram à porta da Cehab com uma faixa com a inscrição "Fraternidade Sim, Violência Não - Pelo Direito de Morar".

Quando o Secretário chegou, logo cumprimentou a todos, um a um e os convidou a subir. Disse-lhes:

- "Sou o Caô. Tudo bem? Vamos conversar, mas vamos enrolar esta faixa pois também sou contra a violência. Vocês trouxeram crianças? Deviam deixar elas em casa". (189)

No gabinete foram servidos café e água a todos, e leite e biscoitos às crianças.

Durante a reunião Caô deixou bem claro o papel

e o poder do Judiciário, aos invasores:

- "O terreno é da Light, que achou por bem expedir uma ação de reintegração de posse. Nem o Governador pode impedir que um proprietário recorra ao Judiciário. Sabemos que a situação de vocês é dramática, mas aquilo é um terreno privado. O problema está nas mãos do juiz e o Governador não pode impedir a ação de um juiz. Não queremos que haja vítimas. O Governador quer resolver o problema, mas não pode tirar a solução da cartola". (190)

Caó garantiu o destino dos invasores provisoriamente mandando-os, no dia seguinte (domingo, 17 de abril), dentro de kombis oficiais, para o albergue João XXIII.

Diante daquele argumento irresistível (a ordem judicial seria mais cedo ou mais tarde cumprida), os invasores aceitaram a saída.

No dia seguinte, domingo, 17 de abril, 44 persoas foram transferidas para o Albergue João XXIII. Cinco kombis da Cehab levaram os moradores. Algumas famílias, entretanto, embora concordassem com a retirada, não quiseram ir para os abrigos do Estado. (191)

A informação da retirada dos invasores da Light, espalhou-se, rapidamente, pelo sistema invasor.

Ninguém sabia ao certo quem levou a informação.

No final da tarde de domingo, 17 de abril, tanto no terreno do Abrigo Cristo Redentor, no da Cedae, como nas áreas da Cia. Nova América, todos sabiam do boato. (192)

Como dissemos, uma das técnicas universais de pressão utilizada com eficiência pela Administração Rio/83

para remoção "sem culpa" foi a proibição das melhorias nos barracos, como o primeiro item das negociações. Assim criavam-se condições para que os invasores "desistissem".

Nos terrenos do Abrigo Cristo Redentor e da Fábrica Nova América era justamente essa proibição objeto da maior reclamação dos invasores. Dizia um deles:

- "Do jeito que está, com o frio à noite, fica ruim pra gente". (193)

Na visita do pesquisador ao terreno da Cedae foi detectada outra técnica de pressão "sem culpa": as ordens de paralisação tinham sido dadas por um doutor desconhecido oficialmente.

Uma das invasoras que permaneceu disse que "o Dr. Roberto" tinha-lhe proibido a continuação da construção e recomendado a demolição do que já tinha sido feito. (194)

Esta técnica de paralisar as construções, por ordem de um doutor anônimo ou não, era aceita pelos invasores na esperança de, respeitando o combinado e mantendo a ordem no local invadido, serem privilegiados na permanência do local.

José Higino da Silva, o Sorriso, invasor do Abrigo, dizia:

- "São vinte famílias esperando uma solução. A gente está respeitando o combinado. Ninguém pode mais construir barracos, só os que estão de pé permanecem. Tomara que eles entendam nossa situação". (195)

No dia 14 de abril, quinta-feira, também tinha sido tentado, infrutiferamente, o despejo do Abrigo Cristo

Redentor.

Desta forma, no editorial de terça-feira, 19 de abril, o Jornal do Brasil alerta que a remoção dos invasores da Light, pelo estilo e tratamento da Administração, " deve ser encarada como uma solução excepcional, para atender uma circunstância determinada... É necessário que a boa vontade demonstrada pela administração atual não se confunda com a cumplicidade e a fraqueza diante da violação das leis do país... Cabe agora fazer com que o sistema de habitação funcione de forma eficiente (afastando os interesses políticos menores e a corrupção como melhor solução para que não haja mais justificativas para a invasão e o desrespeito à propriedade alheia". (196)

A questão do desrespeito às leis, no caso o direito de propriedade, estava já sendo objeto de articulação e a tendência realmente era pelo inevitável pedido de intervenção federal para garantia das decisões judiciais. Na segunda-feira, dia 18 de abril, logo após os fracassos das remoções judiciais dos terrenos da Cia. Nova América e do Abrigo Cristo Redentor, proprietários e juizes se reuniam tentando encontrar uma solução que dependia das forças da ordem e não contava com o auxílio total da Administração. (197)

Era evidente a pressão prioritária dos jornais para o extermínio rápido das invasões. Por outro lado as ordens judiciais de reintegração de posse caíram como luva para a inocentação da Administração Rio/83.

Na quarta-feira, 20 de abril, o Secretário de Habitação, Caó, marcou uma reunião com os invasores da Vila

Brizola, terreno da Cia. Nova América.

O Secretário Caó acelerava o processo de reuniões tentando e conseguindo adquirir a confiança dos invasores. Afinal, se o despejo era inevitável, procurar uma saída alternativa para os invasores era uma atitude "boa".

Enquanto isso, na terça-feira, 19 de abril, passou um trator destruindo as casas - todas de alvenaria - em final de construção nos terrenos da Cedae. (198)

Na quarta-feira, 20 de abril, o Caó marcou uma reunião com o pessoal do Abrigo Cristo Redentor. Segundo comentário do Jornal do Brasil deste dia, "se depender do Secretário de Habitação e Trabalho, ninguém vai ser despejado, só que ele não pode prometer nada porque os terrenos têm proprietários. Os invasores demonstram confiar nele. Afinal, dizem, que jeito". (199)

As bem sucedidas resistências animaram os invasores dos terrenos da Cia. Nova América. Os ocupantes da chamada "Vila São Jorge" programaram para sábado, 22 de abril, a festa de seu padroeiro. Esta área continuava recebendo diariamente novos moradores, que armavam seus barracos quando os policiais que vigiavam o local se distraíam.

Disse um deles: "as bandeirinhas já estão prontas, eu só espero que a gente fique aqui para poder armar o festão". (200)

Na terça-feira, 19 de abril, a situação dos invasores dos terrenos da Nova América, depois de um mês de tensão e ameaças, começava a virar rotina, segundo a imprensa.

Ao mesmo tempo a assistente social Maria da Pe-

nha dizia: "já está todo mundo cadastrado e o Secretário promete encontrar um lugar para todos, o alvoroço foi só no começo". (201)

Segundo O Globo de 20 de abril, entretanto, a Secretaria de Habitação informara no dia anterior que "os novos invasores da Cia. Nova América de Tecidos, em Del Castilho, não receberão o mesmo tratamento das 170 famílias já cadastradas: quem construiu barracos ali após o cadastramento da Cehab deixará o local sem qualquer promessa de lotes ou apartamentos, para evitar que o programa de emergência do Estado contra invasões se transforme em tática de aproveitadores para compra de imóveis em condições especiais". (202)

A Administração procurava (e conseguiu) congelar o movimento.

Na sexta-feira, 22 de abril, o Secretário da Habitação comparece a outra reunião entre os representantes do Abrigo Cristo Redentor e os invasores, na comoda posição de intermediário ou mediador.

Caó consegue de um lado que os invasores concordem em deixar a área e de outro que o Abrigo concorde conceder um prazo de 90 dias para aquelas famílias que não têm para onde ir e não atingiram renda necessária à inscrição no Plano da Cehab. (203)

No mesmo dia, nas imediações da Fábrica Nova América, terrenos não invadidos começaram a ser cercados com arame farpado, por seus proprietários, diante da progressão dos invasores na região. (204)

Na mesma sexta-feira, 22 de abril, o Secretário

compôs outra reunião com representantes dos terrenos da Fábrica Nova América, especialmente os da "Vila São Jorge". Todos saíram satisfeitos. Os invasores concordaram em deixar as áreas invadidas no dia seguinte e aguardar num local provisório (albergue) a solução definitiva da Secretaria: uma casa da Cehab para quem tinha renda e um lote num terreno urbanizado doado pelo Governo, assim que fosse encontrado, para os demais.

A Secretaria comprometeu-se a fornecer transporte dos pertences dos invasores para os locais de origem ou para o Albergue João XXIII onde ficaram os que não tinham para onde ir. (205)

No sábado, 23 de abril, alguns dos invasores da Light, saíram do Albergue João XXIII para a Unidade de Integração Social da Cehab em Antares; pagando uma mensalidade simbólica de Cr\$ 1 mil. (206)

O grande problema que restava eram as invasões e os invasores da Nova América.

A técnica da Administração de chamar representantes para reuniões na sede da Secretaria de Habitação, se constrangia mais facilmente os invasores ao acordo, por outro lado tirava-lhes a legitimidade da representação.

No sábado, 23 de abril, o clima entre os moradores dos quatro terrenos da Nova América era de dúvida e revolta com o acordo da véspera. Todos queriam saber "que comissão era aquela que tinha arregado tão fácil". (207)

No domingo, 24 de abril, a expectativa do despe-

jo, marcado para o sábado, não impediu que os moradores comemorassem com fé o dia do santo que escolheram como padroeiro, São Jorge. Disse um deles: "depois dessa comissão de araque e do descaso do Caó, só mesmo São Jorge esta do nosso lado". (208)

No mesmo domingo, 24 de abril, após cinco horas de conversas com cerca de 30 invasores, as assistentes sociais da Cehab e assessores da Secretaria de Habitação não conseguiram convencer os invasores a cumprirem o "acordo" da véspera. Os seis caminhões que foram ao local para transportar os pertences das famílias que quisessem sair, não foram, obviamente, utilizados. (209)

Além dos acordos para remoção, a Administração procurava aprofundar o compromisso da FAFERJ com a negação das invasões. No domingo, 24 de abril, a FAFERJ promoveu uma grande reunião para discutir a questão das invasões e definiu sua posição: "todos são contra as invasões porque as consideram dirigidas por grupos não democráticos". (210)

Na tentativa de despejo dos invasores da Nova América, no sábado, houve, por parte da Administração uma tentativa de sortear duas casas no conjunto Antares, em Santa Cruz, entre os invasores. A proposta foi violentamente recusada.

"Isso de sorteio é brincadeira. Não dá para entender. Será que virou programa de auditório?", perguntava Lúcia da Costa, uma das invasoras. (211)

O fato serviu para aumentar a união entre as cerca de 258 famílias da Nova América.

Maria das Neves, faxineira, uma das primeiras a ocupar o terreno, disse:

- "Eu não sou nenhuma rainha. Tem muita gente aí precisando. Por que eles vai dar a casa sô prã mim?". (212)

Assim que tomaram conhecimento da proposta do sorteio, os invasores cercaram as assistentes sociais, protestando contra a medida. Estas recuaram, então. A assistente social Márcia Andrade reconheceu que a sugestão fora "uma idéia infeliz" e cancelou o sorteio. (213)

Fracassado o despejo no domingo, a 2ª feira inicia a última semana do mês de abril de 1983 com o gravíssimo impasse entre os invasores da Nova América, a Administração Pública e a Justiça.

A Administração, através do Secretário de Habitação, apresenta-se como uma solução alternativa para os invasores, oferecendo-lhes opções de remoção e procurando adiar a execução judicial.

Na 2ª feira, 25, o Secretário de Habitação vai pessoalmente até a área da Nova América para tentar ajudar a remover os invasores empregando o mesmo argumento vitorioso: as decisões judiciais têm que ser cumpridas. Explica aos invasores que se insistirem em permanecer, o mandado de reintegração de posse já concedido poderá ser executado e o Governo não poderá impedir. (214)

Ao mesmo tempo o Secretário anunciava que dentro de 90 dias, 522 famílias sem renda (Cr\$ 50 mil à época) teriam 1 mil 100 lotes urbanizados, que naquela semana começariam a serem preparados.

Caó voltava a condenar o método das invasões "que encobrem interesses inconfessáveis de grupos que atuam com objetivos de natureza especulatória e outros que querem criar dificuldades políticas". (215)

No dia 26 de abril, os invasores dos terrenos da Cia. Nova América começaram a sair pacificamente. Os invasores, como sistema auto-regulador, compreenderam (em feed-back) que precisavam parar, sob pena de obrigar o governo estadual a utilizar as forças policiais de modo ostensivo ou sujeitar-se aos riscos de uma intervenção federal, destruindo o cerne (a liberação) de um Sistema Político que tentava articular-se administrativamente com a proposta de privilegiar exatamente a classe social de baixa-renda.

Os invasores perceberam a possibilidade que a Administração se lhes abria de integrarem o Sistema Político Rio/83, que apenas se iniciava, e dele poderiam se aproveitar de outras formas menos radicais. Principalmente, testaram pessoalmente e adquiriram confiança nas autoridades administrativas que se aproximaram, e viram que, embora tivesse havido violências anônimas, a orientação principal da nova Administração provou ser a inibição do poder de polícia.

Daí, resolveram "dar um voto de confiança". Saíram, na maioria.

Certamente as reuniões entre autoridades administrativas e invasores deixaram claro, explícita ou implicitamente, que deveria haver um acordo entre estes dois jogadores para paralisar o jogo, anulando a presença da imprensa, não lhe fornecendo notícias que não fossem no sentido de a-

firmar o fim do ciclo das invasões.

Antonio José de Sousa, pintor, um dos líderes da comissão que tratou do acordo, ao deixar, no dia 26 de abril, a chamada Vila Santo Antônio, encaminhando-se ao Albergue João XXIII, acompanhado de mais de 10 famílias, sentenciava:

- "A fogueira parou de queimar. Nós tamos sufo-
cando o Homem (Brizola) pedindo muita coisa adiantada. Vamos
dar uma folga pra ele. Nós tamos saindo mas não tamos aban-
donando a luta. Isto é um voto de confiança pra ele, que
ele merece. Ele é bom caráter e revolucionário. Há um mês
tamos aqui e não aconteceu nenhuma violência. Se fosse ou-
tro agiria assim?". (216)

Estas palavras sintetizam e confirmam nossa te-
se: existe uma consciência estratégica na entidade-invasores
(fração das massas), forjada pela reflexão de suas próprias
lideranças, quanto às possibilidades ambientais de criação
e ocupação dos espaços de interesse entre elas e as frações
das elites que se lhes apresentam para associação/constitui-
ção de um sistema político.

Em síntese: o jogo está terminado ou suspenso
"sine die".

Os invasores acataram a orientação do Governador
e seus auxiliares. Suspenderam o jogo, retiraram-se do noti-
ciário constante da imprensa, e reconheceram este sistema co-
mo adversário.

Com a retirada (feita em caminhões da Comlurb e
da Cedae) dos invasores dos terrenos da Nova América, chama-
dos Vilas Brizola, São Jorge, Santo Antônio e Everest, aca-

ba, como disse um deles, a queima da fogueira que representava aquele jogo de legitimação. (217)

CAPÍTULO 3: 3ª FASE - O DECLÍNIO DO MOVIMENTO. FIM DO
JOGO

A partir da saída dos invasores da Nova América (a maior em área e número de famílias) começa a decadência do movimento invasor.

O método da invasão massiva e às claras se esgota para a população trabalhadora, como prática do direito à moradia.

Como resultado dos sucessivos tratamentos administrativos e da imprensa, o método invasor transformou-se em uma ação de mendigos, pessoas sem família, sem referência social, na maioria alcoólatras sem tratamento médico, que passaram a invadir ostensivamente as praças e locais públicos da cidade, sub-aproveitando o clima de permissibilidade concedido pelo acerto do Sistema Político, entre a nova Administração e os invasores.

São invasões sem construções, onde não há mais a busca e a exigência veemente da cidadania prometida pelos políticos. Em consequência podemos dizer que a Administração Rio/83 foi-se tornando vitoriosa naturalmente, passando a ter menos dificuldades de gerir remoções de mendigos (a chamada população de rua) do que de famílias de baixa-renda em busca de estabilização social.

O jogo político nunca tem fim. Todavia é certo que a imprensa não conseguiu "pegar" mais uma sequência de invasões como nos meses anteriores. Nos meses de maio, junho e julho foram registradas apenas 3 invasões.

3.1. Maio

Não obstante ter ultrapassado o pique máximo do movimento em abril, a Administração Rio/83 tinha consciência que resolvera o movimento acumulando promessas que teriam de ser pagas.

Destarte, logo de início de maio o Governador (principal fiador da nova ordem, baseada no acordo tácito ou expresso com os invasores para que estes se integrassem ao Sistema Político Rio/83) partiu para Brasília, acompanhado do chefe do município, a fim de pedir auxílio ao governo federal apoiado no Plano Cada Família, em Lote.

Surpreendentemente (218) a Administração Federal João Figueiredo, através do Ministro Mário Andreazza, apoiou a exposição/síntese do Governador do Rio sobre os problemas habitacionais do Estado, suas tendências e as soluções que ele, Governador, imaginava. (219)

O coronel Mário Andreazza, Ministro do Interior (órgão a que estão subordinados os agentes promotores do desenvolvimento urbano) estava à época, como dissemos, interessado em suceder à Administração Figueiredo, de preferência comandando um Sistema Político Aberto (eleito). Imaginava que a engenharia deste sistema (a eleição de parlamentares

estaduais e federais de seu partido e a sua própria eleição pelo Colégio Eleitoral ou até diretamente) passava pelos investimentos em habitação e saneamento das áreas sociais mais carentes, que poderiam tornar-se eleitoralmente favoráveis, caso fossem mais bem equipadas. Assim, estava disposto a ou vir informações de Brizola, informações recentes, postas num relatório que introduzia o Plano Cada Família, Um Lote. (220)

O Plano Estadual nascera do amadurecimento do relacionamento direto das autoridades administrativas com os invasores, quando a administração percebeu as qualidades óbvias dos invasores, como a de auto-construir às suas próprias despesas.

Na terça-feira, 3 de maio, o Governador retorna ao Rio, exatamente uma semana após a remoção da Nova América. Os jornais comentavam que ele tinha sido o único governador a assegurar algo de concreto do governo federal: a formação de um grupo de trabalho da Administração Federal para estudar o Plano Cada Família, um Lote. (221)

O Governador do Estado do Rio de Janeiro comunicara ao governo federal que no Rio de Janeiro existiam 1 milhão e 200 mil lotes ociosos na região metropolitana. Somados estes dados às experiências de auto-construção, concluía-se pela possibilidade de colocar, num trabalho de 5 anos, um milhão de lotes à disposição das famílias "potencialmente" invasoras.

Dizia Brizola à imprensa:

- "Vamos dar o lote, que o povo é como formiga: tendo a terra, ele faz a casa. Vamos criar vilas populares,

colocando cada família num lote, ao mesmo tempo em que estabeleceremos agrovilas na Zona Rural. Cada família, tendo um lote, arruma mesmo que seja um barraco. Foi assim que surgiram as cidades." (222)

Com o diálogo estabelecido e a possibilidade de aprofundamento no relacionamento político com a Administração Federal, Brizola fecha a questão das invasões definitivamente, invertendo a expectativa estratégica de uma intervenção federal armada para uma expectativa de apoio financeiro.

Nesta 3ª fase, a Imprensa reagirá tentando demonstrar que o processo de invasões continuou. Todavia, sem a colaboração dos invasores, as notícias começam a faltar para alimentar a mecânica do sistema.

De maio a julho de 1983, conseguimos levantar no noticiário apenas 3 invasões de importância no Rio Comprido, em Ramos e em Belford Roxo.

No domingo, dia 8 de maio, 150 famílias provenientes de favelas contíguas invadiram um terreno de 10 mil metros quadrados no final da rua Aureliano Portugal, no bairro do Rio Comprido. (223)

O Secretário de Habitação e Trabalho recebeu, no dia seguinte, uma comissão de moradores da favela da Matinha, de onde tinham partido os invasores, mas explicou-lhes que não poderiam permanecer no local porque era terreno particular. (224)

No mesmo dia o referido Secretário pediu ao Comando da Polícia Militar que impedisse, sem violência, a invasão do Rio Comprido. (225)

A invasão não durou mais de 24 horas. A Administração já tinha decretado o fim do ciclo invasor e já estava decidido pelo Sistema Político que não haveria apoio para invasões públicas ou publicadas.

A ação dos invasores passou a ter que ser oculta/clandestina.

A administração fechara a questão admitindo cuidar apenas dos primeiros invasores cadastrados. (226)

No dia 12 de maio, apenas 15 dias após a remoção dos terrenos da Cia. Nova América, saíram dos albergues: quatro das famílias residentes no Albergue João XXIII, que foram para as unidades de integração social em Antares; três famílias que seguiram para um Conjunto Habitacional da Cehab em Paciência, e uma outra família (de treze pessoas) foi para o Conjunto João XXIII, em Santa Cruz.

Os invasores estavam contentes. (227)

O editor do Jornal do Brasil preocupava-se, em 10 de maio de 1983, em editorial "Riscos de Paternalismo", com o Plano Cada Família, um Lote, temendo que a promessa de lotes urbanizados atraísse contingente "a mais" de migrantes. Na realidade, o compromisso do novo Sistema abriu um novo tipo de problema: a reivindicação geral de todos os posseiros do Estado ao Governador, em casos de ameaças de ações judiciais, que existem, comumente, no foro carioca.

No dia 14 de maio, num sábado à tarde, 700 posseiros de Nova Iguaçu entraram, em passeata, no Palácio Guanabara reivindicando posse da terra, urbanização e financiamento para construção. (228)

Os manifestantes não podem ser confundidos com os invasores dos meses anteriores. Os posseiros eram na maioria trabalhadores rurais, organizados, como o Núcleo Agrícola Fluminense, o Mutirão Nova Aurora e outras entidades que reúnem posseiros da Baixada Fluminense.

O Governador, presente ao Palácio, recebeu os posseiros, dizendo-lhes que não precisavam conquistar seus direitos "na marra" e prometeu que "as áreas ocupadas seriam integradas ao plano de urbanização de lotes e legalizadas". Ampliava-se, assim, mais ainda, o projeto Cada Família, um Lote. (229)

O trabalho inicial da Administração era, entretanto, promover o cadastramento dos inscritos na lista da Cehab, para casa própria.

A partir do domingo, 15 de maio, a Cehab começa a convocação dos 15 mil candidatos inscritos desde 1975.

Esta medida era essencial para sanear/ moralizar a Administração Pública neste setor. Durante as Administrações anteriores, havia o famoso "listão de espera" que servia a propósitos de favorecimento político. Dizia, por isso, o Secretário de Habitação:

- "...o primeiro objetivo é acabar com a ansiedade e a expectativa das famílias, inscritas há oito anos, e que nunca souberam como, onde e quando conseguir a casa própria. Outro objetivo é acabar com o privilégio daqueles que já estão inscritos em relação aos demais, que também precisam de casas mas não têm como conseguí-la". . (230)

Foram espalhados quinze postos de cadastramentos

pela cidade, tarefa que mobilizou integrantes de diversas secretarias de governo, demonstrando grande capacidade do Sistema Administrativo de remanejamento interno e cooperação espontânea de seus agentes.

A imprensa não se conformava com o "resultado" do jogo. Os fatos apresentados, sobre invasão, entretanto, não passavam do tradicional, como as invasões de conjuntos habitacionais.

Foi uma excelente oportunidade de comparar os estilos de intervenções dos governos federal e estadual.

Na madrugada de domingo, dia 15 de maio, houve uma invasão de apartamentos da Vila do João, por centenas de pessoas vindas da favela da Maré e outras da região.

Já na segunda-feira, contudo, foi procedida a desocupação dos apartamentos. O emprego da violência foi bem maior do que o usado durante a Administração Rio/83.

Houve resistências dramáticas naquela desocupa-ção.

Narra a reportagem de O Globo, de 17 de maio, que "quem não saiu por bem foi agarrado pelos braços e pernas e tirado da casa". A operação durou cinco horas e tinha apoio dos próprios moradores da Vila do João, que acusavam os invasores de já possuírem casas nas sete favelas incluídas no Projeto Rio e de tentarem passar à frente dos favelados já cadastrados pelo BNH. (231)

Os agentes do BNH contrataram moradores das próprias favelas para darem segurança à Vila do João, formando o que se chamou Grupo de Apoio do Promorar. (232)

Os problemas de invasão de apartamentos do Projeto Rio já vinham desde 1982, na 1ª fase que narramos.

Por ocasião da invasão da Vila Esperança, o então Governador Chagas Freitas, em campanha eleitoral (setembro de 1982), ordenou que nenhum invasor fosse expulso e todos ganhariam o direito de permanecer definitivamente, caso provassem ser moradores da área da Maré e demonstrassem renda familiar suficiente para pagar as prestações.

No dia 16 de maio, entretanto, na Vila do João, o BNH agiu de modo diverso. (233)

Na terça-feira, dia 17 de maio, os principais órgãos do Sistema Imprensa publicaram editoriais contra a Administração Pública Carioca, elogiando a atuação do BNH nas remoções da Vila do João.

O Globo em "Consagração do Abuso", e o Jornal do Brasil em "Contexto de Conivências", denunciavam o novo Sistema Político Carioca. O Globo falava em "ambiguidade do Governo estadual diante do problema das invasões", o Jornal do Brasil que "o que não se pode admitir é o clima de conivência entre o invasor e a autoridade. O papel da autoridade não consiste, diante de uma violação do direito de propriedade, limitar-se a tentar controlar a situação... O problema das invasões deixou de ser um acidente e passou a integrar a categoria das grandes ameaças ao povo fluminense. A opinião pública espera, assim, que o Governo assuma a sua função precípua e defenda a lei e a ordem".

Não obstante a direção certa do ataque da imprensa, as provas não eram contundentes. Faltava-lhe a maté-

ria-prima: descobrir novas invasões e registrar discursos de invasores e autoridades, de forma a orientar a opinião pública para oposição ao Sistema Rio/83.

Neste ponto, cabe um comentário de natureza jurídica.

Realmente, de acordo com a lei 5741 de 1º de dezembro de 1971, existe o crime de esbulho possessório especial ao Sistema Financeiro da Habitação. Diz o artigo 9º desta lei, que "constitui crime de ação pública, punido com a pena de detenção de seis meses a dois anos e multa de cinco a vinte salários mínimos, invadir alguém, ou ocupar, com o fim de esbulho possessório, terreno ou unidade residencial, construída ou em construção, objeto de financiamento do Sistema Financeiro de Habitação".

Citando e comentando esse novo tipo penal, o Jurista Heleno Fragoso, em suas lições de Direito Penal, disse:

- "... trata-se de disposição para ser aplicada contra pessoas extremamente pobres e desfavorecidas, cujo comportamento se deve ao processo de marginalização impiedoso criado pelas desigualdades e contradições de uma ordem social profundamente injusta, fatos que não podem deixar de sensibilizar o julgador. Por isso mesmo é pouco provável que essa lei conduza a processos penais, devendo apenas servir, como tem ocorrido até agora, para justificar a violência policial no desalojamento das famílias que ocupam ilegalmente os imóveis. (234)

Como se vê, não havia, nem há, "clima jurídico"

para a condenação dos invasores, pedidas pelos jornais.

Na verdade, em nenhuma das invasões em qualquer das fases descritas, houve crime de esbulho possessório, simplesmente porque esse crime exige violência contra pessoa e os terrenos e apartamentos estavam, todos, desocupados.

No domingo, 22 de maio, a Secretaria de Habitação concluiu o mutirão de recadastramento dos pretendentes a imóveis da Cehab.

Das quase 7.000 famílias que se apresentaram, cerca de metade foi selecionada. As famílias selecionadas receberiam casas em 90 dias, as famílias sem renda ficariam aguardando o Plano Cada Família, um Lote. (235)

O cadastramento foi feito por duas equipes mobilizando centenas de agentes do Sistema Administrativo: uma de Seleção de Rendas, que atendia os inscritos que comprovaram a renda mínima de Cr\$ 56 mil e outra de Explicação, que dava informações básicas sobre a nova política habitacional do Governo Brizola, de lotes urbanizáveis para a população sem renda.

O Secretário de Habitação e Trabalho informava, ainda, que as obras de urbanização dos primeiros 832 lotes, projeto piloto do Governo em Santa Cruz, começariam durante a semana, quando ficariam acertados os últimos detalhes da concorrência pública. (236)

O recadastramento possibilitou à Administração uma visão geral, estratégica, da população de baixa-renda, que lutava por habitação, ou seja, de invasores efetivo e potenciais, na quadra Rio/83.

Ante a profundidade do esforço da Administração, a Imprensa não conseguia "fatos" para basear seus argumentos. Passa a atacar, então, a nova Administração com exemplos de ações violentas contra posseiros, fora do município.

Na terça-feira, 24 de maio, O Globo denunciava em manchete: "Polícia derruba casa sem ordem". Tratava-se do despejo judicial de 200 famílias em Magé, no distrito de Cachoeira Grande. (237)

Na realidade, a Administração trabalhava muito. O Secretário de Habitação e Trabalho conseguiu no dia seguinte ao início do despejo em Magé, juntamente ao Diretor da Empresa proprietária do terreno, uma suspensão da remoção por quatro meses. (238)

Acumulando vitórias sobre o noticiário adverso, a Administração, por seu chefe, fazia mais uma declaração pública de inibição do poder de polícia, demitindo um Coronel, diretor-geral do Detran, que fizera uma "blitz" em abril. (239)

Ao completar-se um mês da última grande invasão (dos terrenos da Companhia Nova América), o Ministro do Interior Mário Andreazza informava que os representantes do Governo Leonel Brizola haviam concordado em desenvolver o Programa Cada Família, um Lote, dentro das normas do BNH. As famílias não teriam apenas um lote urbanizado, mas um "lote-embrião", com sanitários ("parede-sanitária"), cozinha e um cômodo. A proposta era para encaixar o projeto do Estado nos moldes do PROFILURB - Programa de Financiamento do Lote Urbanizado - que já vinha sendo desenvolvido pelo

BNH. (240)

3.2. Junho

Em junho de 1983, a Administração da cidade ainda tinha problemas com invasores. A maioria dos que tinham alguma renda conseguiu se enquadrar nos Planos da Cehab ou partiram para outras opções, como a volta aos aluguéis nas favelas. Os invasores que permaneceram eram de baixíssimo poder aquisitivo embora estivessem organizados em famílias, e não pudessem ser equiparados aos mendigos.

O principal problema era a recusa dos invasores de saírem de barracos "condenados" pela recém-criada Defesa Civil.

Em Acari, perto da Favela Final Feliz, em terrenos do metrô (não construídos da linha-2), próximo ao número 12345 da Av. Automóvel Club, a Administração interditara 15 barracos mas os moradores recusaram sair mesmo depois de dois terem sido soterrados por um barranco caído da encosta do Morro da Pedreira. (241)

A Administração procurava agir preventivamente para que durante as chuvas do verão próximo (1984) não houvesse desabamentos e acusações de relaxamento do Estado na assistência aos favelados.

Os terrenos da avenida Automóvel Club, vizinhos às linhas do metrô e da Cedae, ainda mantinham resquícios do movimento invasor. No sábado, 4 de junho de 1984, o Globo registra uma curiosidade. Um terreno, em Irajá, invadido

desde abril por mais de 30 famílias, não tinha seu proprietário identificado pela Secretaria de Habitação e Trabalho, que não sabia pertencer o terreno ao Metrô, à Prefeitura ou a particulares. (242)

Este fato comprova os argumentos já postos neste trabalho quando da descrição da "arena do jogo". Existem muitos pedaços de terra vazios sem propriedade nem utilidade definidas, na região, frutos das ações do Metrô, do DER, de servidões de passagem da Light, da Cedae, desapropriações e realinhamentos, abandonados por herdeiros em inventários de difícil solução ou por empresas falidas (a própria Companhia Nova América pediria concordata no ano de 1984) ou ainda dados em pagamento ao IAPAS e não registrados.

Os 1 milhão e 200 mil lotes que a Administração dizia existir na região metropolitana, não são contínuos mas hiper fragmentados.

Espaços que seriam inimagináveis para um planejador racional em seu escritório/laboratório fechado apareceram na prática real da Administração Rio/83.

No sábado, dia 11 de maio, o Governador Brizola anunciava outra importante decisão administrativa na área habitacional. As favelas do Rio seriam agrupadas em Regiões Administrativas independentes das já existentes "para que os favelados tenham voz na hora de o poder público decidir onde serão aplicados os recursos". Os administradores das favelas seriam "uma espécie de sub-prefeitos participando das reuniões dos demais administradores regionais com o Prefeito!". (243)

O dia 15 de junho de 1983 fecha o nosso período selecionado de análise (os primeiros 90 dias de um governo popular).

Neste dia, o Secretário de Governo, Cibilis Viana, anunciou que o Presidente João Figueiredo havia determinado a liberação de verbas do FINSOCIAL para o início da execução do projeto Cada Família, um Lote, conforme o acordo firmado entre o Governador Leonel Brizola e o presidente do PDS do Estado do Rio de Janeiro, Moreira Franco.

Dizia a imprensa, maliciosamente, ter ficado acertado nos entendimentos do governador com Moreira Franco que os dividendos político-eleitorais dos projetos executados conjuntamente pelos dois governos, seriam repartidos igualmente entre o PDS e PDT perante a opinião pública".(244)

3.3. Julho

No mês de julho de 1983, ao completarem-se os primeiros 100 dias do novo governo, a imprensa já mudara o alvo de seus ataques contra a Administração. Ao invés das invasões (tema rarefeito) volta-se para noticiário mais farto: os camelôs que ocuparam a cidade. (245)

O Globo, ao fazer um balanço dos primeiros cem dias de governo, reconhecia que a política do novo governo quanto aos favelados, manteve a promessa feita por Leonel Brizola à rádio Jornal do Brasil em 28 de julho do ano anterior: "remoção é palavra inexistente em meu dicionário".(246)

Do mês de julho em diante, as invasões esparsam-

-se cada vez mais no tempo e desconcentram-se do espaço que observamos (a zona Norte da cidade). A Administração Rio/83 procura cristalizar no público, tanto para os invasores como para o povo em geral, a opinião de que as invasões acabaram e foram manipuladas contra o novo Sistema Político. Por isso mesmo o Governador não iria mais admitir aquele tipo de ação.

O movimento invasor, sob a inspiração das eleições de 1982 e com apelos/pressões ao nome de Brizola, tinha perdido completamente sua legitimidade. A tática da população de baixa-renda, voltou a ser a das invasões clandestinas a que nos referimos na introdução.

No mês de julho invadir às claras era, pois, método superado.

Foi o que se provou na última invasão selecionada neste trabalho, ocorrida em Belford Roxo, na bairro do Prata, município de Nova Iguaçu, no dia 24 de julho de 1983.

Tratava-se de terreno particular cujos proprietários, logo de início, ameaçaram defender por meios judiciais.

Eram centenas de pessoas que "ouviram dizer que era por ordem do Brizola a invasão", e começaram a marcar lotes de 10 metros por 15. (247)

A intempestividade do apelo e do estilo dos invasores era manifesta na cidade do Rio de Janeiro. Não obstante, o início ou a repetição do processo no interior da Baixada Fluminense se avizinhava como uma ameaça igual ou maior a que havia sido assimilada na Baixada da Guanabara.

Foi esta invasão a única que levantou suspeitas

do pesquisador quanto a atuação de agitadores, provocadores ou irresponsáveis, simplesmente.

Seja como for, o anacronismo do estilo de Belford Roxo, só ajudou a cristalizar como verdadeiras as opiniões do Governador. Disse ele:

- "Estão querendo colocar uma casca de banana no meu Governo. É uma velha intriga que se renova, mas eu garanto que não estamos incitando ninguém. Ao contrário, estamos trabalhando para equacionar o problema." (248)

O Secretário Carlos Alberto de Oliveira continuava apontando a saída pelo novo plano governamental:

- "Vamos desenvolver o mais rápido possível, na Baixada Fluminense, o programa Cada Família, um Lote... nas próximas quatro a seis semanas, o Governador vai entregar títulos de propriedade a mais de oito mil famílias que já ocupam cerca de 12 mil lotes da área da Fazenda Botafogo - gente dos morros da Lagartixa e Pedreira e Gleba JK". (249)

No dia 29 de julho, os invasores de Belford Roxo deixaram o terreno, após somente cinco dias de invasão, deixando 147 lotes demarcados.

As declarações negativas do Governador e do Secretário, de que não mais tolerariam invasões de terrenos particulares, foram o suficiente para arrefecer os ânimos dos invasores, que abandonaram a área sem coação policial. (250)

III. CONCLUSÃO

O que importa para deduzir as conclusões deste trabalho é que as atitudes da Administração Pública em 1983 possibilitaram o aperfeiçoamento de um Sistema Político-Administrativo Aberto à população, numa relação permanente e direta entre autoridade e os invasores.

Embora tenham havido casos de violência, estas foram assimiladas pelos invasores. Não foi a violência que os fez parar de agir "às claras" porque eles acreditavam que ela não podia partir do Estado, a única violência temida.

Esta credibilidade foi devida, sobretudo, ao trabalho de observação direta e pessoal do ambiente local pelas autoridades governamentais, dinâmica de trabalho que estabeleceu o padrão de conduta do Sistema Administrativo da cidade de 1983 a 1986.

Com esta prática foi superado ao menos um dos problemas clássicos das teorias das organizações e da Administração Pública. Aquele apontado por Robert Merton, para quem "os conflitos entre burocratas e público têm suas fontes estruturais relacionadas com a tendência ao tratamento formal e impessoal por parte dos primeiros, quando o que o segundo deseja é uma atenção especial e individualizada". (251)

Por outro lado, utilizando a análise geral de sistemas, torna-se evidente a qualquer estudiosos do desenvolvimento urbano do Brasil neste século, que as intervenções governamentais sobre habitação, obedecem a um movimento

cíclico de maior e menor repressão às pretensões constantes das massas proletárias de construção de "arranjos de moradia" e estabilização de posse em zonas de favela.

Um dos axiomas de que se partir neste trabalho foi o de que tanto o comportamento das massas como dos gestores públicos estavam determinados pelas variações por que passa o Estado Brasileiro em seu movimento característico de aberturas e fechamentos (sístoles e diástoles).

Os Sistemas Políticos (de perfil militar - tecnocrático) que se montaram e geriram a Administração Pública, nos anos 60 e 70, eram fechados à participação popular. Não obstante, havia nestes sistemas um conteúdo de legitimidade proporcional às ideologias que se vinham desenvolvendo em oposição aos Sistemas Políticos capitaneados por Getúlio Vargas, Juscelino Kubitscheck e João Goulart, nas décadas de 1930, 40 e 50, sobre habitação e favelas.

Assim ensinavam Anthony e Elizabeth Leeds, escrevendo na década de 1970:

"Vargas deu muita atenção ao proletariado urbano. Essa atenção como encontramos em nossos questionários de surveys e entrevistas, é ainda muito valorizada por pessoas de 30-35 anos ou mais".

O interesse populista do período de Vargas e a abordagem administrativa ao "problema da favela" cristalizou-se logo depois do começo do Estado Novo em 1937. O governo de Henrique Dodsworth, prefeito do Distrito Federal no início da década de 1940, foi o primeiro a lidar administrativamente com as favelas". (252)

É bem verdade que o "democrático" Vargas aparece aprofundando os interesses e garantindo permissividade às construções dos proletários, somente depois de eleito, nos anos de 1950. É nessa década, como contam Leeds e Leeds, "que pela primeira vez, a idéia de urbanização "in loco" começou a aparecer na discussão política sobre as favelas". (253)

O conteúdo legitimador de um sistema prevalecente num período de centralização ou de descentralização, sempre nasceu no interior do Sistema Político que dominava a fase anterior. Como disse o General Golbery do Couto e Silva, na famosa Conferência na Escola Superior de Guerra em 1980, sobre as sístoles e diástoles da vida nacional:

- "...a centralização como a descentralização es tão presentes, as duas, a cada momento, o processo evolutivo de qualquer delas acarretando, inexoravelmente, o surgimento de fatores intrínsecos da outra que assim nasce da primeira, em seu seio é gerada e dela se alimenta, crescendo até afirmar-se e inverter, afinal, os termos da equação de equilíbrio permanente em que se traduz a coexistência de ambas em sua imanente oposição". (254)

A ideologia opositora à política habitacional urbana de Vargas, Kubitscheck e Goulart, tinha como base a erradicação de favelas. O principal líder articulador desta proposta era Carlos Lacerda. Conforme consta do relatório da Cohab-GB de 1963 (Companhia Habitacional da Guanabara, criada por Carlos Lacerda) "... depois de 1955, o Estado voltou seus olhos mais uma vez para o problema (Habitação/Favelas). Criou vários órgãos e instituições que tentaram por várias

formas e meios minimizar os efeitos das pressões sócio-econômicas que atuaram sobre a população favelada. Nenhum deles tinha como objetivo a erradicação dessas aglomerações. O governo (de Lacerda) foi o primeiro a enfrentar o problema em termos de erradicação".

Carlos Lacerda desde 1948 desencadeara uma campanha em jornais e no rádio que chamou A Batalha do Rio, objetivando forçar a burocracia nacional e local a encarar as favelas como um complexo conjunto de problemas nacionais mais do que um problema localizado e unilateral. (255)

Lacerda foi eleito governador da Guanabara em 1960, e, embora tenha sido cassado pelo Sistema Político Revolucionário e também tenha perdido a sucessão de seu Sistema Político, nas eleições de 1965, suas idéias e argumentos urbanísticos, aplicados no Rio de Janeiro, nortearam as Administrações Revolucionárias em todo o Brasil, no período autoritário.

Um dos mais experimentados e lúcidos urbanistas cariocas, Carlos Nelson Ferreira dos Santos, assim sintetizava a nova política urbana pós-1964:

" No começo da década de 1960, acontece uma reação à permissividade urbana predominante nos anos que vão de 1930 a 1950, época em que se alastraram favelas nas áreas cêntricas de quase todas as grandes cidades. O Estado iniciou um ataque em massa às favelas, pretendendo erradicá-las todas. Para fazê-lo, contava com grande parte dos recursos técnicos e financeiros de uma instituição criada para atender aos problemas e necessidades de moradia: o Banco Nacio-

nal de Habitação (BNH)." (256)

O conteúdo ideológico da criação do BNH como primeiro programa da Revolução, está claro no art. 1º da Lei 4380, de 21 de agosto de 1964: "O Governo Federal através do Ministro do Planejamento, formulará a política nacional de habitação e de planejamento territorial, coordenando a ação dos órgãos públicos e orientação à iniciativa privada no sentido de estimular a construção de habitações de interesse social e o financiamento da aquisição da casa própria, especialmente pelas classes da população de menor renda".

O BNH durou 22 anos (foi extinto por incorporação à Caixa Econômica Federal, pelo Decreto-Lei nº 2291, de 21 de novembro de 1986) como reificação das idéias opostas geradas na descentralização do pós-guerra até a Revolução de 1964.

Fato é que, mesmo imposto revolucionariamente, o Sistema Político militar-tecnocrático legitimou-se perante a opinião pública, justificado pelo ideário do planejamento, da racionalização administrativa, da busca da modernização social, da necessidade de redução da inflação e, principalmente por uma nova esperança na aquisição da "casa própria", através do novo Sistema Financeiro da Habitação que iria por fim à manipulação de clientelas eleitorais na atribuição das casas, promovida pelos políticos através da Fundação da Casa Popular, Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, que operavam a intervenção governamental sobre habitação nos governos populistas.

No final da década de 70, o professor Carlos Nel

son dos Santos assim resumia a atuação do Sistema BNH:

"Pelo menos nas grandes cidades e regiões metropolitanas o Brasil está submetido a um novo modelo de urbanização. Novo só na sua expressão física, pois esse espaço, enfim materializado, já aparece como representação ideológica acabada desde o início do século. A convergência para a qual o BNH e sua ação servirão de instrumento, poderia ser definida como o surgimento de condições eficazes para representar no espaço, até as últimas consequências, a hierarquização da sociedade brasileira. A história da evolução urbana recente pode ser resumida como a do progresso das maneiras de criar áreas privilegiadas e de "limpá-las" de presenças indesejáveis ou de impedir seu uso por quem não tem qualidade suficiente para consumi-las". (257)

Nesse ponto chegamos à questão primacial desta conclusão, que é tentar o entendimento da crise política que o país atravessa nos anos oitenta, tomando como instrumento de projeção a análise da gestão administrativo de um conflito urbano e a evolução das ideologias sobre habitação popular urbana.

A crise está localizada no retardo do processo de abertura em chegar à institucionalização do processo de sufrágio direto para investidura na Chefia do Poder Executivo Federal. Consiste a crise, tão somente, na resistência de membros das elites burocráticas brasileiras (258) que detêm o processo decisório (leia-se controle de setores estratégicos da Administração Federal Direta e Para-Estatal) em constituir um novo Sistema Político e considerá-lo apto a

sucedê-lo, legitimados por sufrágio universal, vitoriosamente, no jogo eleitoral pela Presidência da República.

Parece-nos válido considerar como hipótese estratégica para explicar essa crise, a decadência dos princípios teóricos vigentes na era da planificação/centralização, cuja personificação na área habitacional, o BNH, tornou-se símbolo de incompetência das Administrações Revolucionárias. Naufragou em 1986 depois de estar à deriva desde o início dos anos oitenta, deixando milhares de inadimplentes, sendo que, segundo informação do Instituto dos Arquitetos do Brasil, a Fundrem (Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana) acusou na década de 1970/80, um índice de 63,6% de produção de moradias pelo mercado informal, isto é, fora do Sistema Financeiro de Habitação. (259)

A lógica do planejamento estatal, sob controle da União Federal era eficiente quando a Administração não tinha que enfrentar o controle externo, tanto eleitoral como nos meios de comunicação permeando todas as esferas governamentais do país.

A realidade do movimento de abertura do Estado Brasileiro impele à formação de Sistemas Políticos Abertos, cuja gerência não pôde admitir o distanciamento entre o planejador como representante técnico das elites e o povo como objeto passivo das ações governamentais.

A distância dos burocratas em relação à cidade real é, em nossa análise, o fator de maior determinância do fracasso do planejamento do desenvolvimento urbano, especificamente na produção de habitação de baixa-renda.

Em oposição às ações do BNH, desenvolveu-se uma

unanimidade quanto ao direito à habitação (moradia), como direito inalienável da pessoa humana.

A opinião pública formou-se contrária às ações do BNH e por extensão a todos os Sistemas Políticos vinculados à ideologia tecnocrática-militar, tendendo a se materializar pela eleição de políticos opositores, especialmente em eleições majoritárias. Daí o fundamento da resistência às eleições presidenciais.

Evidentemente, o desajuste entre as técnicas do planejamento urbano e os objetivos políticos eleitorais, já tinha sido detectado pelo pragmatismo de diversas autoridades administrativas.

O primeiro governador do Estado do Rio de Janeiro depois da fusão, Almirante Faria Lima, nomeado pelo Presidente, ao ser empossado em 1975, discursava pela necessidade da eliminação das tensões sociais na zona metropolitana e prometia empregar na sua solução "imaginação política criadora, além de combater a corrupção". (260)

No governo seguinte, eleito indiretamente, o Secretário de Planejamento e Coordenação Geral do Estado, na sessão de encerramento de um Seminário sobre o Plano de Desenvolvimento Metropolitano (PDM) (261) em 29 de janeiro de 1982, discursava: "Diversas vezes tem a Administração Chagas Freitas explicitado como verdadeira declaração de princípios, as suas premissas filosóficas que colocam o Homem como início e fim das funções de Estado. Esta postura é também indeclinável porque, ao atravessarmos uma conjuntura (eleito

ral) particularmente difícil, ...tornou-se não apenas recomendável, mas essencial, uma atitude pragmática no planejamento, ou seja, um método de planejar que, antes de tudo, busque informar-se das reais aspirações daqueles aos quais o serviço público se destina, para que a formulação das diretrizes governamentais resulte, na prática, em respostas concretas às necessidades da população.

Daí, a Administração deste Estado haver escolhido um modelo de planejamento participativo, em que a comunidade, representada por seus líderes, e diretamente envolvida com o processo decisório, compromete-se com as ações de desenvolvimento adotadas, propiciando, assim, maior eficácia nas intervenções do Estado". (262)

Apesar dessa advertência, o Sistema Político de Chagas Freitas, que era chamado de "máquina clientelística", foi derrotado nas eleições majoritárias de 1982 (para Governador e Senador) juntamente com os Sistemas afins ao ex-Governador Faria Lima, justamente pelo Sistema Político Aberto de que estamos cuidando.

Não basta o discurso, nem é possível programação, para que se constitua um Sistema Aberto. Este só é possível quando o jogo-eleitoral tem como "prêmio" a investidura na Chefia máxima da Administração Pública.

O equilíbrio dinâmico da sociedade, que deve ser pretendido pela Administração Pública, por força dos tempos de descentralização, objetivando "assegurar a ordem dentro da desordem aparente ou efetiva", como diz Lordello de Mello, só pode ser conseguido por uma complexa tecitura político-so

cial, estabelecida no processo eleitoral, quando os diversos grupos sociais (das elites e das massas) expõem seus poderes e fraquezas e barganham estrategicamente sua participação no Sistema Político que dirigirá a Administração Pública.

Vejamos estas palavras de Anthony e Elizabeth Leeds, sobre a clivagem da elite e coalizões com grupos proletários no Rio de Janeiro:

"Óbviamente, qualquer grupo de elite terá vantagem na proporção de seus interesses se encontrar apoio tanto financeiro como social fora dos domínios de recursos já comumente acessíveis. Isso é feito pela entrada em vários tipos de coalizões com vários segmentos solidários do proletariado, que estão também trabalhando em seu próprio interesse ao entrar na coalizão... O resultado deste tipo de coalizão é a distribuição por toda cidade de uma série de coalizões mais ou menos paralelas, manobrando por proeminência, controle, liderança e influência . (263)

Leeds e Leeds tomavam como objetos de análise as "Escolas de Samba" e a FAFEG (Federação das Associações de Favelas da Guanabara), para estudar a complicada rede de troca de interesses entre membros de diversos órgãos da Administração Pública e favelados de diversas favelas. A conjuntura de sua análise era determinada pelo movimento de fechamento de canais de participação à massa da população. Entretanto, se naquela época as elites procuravam coalizões com setores populares, nos anos 80, em que a legitimação do poder é feita via sufrágio universal, a população de baixa-renda não pode ser excluída dos sistemas políticos, não fosse ela a ma

ioria.

Carlos Nelson dos Santos, atento às consequências do distanciamento entre elites burocráticas e as maiorias populares, determinando a inépcia do planejamento urbano, alertava em 1977:

"... o problema é que eles (pobres) são a imensa maioria (cerca de 70% da população economicamente ativa nas regiões metropolitanas brasileiras, ganhava em 1970, menos de 2,25 salários-mínimos - conforme IBGE, 1977) e que a elitização imposta ou induzida acaba por gerar dificuldades inéditas e, portanto, mais difíceis de serem entendidas e resolvidas por quadros de técnicos e burocratas com pouco poder real de interferência nos processos que teriam a obrigação de conduzir e que, de fato, os arrastam". (264)

Outrossim, há evidente percepção dos pobres sobre a diferença de participação entre um Sistema Político que se proponha a integrá-los no governo e outro Sistema Político que se comunique com eles através de alguns líderes privilegiados, cabos-eleitorais ou por "equipes técnicas" de assistência. Ademais, o sentido das relações sociais que citamos acima, por Anthony e Elizabeth Leeds, era da formação de um Sistema Político Clientelista ou Assistencialista. Este tipo de Sistema Político dificilmente consegue eleger cargos majoritários (chefes do executivo municipal, estadual ou federal) porque os prêmios e recompensas que deu a uns poucos, será sempre desconsiderado pela maioria dos não favorecidos.

Como diz o professor Carlos Nelson dos Santos:

"Os pobres estão atentos aos jogos dos quais participam e nem sempre representam o papel do contentor que é sempre derrotado". (265)

Anthony e Elizabeth Leeds, ainda no início dos anos 1970 também advertiam para a deficiência dialética dos planos urbanísticos (266) elaborados por técnicos recrutados na elite da sociedade:

"A cidade física, como vista na realidade, e não na prancheta dos planejadores, é ininteligível sem a compreensão da ação proletária. Como membros da elite, os planejadores vêem-na (a cidade) como um processo de elite. Vêem a cidade futura para a qual o planejamento deve ser feito em termos do futuro extrapolado da classe alta". (267)

Já naquela época, estes cientistas norte-americanos vislumbravam o caminho:

"... possivelmente, teremos que chegar ao ponto de vista de que o processo social é, ele mesmo, o processo de planejamento". (268)

O Sistema Administrativo que geriu o Rio de Janeiro em 1983 andou nesse sentido. Demonstrou que uma organização espontânea pode ter racionalidade e eficiência superiores ao planejamento estatal-centralizado, na gerência pública.

Poderiam os out-puts do Sistema Político Rio/83, bem sucedidos no campo habitacional, serem tomados como modelo para outros setores que despertem demandas sociais urgentes na cidade, como os transportes, o comércio, a arrecadação do lixo, o policiamento, etc.? Provavelmente, não. To-

davia, o empirismo gerencial da Administração da cidade àque-la época, demonstrou que a força dos invasores (seriedade, motivação e energia) se não pode sozinha garantir um programa de auto-gestão habitacional, muito menos pode ser desco-nhecida dos planejadores urbanos.

É no mesmo sentido a conclusão do trabalho dos professores da Universidade Federal de Minas Gerais, Sérgio de Azevedo e Luís A. Andrade, sobre habitação e poder:

"faltou à política habitacional imaginação - ou decisão política - para encontrar a solução que melhor se amoldasse às condições das classes baixas. Desconheceram-se os mecanismos espontâneos de que lançam mão tais classes para atender suas necessidades habitacionais. Em consequência, limitou-se a política à ação "tapa-buracos, construindo aqui e ali conjuntos populares, arranhando mais que enfrentando o problema". (269)

Foi da prática de aproximação direta que o Sistema Político-Administrativo daquele período conseguiu apurar informações sobre a força dos invasores e seu nível real de aspiração habitacional. O plano Cada Família, um Lote definiu a política habitacional do Sistema Político Administrativo do Rio de Janeiro em 1983, em menos de 2 meses de governo, sem quadros especializados, além dos existentes na Cehab (Companhia Estadual de Habitação), sem equipamentos materiais, enfim sem nenhum recurso comparável ao de que dispunha qualquer programa do Banco Nacional de Habitação.

O plano é a conclusão do cruzamento das observações sobre a autogestão do "espaço" pelos invasores com uma

informação que constava no relatório da Fundrem de 1982:

"O parcelamento da terra, ao longo deste século, ensejou a formação de um estoque de lotes não-ocupados da ordem de 1,2 milhões de unidades. Este número de lotes comportaria uma população de cinco milhões de habitantes na hipótese de uma ocupação unifamiliar, ou seja, o suficiente para abrigar o acréscimo demográfico previsto até o ano de 2010". (270)

Vem daí o juízo de que era possível atribuir a cada família, um lote. O fortalecimento do Sistema Administrativo se deu na medida em que constatou a existência, aliás já contactada na fase pré-eleitoral, em 1982, de uma enorme categoria de pessoas que pretendem, e se satisfariam, com um pequeno espaço de terra, sem esgoto, água e luz, mas sem aluguel. Este fato (o aluguel) tem que ser ressaltado nesta conclusão porque permeou todas as informações colhidas neste trabalho, em termos de declaração dos envolvidos com o movimento de invasões. O nível de aspiração se resume a um local para comer e dormir.

No seu desenvolvimento, o programa Cada Família, um Lote, encontrou dificuldades na utilização dos milhares de espaços vazios que a Fundrem viu. Estas dificuldades não vieram, como se supunha, apenas dos burgueses do mercado imobiliário, mas de elites existentes dentro das próprias massas.

Qualquer espaço urbano, incluindo zonas de favela e invasões, que se preste a moradia (e para isto, muitas vezes, basta uma cama) adquire valor econômico e como tal, ha

verá sempre quem deles de aproprie e os alugue ou venda a outros. As terras ou melhor, os espaços existentes nas favelas cariocas mais bem localizadas, são objeto de disputas de vida e morte entre lideranças internas.

O plano Cada Família, um Lote, não enfrentará este problema. Mudará de curso, passando a dar preferência ao trabalho de regularização da propriedade de antigos assentamentos proletários como o Parque Proletário da Penha, a Cruzada São Sebastião, no bairro do Leblon, e um loteamento irregular no morro da Lagartixa, no bairro de Acari. (271)

O Plano não pressupunha intervenção na "ecologia" das favelas. Procurava-se fazer o útil, o possível, o pedido por cada população específica. Na verdade, o Cada Família, um Lote tinha dois objetivos: servir como meio de convocação à participação no Sistema Governamental.

Sobre este último aspecto, a estratégia está toda colocada neste trecho do programa:

"Partindo-se do pressuposto de que o problema habitacional situa-se ao nível da questão morar ou não morar, uma proposta de trabalho no campo da habitação dita de baixa renda, se coloca como intervenção no processo de produção de moradia pelo povo... Para que a participação da comunidade se dê, de forma efetiva, há que se estabelecer um contato direto e continuado a ser iniciado no primeiro movimento do Projeto e com duração igual ao mesmo... Os contatos se darão em forma de encontros informais, reuniões de pequenos e médios grupos, assembléias... especificamente, grupos comunitários diversos como Associação de Moradores, Clubes de Mães,

Grupos de Mulheres, escolas de Samba, blocos, times de futebol; entidades atuantes na área como Centro Social Urbano, escolas, creches, igrejas, etc." (272)

Apesar da estratégia bem direcionada, o sucesso do Sistema Político-Administrativo, no Rio/83, foi relativo. O Sistema saiu vitorioso a curto prazo mas ferido de morte na sua primeira e mais grave batalha que foi o movimento de invasões. É que a não utilização do poder de polícia contra os invasores, inibiu as forças da ordem, expandiu atividades verdadeiramente criminosas, como formação de quadrilhas, saques a estabelecimentos comerciais, exploração de jogo, além da expansão de favelas sobre áreas de reserva florestal.

A imprensa documentou estes fatos e passou a transmitir à Opinião Pública comentários que responsabilizavam a atuação da Administração Pública por duas sequelas (sic): a favelização e a liberalização da criminalidade.

Como dissemos na metodologia, os produtos dos Sistemas Políticos visam a formação favorável da Opinião Pública, e esta é formada através dos meios de comunicação. Estando, principalmente, a imprensa com a missão de oposição ao Sistema vigente em 1983, aprofundou-se o isolamento entre este e a Opinião Pública.

Sem espaço nos meios de comunicação e tendo atritos com categorias profissionais organizadas como médicos, professores, motoristas e taxistas, a quem não podia conceder aumentos de salários e tarifas compatíveis com a inflação, a nova estrutura tinha que buscar apoio de novas camadas mais pobres da população, ampliando a base do Sistema Po

lítico, preparando novas massas de eleitores.

O isolamento de comunicação social é realmente mortal e conseguiu levar a Administração Rio/83 a empregar a mesma estratégia usada pelo Presidente Getúlio Vargas na década de 1950 é que o levaria ao suicídio. Como explicam Leeds e Leeds:

"A suspeita da classe média e a oposição de elementos da conservadora UDN não deixaram outra escolha a Vargas senão a de buscar o apoio em grande escala da classe trabalhadora". (273)

Analogamente às estruturas biológicas, o Sistema pós-83, vai procurar novas formas para permanecer vivo e desenvolver-se.

Essas novas formas estratégicas se resumem na proposição de um Sistema Político que estabeleça um nível mais baixo de cidadania para incorporar uma massa de pessoas que se encontra ainda abaixo de grande parte da população favelada. O futuro de um Sistema Político é imprevisível tanto quanto o é o futuro de uma sociedade.

Celso Lafer lembra que as classes médias que aparecem na virada do século XIX/XX, sem função econômica, mas com função política, foram cooptadas e incorporadas ao serviço público. (274)

Na virada do século XX/XXI, temos uma perspectiva de crescimento da população que pode ser projetada pelo aumento registrado na Região Metropolitana, de 1.907.755 a 7.780.000 moradores, entre 1940 e 1980. Em termos da cidade, tivemos um aumento de 1.519.010 em 1940, para 5.539.100

em 1980. (275)

Destarte, não poderão as massas urbanas serem incorporadas ao funcionalismo público, mas poderão, sim, constituir a base política e social de um Sistema que distribua uma igualdade de baixo-padrão de cidadania.

Os anos oitenta se iniciaram com a expectativa de complemento do ciclo de abertura política, com a investida das Chefias dos Poderes Executivos em geral, através de sufrágio popular direto.

A Administração Federal no início da década se caracterizou por ações que visavam preparar o "social" para as eleições, começando pelo apelo à nova imagem de um General de Exército, Presidente da República, como um popular João.

O BNH procurará, então, atenuar sua imagem de entidade perversa com a engenharia de novos planos que permitissem aproximação simpática de candidatos do Sistema Político dominante com a população de baixa-renda. São exemplos da nova política, o PROMORAR (Programa de Erradicação de Subabitação) que abandonou a idéia de remoção para defender a urbanização das favelas, o FICAM (Financiamento de construção, ampliação e melhoria da habitação de interesse social), o PROHEMP (Programa Habitacional-Empresa), o PROFILURB (Programa de Lotes Urbanizados) e o PROJETO JOÃO DE BARRO, que pretendia a construção de habitações por materiais não-convençionais.

Toda essa engenharia política, todo esse esforço de planejamento não obteve credibilidade perante a opinião

pública, nem eficiência nos resultados, que garantisse à eli
te burocrática brasileira pôr em jogo eleitoral a Presidênci
a da República.

A ausência do jogo político-presidencial, via su
frágio direto, atrasa a aprendizagem popular de escolha de
seus dirigentes máximos, e, neste retardo cultural a popula
ção de baixa-renda, a maioria dos brasileiros, tem que se so
correr da participação política através do único canal aber-
to à sua participação, que é o Sistema Político operado por
uma personalidade carismática. Os Partidos Políticos, após
o fim do bipartidarismo (Arena e MDB) multiplicaram-se sem
representatividade popular, nem expressão ideológica, estan-
do todos superados, em legitimidade e velocidade de consulta
e compreensão da Opinião Pública, pelos Meios de Comunica-
ção, rádio, televisão e jornais.

Os anos oitenta foram de estagnação política, no
limite das eleições diretas para os governos dos Estados da
Federação, de estagnação econômica (a estagflação), por me-
do da irracionalidade das urnas e por incapacidade das eli-
tes dirigentes de se aproximarem diretamente da população e
daí compreendê-la, com ela se comprometerem e trocar informa
ções que tornarão o planejamento real e não mero cálculo ide
ológico.

IV. NOTAS

- 1 - VALLADARES, Lícia do Prado. Organizadora. Repensando a Habitação no Brasil. Debates Urbanos nº 3, p. 28.
- 2 - FALCÃO, Joaquim de Arruda. Organizador. Conflito de Direito de Propriedade: Invasões Urbanas, p. VII.
- 3 - JACOBI, Pedro. Movimentos Populares Urbanos e Resposta do Estado: Autonomia e controle vs cooptação e clientelismo. In: BOSCHI, Renato Raul. Organizador. Movimentos Coletivos no Brasil Urbano. Debates Urbanos nº 5, p. 173.
- 4 - VALLADARES, Lícia do Prado. Op. cit, p. 29.
- 5 - EMENDA Constitucional nº 15, de 19 de novembro de 1980
- 6 - VON BERTALANFFY, Ludwig. Teoria Geral dos Sistemas 1977.
- 7 - Id., p. 62.
- 8 - Id., p. 25-6.
- 9 - Ao longo da narrativa, aparecerão outros sistemas ou subsistemas com participação importante embora excluída desta análise.
- 10 - VON BERTALANFFY, Ludwig. Teoria Geral dos Sistemas p. 133-4.
- 11 - DEBBASCH, Charles. Science Administrative, Paris, 1970 pág. 26. apud MEIRELLES, Hely Lopes de. Direito Administrativo Brasileiro, p.45.
- 12 - LORDELLO de Mello, Diogo. Administração Urbana: Sistemas e Diagnóstico, p.3.
- 13 - BAYER, Gustavo. Democracia interna em organizações formais: modelos teóricos de análise. RAP, vol.5 nº 2, p. 31-2.
- 14 - BRASILEIRO, Ana Maria. O Município como Sistema Político, p. 14.
- 15 - A expressão "operador qualitativo" é utilizada pelo Gal. Golbery do Couto e Silva, no seu livro "Planejamento Estratégico" indicando o elemento transformador de expressão de natureza política em expressões estratégicas correspondentes. p. 329.
- 16 - SILVA, Golbery do Couto e. O Planejamento Estratégico. p. 458.
- 17 - CAMPOS, Francisco. O Estado Nacional, p. 213.
- 18 - BRASILEIRO, Ana Maria, op. cit. p. 15.
- 19 - SILVA, Golbery do Couto e. op. cit. p. 467 a 495.
- 20 - FALCÃO, Joaquim Arruda. op. cit. p. 69.
- 21 - VON BERTALANFFY. op. cit. p. 261.
- 22 - Sobre o ajustamento da democracia liberal a um esquema de governo democrático numa sociedade dividida em classes, vide C. B. Macpherson em "A Democracia Liberal", p. 16-19.
- 23 - SABOYA, Hélio. Relator. Tese Justiça Social e Uso do solo urbano. IX Conferência Nacional da OAB. p. 49.
- 24 - INSTITUTO de Arquitetos do Brasil-RJ. Seminário de Política Urbana na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Painel: Habitação, p.v. 1982 mimeo.

- 25 - Op. cit. p. IV.
- 26 - VON BERTALANFFY. op. cit. p. 63-66.
- 27 - VON BERTALANFFY. op. cit. p. 193-194.
- 28 - LORDELLO de Mello. op. cit. p. 36.
- 29 - A respeito, vide tese de LAFER, Celso sobre o impacto da ampliação da participação política sobre o funcionamento estatal burocrático, Estado e Sociedade no Brasil: problemas de planejamento, in: Revista Argumento, ano 1, nº 2, p. 36.
- 30 - LABORIT, Henri. L'Homme et la ville. L'evolution des systèmes nerveux. pág. 38.
- 31 - A respeito vide livro de DA MATTA, Roberto. Carnavais, Malandros e heróis. Para uma sociologia do dilema brasileiro.
- 32 - ABRAMS, Charles. O uso da terra nas cidades. In: DAVIS, Kingsley. Coletânea Cidades. A Urbanização da Humanidade, p. 139.
- 33 - JORNAL do Brasil de 18.09.1982. "Governador inaugura hoje vila vizinha à do João e Jornal do Brasil de 08.01.1983. "Invasores apelam ao Governador".
- 34 - JORNAL do Brasil de 23-12-1982. "Famílias ocupam terrenos em Bangû". SILVA, J. Paulo da.
- 35 - Idem.
- 36 - Idem.
- 37 - Idem.
- 38 - JORNAL do Brasil de 08.01.1983. "Favelados resistem mas não mantêm seus barracos em pé". FERNANDES, Valéria
- 39 - Idem.
- 40 - JORNAL do Brasil de 08.01.1983. "Invasores apelam ao Governador".
- 41 - O Globo de 11.01.1983. "Polícia garante despejo em favela Vila Kennedy" e Jornal do Brasil de 11.01.1983. "Juiz tira 90 famílias da área "Paraíso do Brizola".
- 42 - O Globo de 12.01.1983. "Moradores retirados de favela ocupam galpão da CEHAB".
- 43 - Idem.
- 44 - Idem.
- 45 - JORNAL do Brasil de 25-01-1983. "Alojamento do metrô vira condomínio" de GOMES, Luiz Fernando.
- 46 - JORNAL do Brasil de 08.03.1983. "Famílias querem fazer de terrenos Vila do Brizola". BARROS, Jorge Antonio e Jornal do Brasil de 09.03.1983. "Cehab-RJ acionará invasores".
- 47 - Idem.
- 48 - JORNAL do Brasil de 10.03.1983. "Marcação de terra na Vila do Brizola é tirada por estranhos".
- 49 - Idem.
- 50 - JORNAL do Brasil de 16-03-1983. "Compradores invadem conjunto".
- 51 - Id.
- 52 - JORNAL do Brasil de 24.03.1983. "Posseiro pode ter legalizadas terras este ano".
- 53 - O Globo de 25.03.1983. "Light derruba barracos em áreas invadidas por favelados", Jornal do Brasil de 25.03.1983. "Light demole barracos em Manguinhos", FREITAS, Mônica.

- 54 - Id.
- 55 - Id.
- 56 - Id.
- 57 - JORNAL do Brasil de 26.03.1983. "Despejados pela Light não podem reconstruir barracos".
- 58 - Id.
- 59 - Id.
- 60 - Id.
- 61 - Id.
- 62 - O Globo de domingo, 27.03.1983. "Light explica atuação em área de Bonsucesso. Desocupação beneficiou os invasores".
- 63 - Vide anexos nº 2, mapa nº 5.
- 64 - Vide exemplo no anexo nº 3, observação feita "in loco" nº 4.
- 65 - Id.
- 66 - Vide anexo nº 2, mapas nºs 1 e 2.
- 67 - Vide anexo nº 2, mapa nº 4.
- 68 - Vide anexo nº 2, mapa nº 6.
- 69 - II Plano Nacional de Desenvolvimento, p. 88.
- 70 - Vide anexo nº 2, mapa nº 7 b.
- 71 - Vide anexo nº 2, mapa nº 2.
- 72 - JORNAL do Brasil de 25.03.1983. "Favelado ouve boato e ocupa terras".
- 73 - Idem.
- 74 - Idem.
- 75 - Idem.
- 76 - Idem.
- 77 - Idem.
- 78 - O Globo de 25.03.1983. "Terrenos do Metrô".
- 79 - O Globo de 26.05.1983. "Moradores temem mau uso dos terrenos do metrô". JORNAL do Brasil de 27.05.1983. "Brizola promete não pôr garagem em área do metrô. FERNANDES, Valéria. O Globo de 27.05.1983. "Decreto de Chagas Freitas será cumprido. Brizola garante lazer nos terrenos do metrô".
- 80 - Idem.
- 81 - JORNAL do Brasil de 09.06.1983. "Terrenos remanescentes das obras do metrô viram áreas de lazer".
- 82 - JORNAL do Brasil de 26.03.1983. "Nova invasão".
- 83 - Idem.
- 84 - Rômulo é réu na ação judicial movida pelo Abrigo. Vide anexo nº 5.
- 85 - JORNAL do Brasil de 26.03.83. "Nova invasão".
- 86 - O Globo de 27.03.83. "Na rua Uranos, barracos continuam".
- 87 - Idem.
- 88 - Vide anexo nº 5.
- 89 - JORNAL do Brasil de 26.03.83. "Posseiros do metrô perdem a esperança".
- 90 - Idem.
- 91 - JORNAL do Brasil de 26.03.1983. "Invasores da Cedae recebem ameaças".
- 92 - Vide anexo nº 3. Observação "in loco" nº 1.
- 93 - JORNAL do Brasil de 26.03.1983. "Invasores da Cedae re

- cebem ameaças. Vizinhos apoiam".
- 94 - Idem.
 - 95 - Idem.
 - 96 - Idem.
 - 97 - JORNAL do Brasil de 27.03.83. "Caão diz a invasores de terreno da Cedae que não podem ficar".
 - 98 - Idem.
 - 99 - Idem.
 - 100 - JORNAL do Brasil de 27.03.1983. "Deboche, não".
 - 101 - O DIA de 28.3.1983. "Cresce invasão no terreno do Abrigo Cristo Redentor".
 - 102 - O Globo de 28.03.1983. "Brizola promete apoiar ação de associações de moradores".
 - 103 - Idem.
 - 104 - Idem.
 - 105 - O Globo de 28.03.1983. "Secretaria decide sobre invasão na Rua Uranos".
 - 106 - Idem.
 - 107 - JORNAL do Brasil de 28.03.1983. "Famílias com renda baixa serão despejadas em Irajá", de GOMES, Luis Fernando.
 - 108 - Idem.
 - 109 - Idem.
 - 110 - JORNAL do Brasil de 28.03.1983. "Morador justifica invasão denunciando custo de vida". FARIA, Patricia.
 - 111 - Idem.
 - 112 - Idem.
 - 113 - Margarida Oliveira de Araújo era Provedora do Abrigo Cristo Redentor. Vide anexo nº 5.
 - 114 - JORNAL do Brasil de 29.03.1983. "A gente vai ficando." MEDEIROS, Alexandre.
 - 115 - JORNAL do Brasil de 29.03.1983. "Barracos queimam em terreno invadido". MEDEIROS, Alexandre.
 - 116 - Idem.
 - 117 - Idem.
 - 118 - JORNAL do Brasil de 29.03.1983. "Mui amigos". MEDEIROS Alexandre.
 - 119 - Idem.
 - 120 - O Globo de 29.03.1983. "Invasão de terrenos: solução de emergência".
 - 121 - Idem.
 - 122 - A respeito vide Revista Veja nº 680, de 16 de setembro de 1981 "O Caldeirão Urbano".
 - 123 - Vide artigo do jornalista Marcos Sá Corrêa "Uma falsa cordialidade" em Revista Veja de 16 de setembro de 1981
 - 124 - O Globo de 30.03.1983. "Invasores da Cedae não param de construir casas".
 - 125 - Idem.
 - 126 - Idem.
 - 127 - Idem.
 - 128 - O Globo de 30.03.1983. "Vilas do Brizola" e "Manguinhos".
 - 129 - Idem.
 - 130 - O Globo de 02.04.1983. "Favelados ocupam dois terrenos em Del Castilho.

- 131 - O Globo de 04.04.1983. "No Jacaré os policiais impedem a demarcação" e Jornal do Brasil de 05.04.1983. "Terreno do DER, no Jacaré, é o 5º a ser invadido".
- 132 - O Globo de 02.04.1983. "Faferj tenta com Prefeitura solução para as invasões".
- 133 - Resolução nº 05/ALERJ (Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro), de 26 de março de 1983.
- 134 - JORNAL do Brasil de 04.04.1983. "Comissão vai dar solução à invasão de terras no Rio".
- 135 - JORNAL do Brasil de 03.04.1983. "Invasores de Irajá não param de fazer suas casas. MENDES Graciela e MIRANDA Carlos Aurélio.
- 136 - O Globo de 04.04.1983. "Invasões de terrenos".
- 137 - JORNAL do Brasil de 04.04.1983. "Comissão vai dar solução a invasão de terras no Rio".
- 138 - JORNAL do Brasil de 04.04.1983. "Ordem e Justiça". (editorial).
- 139 - Vide anexo nº 3. "observação in loco" nº 1.
- 140 - O Globo de 04.04.1983. "PM queima e derruba barracos em Del Castilho".
- 141 - O Globo de 04.04.1983. "Vila e Associação".
- 142 - JORNAL do Brasil de 5.04.1983. "Terreno do DER é o 5º a ser invadido".
- 143 - O Globo de 04.04.1983. "Nenhuma das 50 famílias quer sair da área em Irajá.
- 144 - O Globo de 04.04.1983. "Promessa. No Jacaré, os policiais impedem a demarcação".
- 145 - O Globo de 05.04.1983. "Brizola: Fonte não detectada estimula invasões".
- 146 - O Globo de 05.04.83. "Brizola: Fonte não detectada estimula invasões". JORNAL do Brasil de 5.4.83. "Governador denuncia plano para estimular invasões".
- 147 - O Globo de 5.4.1983. "Ação Preventiva".
- 148 - JORNAL do Brasil de 5.4.1983. "Lógica do Absurdo. Reflexão".
- 149 - O Globo de 6.4.1983. "Tancredo propõe hoje a Figueiredo ação conjugada".
- 150 - Idem.
- 151 - JORNAL do Brasil de 6.4.1983. "Multidão tenta invadir Palácio. Montoro denuncia agitadores".
- 152 - JORNAL do Brasil de 5.4.1983. "Sem repressão".
- 153 - Idem.
- 154 - JORNAL do Brasil de 6.4.1983. "Grupo busca solução urgente".
- 155 - JORNAL do Brasil de 6.4.1983. "Polícia não sabe quem incentiva".
- 156 - JORNAL do Brasil de 6.4.1983. "Angústia".
- 157 - JORNAL do Brasil de 6.4.1983. "Grupo busca uma solução urgente".
- 158 - Idem.
- 159 - Idem.
- 160 - Idem.
- 161 - JORNAL do Brasil de 7.4.1983. "Invasores da Cedae em Irajá fazem acordo com o Governador". MEDEIROS, Alexandre; MENDES, Graciela; BARROS, Jorge Antonio; BARRETO,

- Maria Alice Pais; RODRIGUES, Tânia e FERNANDES, Valéria.
- 162 - JORNAL do Brasil de 6.4.1983. "Angústia".
 - 163 - Idem.
 - 164 - Idem.
 - 165 - JORNAL do Brasil de 6.4.1983. "Terreno da Light".
 - 166 - O Globo de 6.4.1983. "Desordem, nunca".
 - 167 - JORNAL do Brasil de 7.4.1983. "Brizola conclama Rio a manter a ordem".
 - 168 - Idem.
 - 169 - Idem.
 - 170 - A expressão "tiro além do alvo" pertence à linguagem sistêmica de von Bertalanffy, Ludwig. op. cit, p.195 .
 - 171 - JORNAL do Brasil de 7.4.1983. "Denúncia e apelo pela TV".
 - 172 - JORNAL do Brasil de 7.4.1983. "Justiça não consegue tirar invasores da Nova América".
 - 173 - Idem.
 - 174 - JORNAL do Brasil de 7.4.1983. "Chega o caminhão".
 - 175 - Vide Falcão, Joaquim de Arruda, op. cit. p. 93-94.
 - 176 - JORNAL do Brasil de 8.4.1983. "Invasores não acreditam que ganharão casa". WAINER FILHO, Samuel.
 - 177 - JORNAL do Brasil de 9.4.1983. "Assistente social é apedrejada por multidão sem casa".
 - 178 - O DIA de 10.4.1983. "Já cadastradas as famílias invasoras".
 - 179 - O Globo de 12.4.83. "Criada comissão para reativar a construção civil".
 - 180 - JORNAL do Brasil de 13.4.1983. "Operários recusam expulsar invasores". SILVA, J. Paulo da.
 - 181 - JORNAL do Brasil de 13.04.1983. "Proliferação".
 - 182 - JORNAL do Brasil de 13.04.1983. "Invasora com filhos é expulsa de apartamento". CORTES, Celina.
 - 183 - JORNAL do Brasil de 25.4.1983. "Invasores resistem à expulsão". "Cadê o Caó?".
 - 184 - JORNAL do Brasil de 16.4.1983. "Moradores desesperados tentam salvar barracos". FARIA, Patrícia e MENDES, Gra ciela. O Globo de 16.4.1983. "Invasores resistem nos barracos e despejo é adiado em Manguinhos".
 - 185 - JORNAL do Brasil de 16.4.1983. "Cehab vai fazer 10 mil casas".
 - 186 - Idem
 - 187 - O Globo de 16.4.1983. "Cehab instalará postos para atender inscritos".
 - 188 - JORNAL do Brasil de 16.4.1983. "Moradores desesperados tentam salvar barracos".
 - 189 - O Globo de 17.4.1983. "Invasores do terreno da Light irão para o Albergue João XXIII". JORNAL do Brasil de 17.4.1983. "Invasores saem de Manguinhos e vão para um abrigo".
 - 190 - Idem.
 - 191 - O Globo de 18.4.1983. "Desocupado terreno da Light: invasores são levados para albergue". JORNAL do Brasil de 18.4.1983. "Invasores de terreno da Light são removidos". MEDEIROS, Alexandre; MIRANDA, Carlos Aurélio e

- WAINER FILHO, Samuel.
- 192 - JORNAL do Brasil de 18.4.1983, idem e O Globo de 18.4.1983, idem.
 - 193 - JORNAL do Brasil de 18.4.1983, idem.
 - 194 - Vide anexo 2.1
 - 195 - JORNAL do Brasil de 19.4.1983. "Invasão cresce em Inhaúma que programa festa. Por pouco tempo." MEDEIROS, Alexandre.
 - 196 - JORNAL do Brasil de 19.4.1983. "Solução e Método".
 - 197 - O Globo de 19.4.1983. "Áreas invadidas: donos vão orientar juízes".
 - 198 - JORNAL do Brasil de 20.4.1983. "Invasor mais calmo decora o barraco e espera uma solução.
 - 199 - Idem
 - 200 - JORNAL do Brasil de 19.4.1983. "Invasão cresce em Inhaúma que programa festa". MEDEIROS, Alexandre.
 - 201 - JORNAL do Brasil de 20.4.1983. "Invasor mais calmo decora barraco e espera uma solução".
 - 202 - O Globo de 20.4.1983. "Estado não cadastrará novos invasores, para conter aproveitadores".
 - 203 - JORNAL do Brasil de 22.4.1983. "Abrigo reúne invasor de seu terreno".
 - 204 - JORNAL do Brasil de 22.4.1983. Idem.
 - 205 - JORNAL do Brasil de 23.4.1983. "Invasores de Del Castilho vão ser removidos amanhã".
 - 206 - JORNAL do Brasil de 23.4.1983, idem.
 - 207 - JORNAL do Brasil de 24.4.1983. "Invasor não quer deixar terreno pelo albergue". LEVY, Tereza Cristina.
 - 208 - JORNAL do Brasil de 24.4.1983, idem.
 - 209 - JORNAL do Brasil de 25.4.1983. "Mandado judicial pode despejar os invasores de Del Castilho.
 - 210 - Idem.
 - 211 - O Globo de 24.4.1983. "Proposta de sorteio invasores. Desocupação em Del Castilho começa hoje com caminhões".
 - 212 - Idem.
 - 213 - Idem.
 - 214 - JORNAL do Brasil de 26.4.1983. "Estado já tem mais de mil lotes para remover invasores".
 - 215 - JORNAL do Brasil de 26.4.1983, idem.
 - 216 - JORNAL do Brasil de 27.4.1983. "Invasor aceita deixar terras de Del Castilho por albergue". COIMBRA, Letícia. O Globo de 27.4.1983. "Invasores começam a sair de terreno da Nova América".
 - 217 - JORNAL do Brasil de 28.4.1983. "Invasora deixa Del Castilho e busca albergue". Inicia-se o declínio ou a 3ª fase do fenômeno estudado.
 - 218 - A surpresa dá-se em termos da aceitação política de Brizola pelo Sistema Militar porque em termos administrativos o Plano Cada Família, um Lote cabia, todo ele, dentro do Programa de Erradicação da subhabitação - PRO MORAR - aprovado pela Presidência desde 25 de junho de 1979, por proposta do Ministro Mário Andreazza.
 - 219 - JORNAL do Brasil de 4.5.1983. "Ministério apóia plano de Brizola".
 - 220 - Este relatório foi impresso e distribuído à população da

- cidade com data de 2 de maio de 1983 e assinado pelo engenheiro Leonel Brizola.
- 221 - JORNAL do Brasil de 4.5.1983. "Ministério apóia plano de Brizola. Ação concreta".
 - 222 - Idem.
 - 223 - O Globo de 9.5.1983. "Área no Rio Comprido é invadida por 150 famílias de duas favelas".
 - 224 - JORNAL do Brasil de 10.5.1983. "Famílias tomam área no Rio Comprido".
 - 225 - O Globo de 10.5.1983. "Policiamento impede invasão de terreno no Rio Comprido".
 - 226 - O final dos "não cadastrados" na invasão da Nova América foi a remoção judicial, com a demolição de 23 barracos e queima de 2, em 16 de agosto de 1983, conforme Jornal do Brasil de 17.8.1983. "Barracos são desocupados em Inhaúma com incêndio". OLIVEIRA, Estanislau.
 - 227 - JORNAL do Brasil 13.5.1983. "Invasora se alegra ao ganhar casa nova no Conjunto Paciência". CÔRTEZ, Celina.
 - 228 - O Globo de 15.5.1983. "Governador recebe posseiros e promete legalizar terras.
 - 229 - Idem.
 - 230 - O Globo de 15.5.1983. "Cehab chama inscritos desde 1975 para novo cadastramento, dia 22".
 - 231 - O Globo de 17.5.1983. "Desocupadas casas da Vila do João. Só uma família fica".
 - 232 - Idem.
 - 233 - O Globo de 17.5.1983. "Exemplo da Vila Esperança foi ilusão".
 - 234 - FRAGOSO, Heleno Cláudio. Lições de Direito Penal. p.17
 - 235 - O Dia de 23.5.1983. "2700 comprovam renda e recebem casa em 90 dias".
 - 236 - O Globo de 23-5-1983. "Casas Populares. Só 3.500 comprovam renda. Em Exame, segunda chamada".
 - 237 - O Globo de 24.5.1983. "Lavradores despejados em Cachoeira Grande. Polícia derruba casa sem ordem".
 - 238 - O Globo em 25.5.1983. "Suspendido por quadro meses despejo de lavradores de Cachoeira Grande".
 - 239 - JORNAL do Brasil de 26.5.1983. "Brizola tira do Detran diretor que fez "blitz".
 - 240 - O Globo de 26.5.1983. "BNH inclui no projeto o início da construção".
 - 241 - O Globo de 3.6.1983. "Barracos estão ameaçados mas moradores não saem".
 - 242 - O Globo de 4.6.1983. "Estado procura proprietário da área invadida em Irajá".
 - 243 - O Globo de 12.6.1983. "Favelas formarão novas Regiões Administrativas".
 - 244 - JORNAL do Brasil de 17.6.1983. "Figueiredo libera verba para projeto de Brizola". ALVES, Henrique José.
 - 245 - JORNAL do Brasil de 19.7.1983. "Mercado Persa".
 - 246 - O Globo de 21.6.1983. "Os 100 dias de Brizola. A distância das promessas à realidade. Favelados".
 - 247 - JORNAL do Brasil de 29.8.1983. "Invasores ocupam terreno em bairro de Belford Roxo".
 - 248 - Idem.

- 249 - Sobre a entrega de título de propriedade no morro da Lagartixa, vide anexo nº 3. "observação in loco" nº 2.
- 250 - JORNAL do Brasil de 30.7.1983. "Invasores deixam área em Belford Roxo".
- 251 - MERTON, Robert K. "Estrutura Burocrática e Personalidade". apud MOTTA, Fernando C. Prestes. Teoria Geral da Administração p. 63.
- 252 - LEEDS e LEEDS. "A sociologia do Brasil urbano", p.191-192.
- 253 - Idem, p. 205
- 254 - SILVA, Golbery do Couto e. Op. cit, p. 479.
- 255 - LEEDS e LEEDS, op. cit, p. 217.
- 256 - SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. Velhas novidades nos modos de urbanização brasileiros. In: Habitação em questão. Organizadora: VALLADARES, Lícia do Prado, p. 19.
- 257 - Idem, p. 21.
- 258 - O conceito de elite burocrática, aqui, se identifica com o conceito de burocracia política como grupo social próprio, articulando interesses específicos e que por sua posição de direção no Sistema Político vigente, torna-se estrategista das políticas governamentais. Sobre o conceito vide BAYER, Gustavo F. Burocracia e Política no Brasil. In: Revista de Administração Pública, vol. 9, nº 1, jan/mar/1975, p. 68-89. Vide, também, FAORO, Raymundo de. Os Donos do Poder, formação do patronato político brasileiro.
- 259 - Instituto de Arquitetos do Brasil. RJ. Seminário de Política Urbana na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Painel: Habitação, p. V. Dez/82.
- 260 - Jornal "O Estado de São Paulo", de 16/03/75. "Faria Lima promete usar a imaginação política criadora".
- 261 - O seminário foi organizado pela FUNDREM e pelo CNDU (Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano), visando a compatibilização ao Decreto Federal nº 85.916 de 1981, que condicionava investimentos, incentivos, repasses e financiamentos da Administração Federal nas Regiões Metropolitanas à prévia compatibilização com os Planos de Desenvolvimento Metropolitano.
- 262 - Idem, p. 63.
- 263 - LEEDS e LEEDS, op. cit. p. 174 e 178.
- 264 - SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. Op. cit. p.18-22.
- 265 - Idem, p. 33.
- 266 - Sobre os planos urbanísticos que afetaram a cidade do Rio de Janeiro, Plano Agache, Plano Doxiades, PUB - RIO e PIT-METRÔ, vide REZENDE, Vera. Planejamento Urbano e Ideologia.
- 267 - LEEDS e LEEDS, op. cit. p. 181.
- 268 - Idem, p. 182.
- 269 - Azevedo, Sérgio de. e ANDRADE, Luiz Aureliano Gama de. Habitação e Poder, p. 129.
- 270 - Plano de Desenvolvimento Metropolitano Rio de Janeiro 1982, p. 38.
- 271 - Sobre o Parque Proletário da Penha e Cruzada vide Jornal do Brasil de 11.12.83 "Governo dá lotes na Penha".

- 272 - Programa Operacional do Plano Cada Família, um Lote, p. 2.
- 273 - LEEDS e LEEDS, op. cit. p. 204.
- 274 - LAFER, Celso. op. cit. p. 58.
- 275 - Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro, de 1980, p. 62 e 63.

V. ANEXOS1. ARTIGOS DE JORNAL (ordem cronológica)

- GOVERNADOR inaugura hoje vila vizinha à do João. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 18 set. 1982
- FAMÍLIAS ocupam terrenos em Bangú. Silva, J. Paulo da. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 23 dez. 1982
- INVASORES apelam ao Governador. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 8 jan. 1983
- FAVELADAS resistem mas não mantêm seus barracos em pé. Fernandes, Valéria. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro 8 jan. 1983
- POLÍCIA garante despejo em favela da Vila Kennedy. O Globo. Rio de Janeiro, 11 jan. 1983
- JUIZ tira 90 famílias da área "Paraíso do Brizola". Magalhães, Edson. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 11 jan. 1983
- MORADORES retirados de favela ocupam galpão da Cehab. O Globo, Rio de Janeiro, 12 jan. 1983
- ALOJAMENTO do metrô vira condomínio. Gomes, Luiz Fernando. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 25 jan. 1983
- PESQUISA diz o que falta à favela para virar cidade. Chaves, Sandra. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 20 fev. 1983
- FAMÍLIAS querem fazer de terreno "Vila do Brizola". Barros, Jorge Antônio. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro 8 mar. 1983

- CEHAB-RJ acionará invasores. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 9 mar. 1983
- MARCAÇÃO de terra na Vila do Brizola é tirada por estranhos. Jornal do Brasil, 10 mar. 1983
- COMPRADORES invadem conjunto. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 16 mar. 1983
- POLICIAIS derrubam barracos de famílias despejadas no Recreio. O Globo. Rio de Janeiro, 20 mar. 1983
- POSSEIROS podem ter legalizadas terras este ano. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 24 mar. 1983
- FAVELADO ouve boato e ocupa terras. Côrtes, Celina. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 25 mar. 1983
- LIGHT demole barracos em Manguinhos. Freitas, Mônica. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 25 mar. 1983
- LIGHT derruba barracos em área invadida por favelados. O Globo. Rio de Janeiro, 25 mar. 1983
- TERRA de ninguém (editorial). Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 26 mar. 1983
- POSSEIROS de Metrô perdem esperança. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 26 mar. 1983
- INVASORES da Cedae recebem ameaças. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 26 mar. 1983
- DESPEJADOS pela Light não podem reconstruir barracos. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 26 mar. 1983
- DESOCUPAÇÃO beneficiou os invasores. O Globo. Rio de Janeiro, 27 mar. 1983
- CAÓ diz a invasores de terreno da Cedae que não podem ficar. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 27 mar. 1983

- AS FAVELAS e a decadência carioca. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 27 mar. 1983
- CRESCE invasão no terreno do Abrigo Cristo Redentor. O Dia. Rio de Janeiro, 28 mar. 1983
- MORADOR justifica invasão denunciando custo de vida. Faria, Patrícia. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 28 mar. 1983
- FAMÍLIAS com renda baixa serão despejados em Irajá. Gomes, Luiz Fernando. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 28 mar. 1983
- SECRETARIA decide sobre invasão na Rua Uranos. O Globo. Rio de Janeiro, 28 mar. 1983
- BARRACOS queimam em terreno invadido. Medeiros, Alexandre. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 29 mar. 1983
- INVASÃO de terrenos: solução de emergência. O Globo. Rio de Janeiro, 29 mar. 1983
- INVASORES da Cedae não param de construir casas. O Globo. Rio de Janeiro, 30 mar. 1983
- FAVELADOS ocupam dois terrenos em Del Castilho. O Globo. Rio de Janeiro, 2 abr. 1983
- FAVELADOS decidem não abandonar as Malvinas. O Globo. Rio de Janeiro, 2 abr. 1983
- INVASORES de Irajá não param de fazer suas casas. Mendes, Graciela e Miranda, Carlos Aurélio. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 3 abr. 1983
- INVASÕES em terras da Cedae vão continuar. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 3 abr. 1983

- ORDEM e Justiça (editorial). Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 4 abr. 1983
- COMISSÃO vai dar solução à invasão de terras no Rio. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 4 abr. 1983
- PM queima e derruba dois barracos em Del Castilho. O Globo. Rio de Janeiro, 4 abr. 1983
- BRIZOLA: "Fonte não detectada estimula invasões". O Globo. Rio de Janeiro, 5 abr. 1983
- INTERVENÇÃO nas invasões. Última Hora. Rio de Janeiro, 5 abr. 1983
- CARENTES e pagantes (editorial). O Globo. Rio de Janeiro, 4 abr. 1983
- LÓGICA do Absurdo (editorial). Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 5 abr. 1983
- BRIZOLA: "Invasões são ação sistemática". O Globo. Rio de Janeiro, 5 abr. 1983
- INVADAM, Brizola Garante. Última Hora. Rio de Janeiro, 5 abr. 1983
- GOVERNADOR denuncia plano para estimular invasões. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 5 abr. 1983
- JUSTIÇA vai despejar hoje "Vila de Brizola". Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 6 abr. 1983
- "HOMEM" da Cedae dá esperança a invasor. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 6 abr. 1983
- GRUPO busca uma solução urgente. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 6 abr. 1983
- POLÍCIA não sabe quem incentiva. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 6 abr. 1983

- PALESTRA de Brizola. Alves, Henrique José. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 7 abr. 1983
- BRIZOLA conclama Rio a manter a ordem. (1ª página). Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 7 abr. 1983
- BRIZOLA repele anarquia e pede trabalho com ordem. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 7 abr. 1983
- JUSTIÇA não consegue tirar invasores da Nova América. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 7 abr. 1983
- INVASORES da Cedae em Irajá fazem acordo com Governo. Meideiros, Alexandre e outros. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 7 abr. 1983
- INVASORES não acreditam que ganharão casas. Silva, J. Paulo e Wainer Filho, Samuel. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 8 abr. 1983
- ASSISTENTE social é apedrejada por multidão sem casa. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 9 abr. 1983
- MÃO-DE-GATO (editorial). Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 10 abr. 1983
- UM grupo já tem casa e quer morar melhor; outro é dos muito pobres. O Globo. Rio de Janeiro, 10 abr. 1983
- INVASORES esperam em Bonsucesso as casas que a Cehab prometeu. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 10 abr. 1983
- JÁ cadastradas as famílias invasoras. O Dia. Rio de Janeiro, 10 abr. 1983
- CONJUNTO de invasor pode ter habite-se negado. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 12 abr. 1983

- CRIADA comissão para reativar a construção civil. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 12 abr. 1983
- FALTA de controle (editorial). Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 13 abr. 1983
- OPERÁRIOS recusam expulsar invasores. Silva, J. Paulo da Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 13 abr. 1983
- INVASORES resistem à expulsão. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 15 abr. 1983
- CADÊ o Caô. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 15 abr. 1983
- CEHAB vai fazer 10 mil casas. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 16 abr. 1983
- MORADORES desesperados tentam salvar barracos. Faria, Patrícia e Mendes, Graciela. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 16 abr. 1983
- INVASORES resistem nos barracos e despejo é adiado em Mangueiras. O Globo. Rio de Janeiro, 16 abr. 1983
- TERRENOS urbanizados, solução de emergência para o velho problema habitacional do Rio. Folha da Praia. Rio de Janeiro, 10/17 abr. 1983
- DESOCUPADO terreno da Light: invasores são levados ao albergue. O Globo. Rio de Janeiro, 18 abr. 1983
- INVASORES do terreno da Light irão para o Albergue João XXIII. O Globo. Rio de Janeiro, 17 abr. 1983
- INVASORES saem de Mangueiras e vai para um abrigo. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 17 abr. 1983
- INVASORES do terreno da Light são removidos. Medeiros, Alexandre, Miranda, Carlos Aurélio e Wainer Filho, Samuel. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 18 abr. 1983

- ÁREAS invadidas: donos vão orientar os juízes. O Globo
Rio de Janeiro, 19 abr. 1983
- INVASÃO cresce em Inhaúma que programa festa. Medeiros, Alexandre. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 19 abr. 1983
- SOLUÇÃO e método (editorial). Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 19 abr. 1983
- ESTADO não cadastrará novos invasores, para conter aproveitadores. O Globo. Rio de Janeiro, 20 abr. 1983
- INVASOR mais calmo decora o barraco e espera uma solução. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 20 abr. 1983
- ABRIGO reúne invasor de seu terreno. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 22 abr. 1983
- INVASORES de Del Castilho vão ser removidos amanhã. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 23 abr. 1983
- INVASOR não quer deixar terreno pelo albergue. Levy, Teresa Cristina. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 24 abr. 1983
- DESOCUPAÇÃO em Del Castilho começa hoje com caminhões. O Globo. Rio de Janeiro, 24 abr. 1983
- MANDADO judicial pode despejar os invasores de Del Castilho. Fernandes, Valéria e Faria, Patrícia. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 25 abr. 1983
- ESTADO já tem mais de mil lotes para remover invasores. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 26 abr. 1983
- INVASOR aceita deixar terras de Del Castilho por albergue. Coimbra, Letícia. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 27 abr. 1983

- INVASORES começam a sair de terreno da Nova América. O
Globo. Rio de Janeiro, 27 abr. 1983
- INVASORA deixa Del Castilho e busca albergue. Jornal do
Brasil. Rio de Janeiro, 28 abr. 1983
- INVASÕES. Favelão. Rio de Janeiro, mai/jun. 1983
- ESTADO busca solução para 100 famílias de invasores. Jor
nal do Brasil. Rio de Janeiro, 3 abr. 1983
- LOTES para os mais carentes. Jornal do Brasil. Rio de
Janeiro, 4 mai. 1983
- MINISTÉRIO apóia plano de Brizola. Jornal do Brasil. Rio
de Janeiro, 4 mai. 1983
- PREFEITURAS terão preferência para comprar terrenos. Jor-
nal do Brasil. Rio de Janeiro, 4 mai. 1983
- ÁREA do Rio Comprido é invadida por 150 famílias de duas
favelas. O Globo. Rio de Janeiro, 9 mai. 1983
- RISCOS do Paternalismo. Jornal do Brasil. Rio de Janei-
ro, 10 mai. 1983
- FAMÍLIAS tomam área no Rio Comprido. Jornal do Brasil.
Rio de Janeiro, 10 mai. 1983
- POLICIAMENTO impede invasão no Rio Comprido. O Globo .
Rio de Janeiro, 10 mar. 1983
- INVASORES saem de albergue e vão para casas. Jornal do
Brasil. Rio de Janeiro, 12 mai. 1983
- INVASORA se alegra ao ganhar casa nova no Conjunto Paciên-
cia. Côrtes Celina. Jornal do Brasil. Rio de Ja-
neiro, 15 mai. 1983
- GOVERNADOR recebe posseiros e promete legalizar terras.
O Globo. Rio de Janeiro, 15 mai. 1983

- PACIÊNCIA é casa própria para invasor de Portugal. Wainer Filho, Samuel. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 15 maio. 1983
- CEHAB chama inscritos desde 1975 para novo cadastramento, dia 22. O Globo. Rio de Janeiro, 15 mai. 1983
- SECRETARIA chama famílias. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 15 mai. 1983
- NOVOS critérios. O Globo. Rio de Janeiro, 15 mai. 1983
- CONTEXTO de conivências (editorial). Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 17 mai. 1983
- CONSAGRAÇÃO do abuso (editorial). O Globo. Rio de Janeiro, 17 mar. 1983
- ESTADO procura proprietário de área invadida em Irajá. O Globo. Rio de Janeiro, 4 jun. 1983
- FAVELA quer nome de Final Feliz. Côrtes, Celina. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 16 jun. 1983
- INVASORES ocupam terreno em bairro de Belford Roxo. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 29 jul. 1983
- INVASORES deixam área em Belford Roxo. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 30 jul. 1983

ANEXO 2: MAPAS

- Nº 1 - Estrutura viária
- Nº 2 - Corredores de deslocamento no espaço urbano
- Nº 3 - Sistema de Abastecimento de Água
- Nº 4 - Sistema de Energia Elétrica
(Obs: Mapas correspondentes aos de nºs. 13, 39, 18 e 22 do PUB-RIO/1977)
- Nº 5 - Bairros da cidade
(Mapa da Secretaria de Planejamento do Município, 1981)
- Nº 6 - Favelas do Município
(Mapa do IPLAN-RIO/1982)
- Nº 7 - Topografia da cidade.
(Mapas a e b retirados do livro "O Rio Antigo do fotógrafo Marc Ferrez". p.24 e 25)



PUB RIO

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

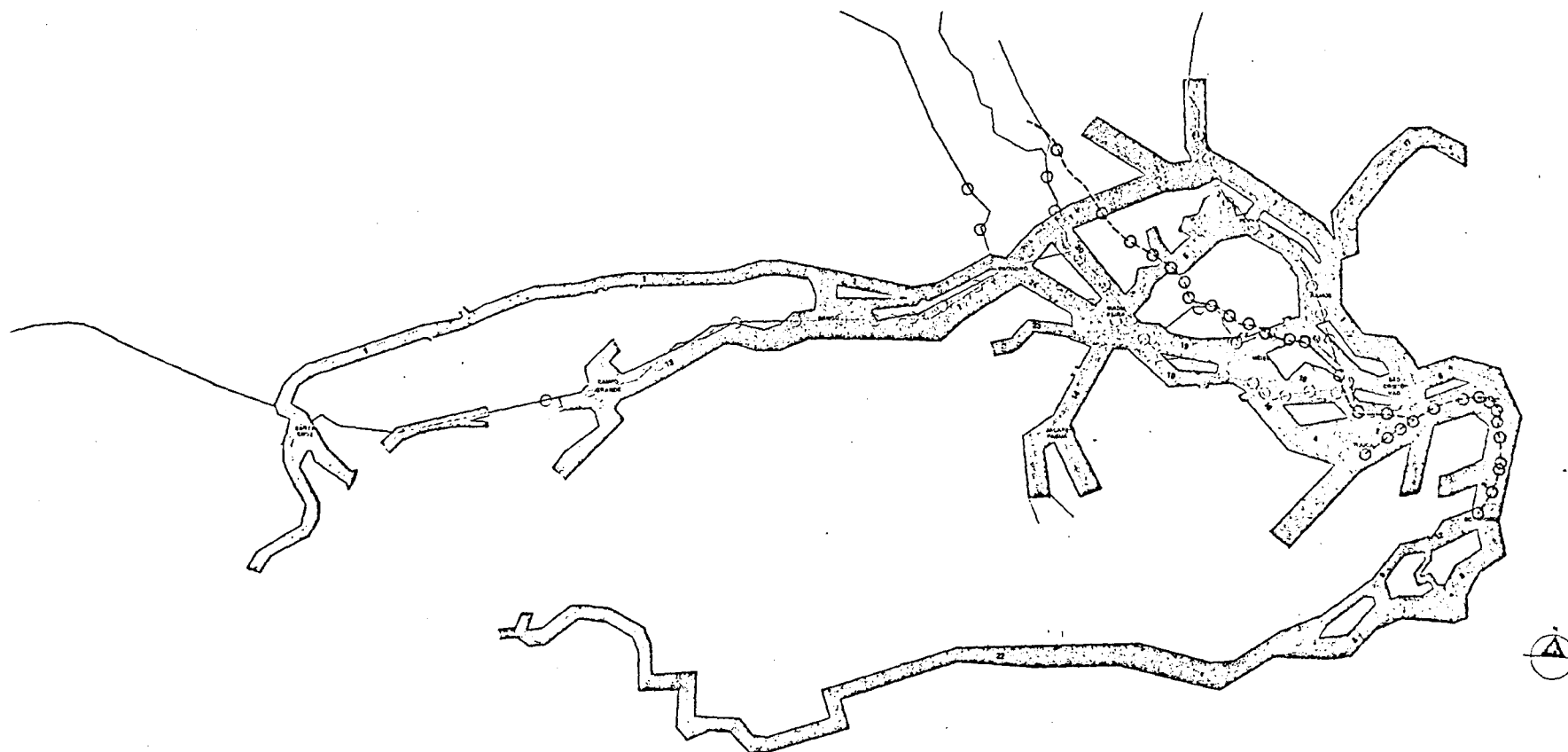
- LIMITE DO MUNICÍPIO
- LIMITE DAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS
- FERROVIAS
- RODOVIAS
- COTA 100

ESCALA GRÁFICA

MAPA 13 ESTRUTURA VIÁRIA

- FERROVIAS
- HIDROVIA BARCA
- HIDROVIA AEROCARCO
- RODOVIAS FEDERAIS
- RODOVIAS ESTADUAIS
- RODOVIAS MUNICIPAIS
- PRINCIPAIS VIAS URBANAS

LEGENDA















PUB RIO

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

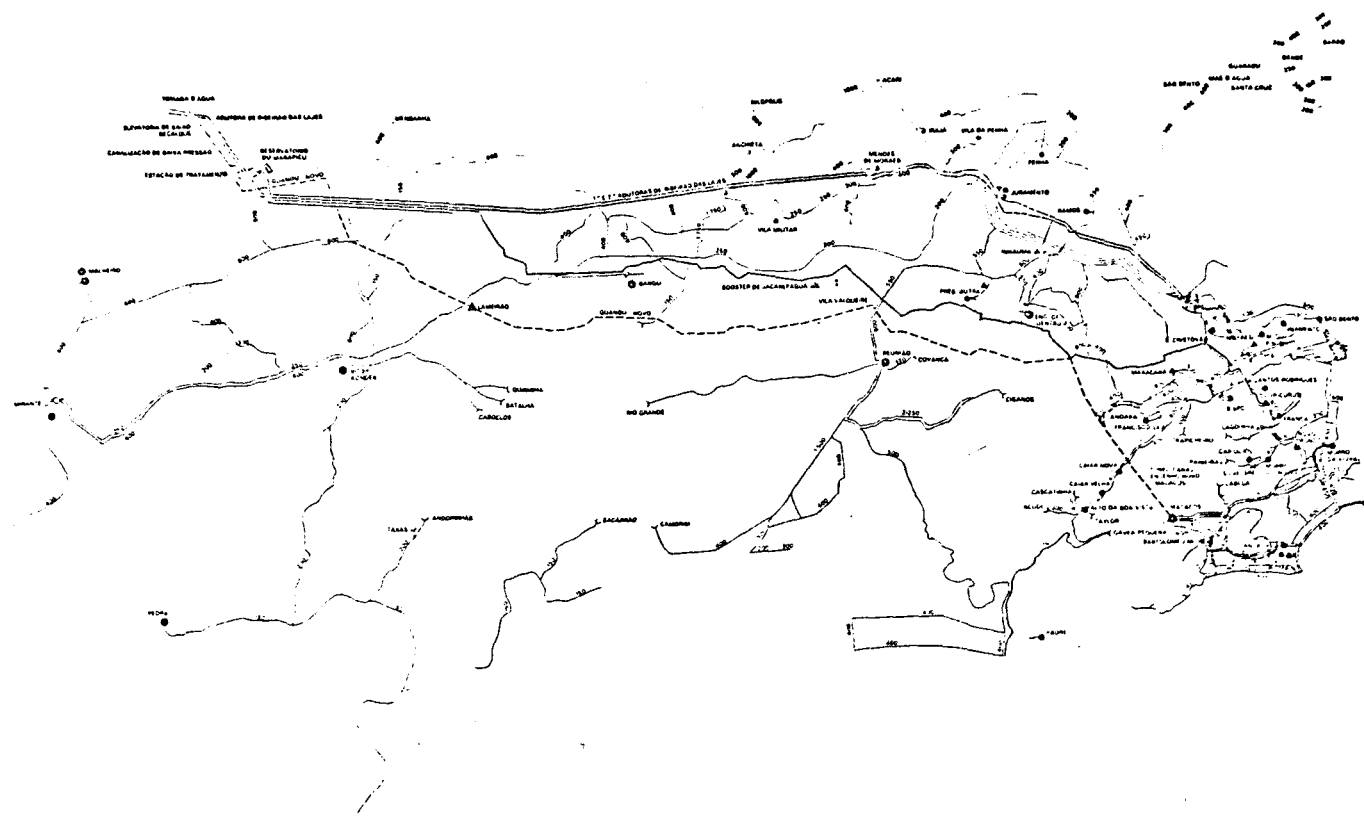
----- LIMITE DO MUNICÍPIO
 - - - - - LIMITE DAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS
 COTA 100

ESCALA GRÁFICA 

MAPA 39 **CORREDORES DE DESLOCAMENTO NO ESPAÇO URBANO**

	VIAS		TRANSPORTE COLETIVO COM MAIS DE CINCO LINHAS DE ÔNIBUS
	ESTAÇÕES		
	VIAS		TRANSPORTE COLETIVO COM MAIS DE CINCO LINHAS DE ÔNIBUS
	ESTAÇÕES		
	VIAS		TRANSPORTE COLETIVO COM MAIS DE CINCO LINHAS DE ÔNIBUS
	ESTAÇÕES		
	VIAS		TRANSPORTE COLETIVO COM MAIS DE CINCO LINHAS DE ÔNIBUS
	ESTAÇÕES		

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL/1977



PUB RIO

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

- LIMITE DO MUNICÍPIO
- LIMITE DAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS
- ===== FERROVIAS
- ===== RODOVIAS
- COTA 100

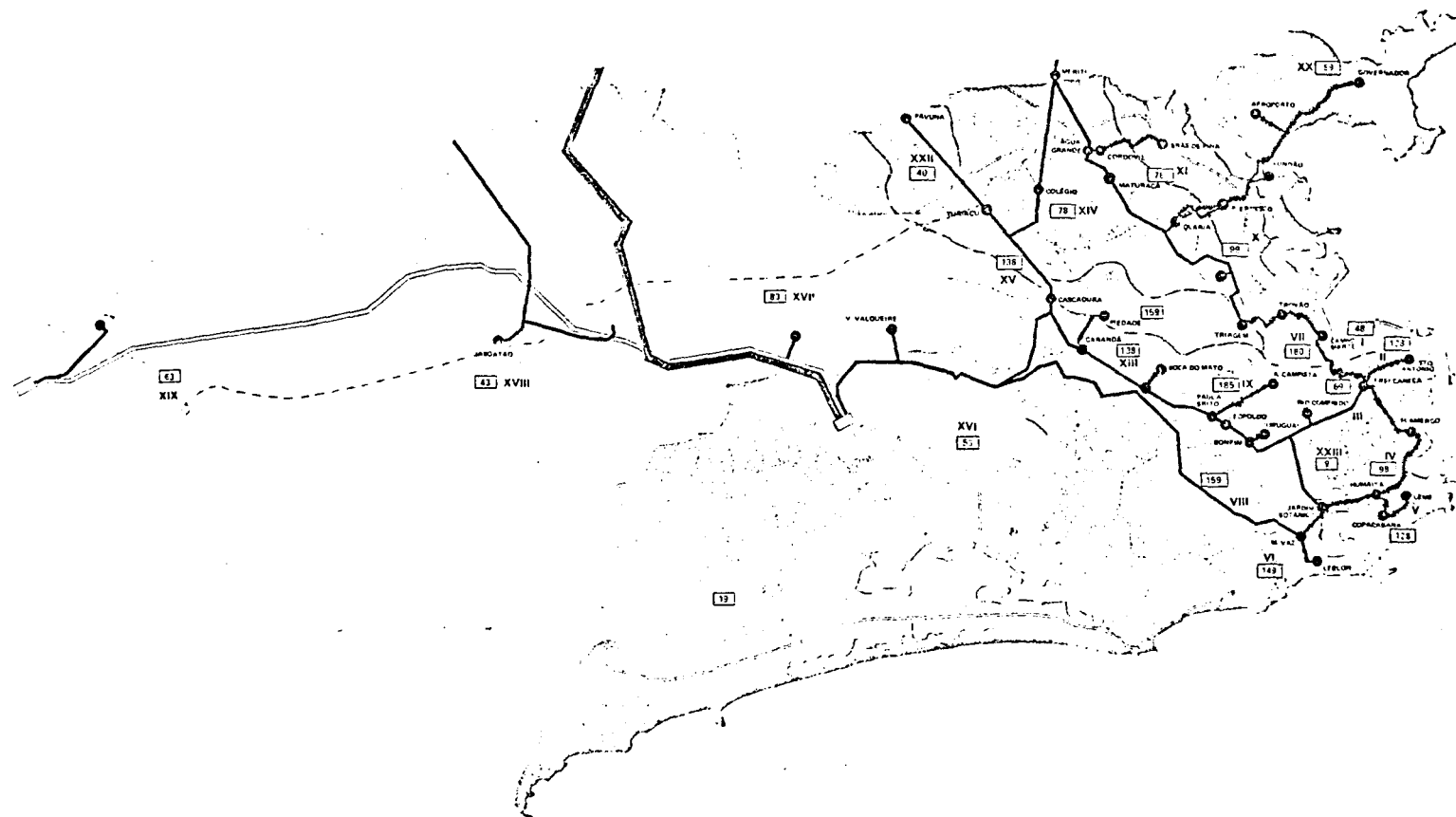
ESCALA GRÁFICA

MAPA 18 SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

ADUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO

- RESERVATÓRIO
- ▲ ELEVATÓRIA
- Y REPRESA

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL - SUDEBAR - 1977
CIDADE DO RIO DE JANEIRO



PUB RIO

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

- LIMITE DO MUNICÍPIO
- LIMITE DAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS
- == FERROVIAS
- == RODOVIAS
- COTA 100

ESCALA GRÁFICA

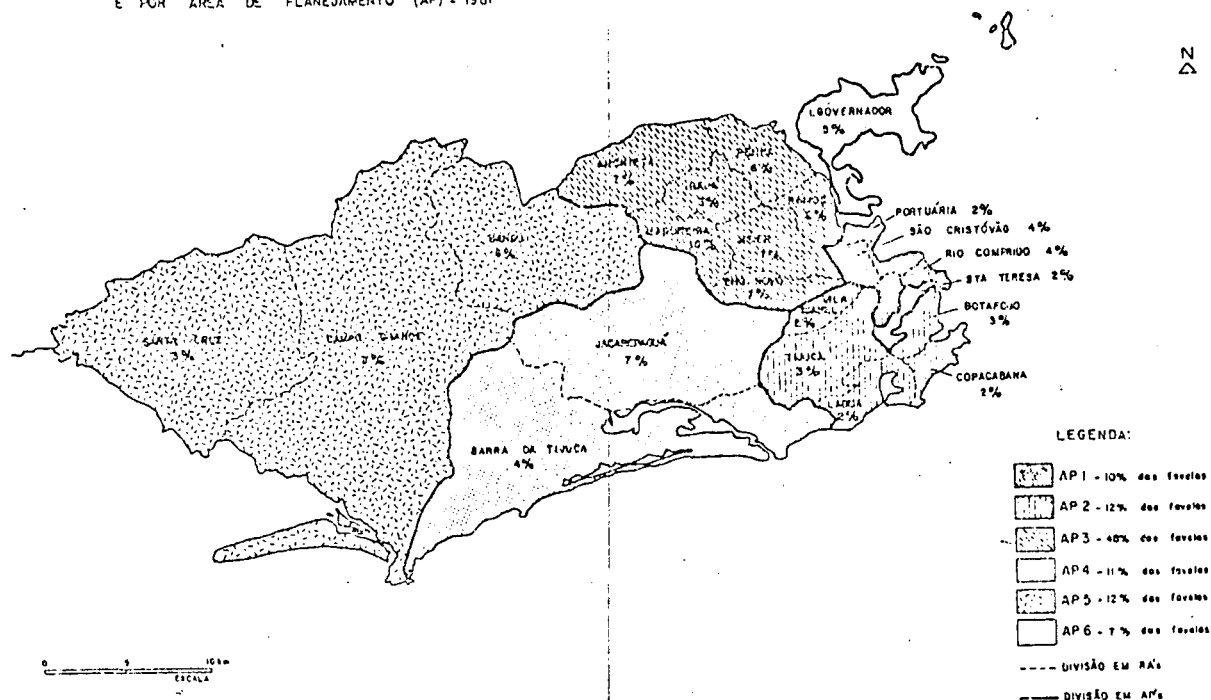
MAPA 22 SISTEMA DE ENERGIA ELÉTRICA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA

- ESTÇÃO 138 KV - LIGHT
- ||||| LINHA SUBTERRÂNEA 138 KV - LIGHT
- LINHA AÉREA 138 KV - LIGHT
- LINHA AÉREA 345 KV - FURNAS
- LINHA AÉREA 138 KV - FURNAS
- REDE SUBTERRÂNEA
- NÚMERO DE LOGRADOUROS ATENDIDOS PELA ILUMINAÇÃO: A VAPOR DE MERCÚRIO, MULTIVAPOR, MISTA, QUARTZO, IODO, XENON E FLUORESCENTES (C.M.E.)
- ÁREA DE ATENDIMENTO DA LIGHT - LOGRADOUROS COM ILUMINAÇÃO INCANDESCENTE
- ÁREA I - 25% DO TOTAL DAS LÂMPADAS INCANDESCENTES INSTALADAS
- ÁREA II - 30%
- ÁREA III - 45%

FONTE: COMISSÃO MUNICIPAL DE ENERGIA ELÉTRICA LIGHT - SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A. 1977

MAPA 1

MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
 PERCENTAGEM DE FAVELAS POR REGIÃO ADMINISTRATIVA
 E POR ÁREA DE PLANEJAMENTO (AP) - 1981



FONTE: PLANRIO - INSTITUTO DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL
 CADASTRO DAS FAVELAS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

ANEXO 3. OBSERVAÇÕES FEITAS "IN LOCO"

Nº 1 - Julho de 1983 - Irajá

Nº 2 - Outubro de 1983 - Acari/Fazenda Botafogo

Nº 3 - Janeiro de 1984 - Secretaria de Habitação e Trabalho - Praia de Botafogo

Nº 4 - Abril de 1984 - Bonsucesso

Nº 5 - Novembro de 1984 - Palácio Guanabara

Nº 1. JULHO DE 1983

LOCAL: IRAJÁ

INVASÃO: TERRENOS DA CEDAE/METRÔ

O contato foi estabelecido entre o pesquisador e algumas mulheres invasoras - que recusaram identificar-se -, dos terrenos da Cedae/Metrô.

Observou-se que:

- a) ninguém conhecia pessoalmente o Caô (Carlos Alberto de Oliveira).
- b) havia ainda umas poucas casas (3) com a construção paralizada por ordem de um Dr.Roberto.
- c) que o prazo para arranjar outro local tinha sido acordado em 90 dias e que ninguém do governo tinha voltado lá.
- d) que o terreno prometido nas proximidades, tinha sido encontrado por um dos invasores mas que também nada mais tinha sido providenciado.
- e) que no local havia outras construções mais antigas e que foram mantidas praticamente na mesma posição das construções impedidas.
- f) que entre os canos da Cedae e a rua havia espaço suficiente para construção.
- g) que uma das moradoras havia investido, junto com o marido rodoviário, Cr\$ 300 mil na construção de sua casa.
- h) que outra moradora estava revoltada por não poder acabar de construir sua casa e não lhe

ter sido apresentada outra opção.

Nº 2. OUTUBRO DE 1983

(a partir da notícia de O Globo de 07.10.83: "Governador entrega lotes em Acari", o pesquisador compareceu ao 1º ato de entrega de títulos de propriedade do plano Cada Família, um Lote).

LOCAL: Acari/Fazenda Botafogo. Morro da Lagartixa, no Campo de Futebol-Praça São Jorge.

Observações:

- a) A entrega dos títulos de propriedade foi feita num palanque montado no campo de futebol (Praça São Jorge), onde estavam as autoridades administrativas, destacando o Governador, o Prefeito Jamil Hadad, o Secretário Carlos Alberto de Oliveira (Caó) e o Presidente da Cehab, Antonio Bonfim.
- b) O fato mais marcante foi o discurso de Leonel Brizola, que assumindo uma posição anti-demagógica, disse: "Isso que estamos fazendo é o mínimo".
- c) Quando aos ex-invasores, observamos:
 - 1) foram liderados pelo Sr. Reinaldo Ribeiro Soares, que promoveu/contratou o levantamento

do terreno, sua divisão, etc.

- 2) Que o local fora objeto de um antigo loteamento, e que a presença do pesquisador como observador "out" tanto da Administração como do meio, gerou desconfiança dos entrevistados. Não havia razão prática que justificasse uma presença acadêmica no local.
- 3) Havia policiamento no local, tendo um policial garantido que fora daquele dia "não era a conselhável ir lá sozinho", porque a " barra era pesada".
- 4) O acesso ao local é difícil tanto a pé como de carro. Durante o percurso que o pesquisador fez a pé, do terminal de ônibus na Fazenda Botafogo ao local da solenidade, acompanhou em silêncio algumas pessoas (aliás, todos estavam em silêncio durante o percurso).
- 5) O pesquisador dirigiu-se a um casal de senhores da raça negra e soube que tinham vindo de Ramos "para escolher um lote". O anúncio (boato), que havia chegado a Ramos, era de que haveria distribuição gratuita de lotes pelo Governo. Portanto, o investigador também era um concorrente em potencial; daí o silêncio e a desconfiança.
- 6) O terreno era um loteamento irregular ou abandonado, ocupado por invasão e que a Cehab sucedeu. A forma de pagamento eram

48 prestações à base de 15% do salário-mínimo e o projeto, ligado ao plano "Cada Família, um Lote", previa também o financiamento de obras nas casas.

Nº 3. 19 DE JANEIRO DE 1984

(Reunião entre autoridades e invasores)

Local da observação: Secretaria de Habitação e Trabalho. Praia de Botafogo, 480 - 3º andar.

Local da invasão: Km 27 da Rodovia Presidente Dutra. Entrada de Queimados. (Segundo informação de um dos invasores, para se chegar ao local "sobe o viaduto de Queimados, pega estrada de terra ± 9 kms sempre à direita até o Campo Alegre").

Início da invasão: 8 de janeiro de 1984.

Origem do litígio: loteamento de 1952 (lotes urbanos e rurais) de 7 milhões de m² abandonado.

Origem dos invasores: migrantes despejados em Xerém (70 famílias) no final de 1983.

Comissão de 5 representantes: líderes: Sr. Bastos e 1 representante da Pastoral da Terra.

Número de invasores: de 300 a 500 pessoas.

Órgãos envolvidos: Pastoral da Terra, Prefeitura de Nova Iguaçu, Paracambi e a Diocese de Nova Iguaçu.

Autoridades da Administração Pública presentes :

Secretário de Trabalho e Habitação, representantes da Secretaria de Agricultura, da Polícia Militar e da Secretaria de Justiça.

Declarações dos presentes:

CAÓ: "governo tem limitações que não pode ultrapassar".

"ordem geral do Governador: não aumentar a invasão".

"governo tem a intenção clara de remover sem violência".

"problema vem desde Xerém, final do ano passado...ocupação de terra da Cia. Nova América. Houve então cadastramento de 70 e poucas famílias pela Secretaria de Agricultura. Há áreas disponíveis restritas como a Fazenda de Italva".

INVASOR/SR.BASTOS: Reclamou da fome e informou sobre o 1º acordo com o Secretário de Agricultura, Pereira Pinto, no final de 1983 em Xerém. Recusavam ida para Italva pela distância e má qualidade da terra para plantar.

"Sou um homem de 78 anos - 50 de lavrador sem terra. Só estamos lá por causa que não tem chuva".

Denúncias: recados, provocações, ameaças de grileiros como Manoel Maluco, que arrancou marcos.

"comemos feijão brabo, aguentando, resistindo".

- "cada grileiro apodera-se de loteamentos falidos soltando bois, aumentando lugares de grilo, sargento".

- "Há 11 dias o comandante da PM impediu a entrada de telhas para fazer barracão pois estão ao léu sob tendas de lonas".

Acusação aos grilheiros invasores: José Maricá é genro de general e Manoel Maluco Toledo só tem título de cadastramento no INCRA.

Pedido: Autorização para construir, fazer barracão, ferramentas, trator, enxada, pá, "porque o terreno é brabo".

CAO: Opções atuais em estudo: "Como o Bradesco deu, como dação em pagamento. 720 lotes em Queimados para a Prefeitura, vamos utilizar estes 720 lotes dentro da comissão do Prefeito Paulo Leoni".

"Nosso procedimento deverá ser: 1º) definir a propriedade; 2º) não podemos descartar a possibilidade de transferência para a Fazenda de Italva; 3º) verificar se o governo tem outra área; Além disso estudamos a "criação na Secretaria de Justiça, de uma Comissão de Assuntos Fundiários. Há 200.000 lotes vazios na região metropolitana".

"Esta é a 2ª reunião. Na 1ª, pensava-se que o proprietário era o Banco Itaú" e estabeleceu-se:

a) vigilância da polícia a 500 metros. Processo de desarmamento.

b) visita de representante da Secretaria.

"Onde pudemos, fizemos. A solução não pode passar direito. Vejam o exemplo do Mutirão Nova Aurora".

Nº 4. ABRIL DE 1984

Local: Rua Uranos, Bonsucesso.

Invasão: Terreno da Fundação Abrigo Cristo Redentor.

Observações:

- a) os invasores não se conhecem, todos.
- b) haviam invasores das 2ª ou 3ª invasões depois da 1ª em março de 1983.
- c) o pesquisador viu um casal levantando barraco de madeira, com pedaços assimétricos.
- d) nesta visita "in loco" o diálogo foi mais fácil porque havia uma notícia de remoção dos invasores e o pesquisador pôde oferecer seus serviços de advogado marcando uma entrevista no seu escritório com um deles. (No entrevista compareceram três).
- e) o pesquisador conheceu um senhor paraibano, dono de um caminhão no qual transportava peças de madeira para os invasores (cobrando de uns e não cobrando dos mais pobres ainda). Ele

encaminhou o pesquisador a outra invasão debaixo do viaduto de Manguinhos onde foi travado o diálogo com uma invasora que declarou o seguinte: "Tem gente que come 1 ovo e tá bom. Eu sou do Rio Grande do Norte. Meu marido é sapateiro. Agora vende jornal. Meu filho é mecânico. Passa o dia inteiro debaixo dos carros numa oficina em Ramos. Tem gente que pega no lixo uma alface, cozinha um ovo, toma um copo de cachaça, vai pro barraco e dorme. Eu tou aqui mas não sou daqui".

Nº 5. 26 DE NOVEMBRO DE 1984

Local: Palácio Guanabara.

Observações:

- a) Manifestação de uma centena de pessoas liderada pelo advogado Dr. Antonio Nogueira Viana.
- b) Objetivo era deter a remoção de cerca de 30 famílias de uma região em Senador Camará, chamada "Terras do Viegas".
- c) O advogado apresentava uma carta aberta dirigida ao Governador onde denunciava fraudes da Cia. Bangú, com o Departamento de Obras e os 1º e 4º Registros de Imóveis da cidade.
- d) A resposta da administração não foi observada, nem a imprensa noticiou esta manifestação.
- e) A íntegra da carta está no anexo nº 6.

ANEXO 4. ENTREVISTA

Local: escritório de advocacia do pesquisador.

Data: 02 de maio de 1984.

Invasores: do terreno da Fundação Abrigo Cristo Redentor, na Rua Uranos, em Bonsucesso.

* Nomes: 1) Osmar da Silva Nê, casado de fato com Maria A parecida da Cunha, ele copeiro, ela doméstica. Está desempregado. Trabalhou a última vez num bar da Rua 24 de Maio.

2) Pedro Ricardo Costa Coimbra, eletricista, casado de fato com Ivone Nunes Ferreira, funcionária municipal da Secretaria de Administração. Têm um filho.

3) Paulo Romano Cordeiro, solteiro, trabalhou na CODERTE, onde entrou em 04 de maio de 1983.

Disseram: 1) Que são dos primeiros a invadir e que ficaram, além deles, da 1ª invasão, o Mexicano, Mayri e o Beto.

2) O 1º acordo foi feito por uma Comissão dos invasores de mais ou menos 6 pessoas com o Abrigo, com a interveniência da Administração. O acordo dava um prazo para desocupação em 90 dias.

3) A 1ª invasão foi a de 1983, a 2ª ocorreu não sabem quando, na parte mais baixa do terreno.

4) Queriam saber das chances jurídicas de permanecer no local, diante da ação judicial movida

pela Fundação. na 6ª Vara Cível da cidade (anexo nº 5).

ANEXO 5. PEÇAS DO PROCESSO Nº 1440/83 DA 6ª VARA CÍVEL

Ação: Reintegração de Posse.

Autor: Fundação Abrigo Cristo Redentor.

Réus: Rômulo Rodrigues de Brito, José Higino dos Santos, Rosa Guimarães, Pedro Geraldo Manhães e outros.

Local do terreno: Av. dos Democráticos 1090, antiga Estrada Rio-Petrópolis. Às margens esquerda do Rio Faria (A propósito, na margem direita, perto, houve a invasão dos terrenos de propriedade da Light, na rua Cap. Bragança).

Peças trasladadas adiante em xerox:

1. Petição e despacho iniciais de 4 e 6 de abril de 1983.
2. Procuração da Fundação assinada pela Sra. Margarida Oliveira de Araújo, de 2 de abril.
3. Requerimento da Fundação ao Delegado da 21ª Delegacia Policial.
4. Ofícios do Juiz da 6ª Vara Cível ao Coronel - Comandante da Polícia Militar (22º Batalhão) e ao Delegado da 21ª Delegacia Policial, de 12 abril.
5. Mandado com plenos poderes para reintegração de posse, de 12 de abril.
6. Certidão dos oficiais de justiça encarregados da reintegração, de 14 de abril.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

4 ABR 1961 018224

Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA
DIVISÃO DE DISTRIBUIÇÃOA 6 VARA CÍVEL
AO 2 OF. REG. DISTRIBUIÇÃO
Em 05 de 04 de 1961

DIVISÃO DE DISTRIBUIÇÃO

A Just. Federal, em
18 de abril de 1961.
para a audiência de
fusão e julgamento.
Nestes o Cel.Em 6/4/61
J. F. C.

FUNDAÇÃO ABRIGO DO CRISTO REDENTOR, instituição filantrópica, vinculada ao Ministério da Previdência e Assistência Social, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida dos Democráticos, nº 1.090, por seu procurador, abrito-assinado, vem propor contra ROMULO RODRIGUES DE BRITO, JOSE HIGINO DOS SANTOS, ROSA GUIMARÃES, PEDRO GERALDO MACHES e outros, brasileiros, de estado civil e profissão desconhecidos da Suplicante, domiciliados nesta Cidade, onde são encontrados no terreno de propriedade da Suplicante, sito na margem esquerda do Rio Faria e proximidades da rua Urano, em Bonsucesso, a presente Ação de Reintegração de Posse, pedindo que lhe conceda a expedição de mandado liminar, pelas razões seguintes:

I

A Suplicante é proprietária da gleba de terra referida, sita na margem esquerda do rio Faria, e tem a sua sede na margem direito do mesmo Rio, conforme esclarece a escritura relativa ao domínio, fornecida pelo 6º Ofício do Registro Geral de Imóveis (Doc. I, junto).

II

Faz, aproximadamente, uma semana, dita gleba foi invadida pelos réus, que ali improvisaram inúmeros barracões e passaram a neles residir (publicação junta, Doc. II).

III

Ao conhecer do evento, a Suplicante requereu à Delegacia Policial local, a necessária cobertura, para valer-se da legítima defesa garantida pelo art. 502, do Código Civil (Doc III). Mas não foi atendida, por questão de princípios da Autoridade Policial, que viu um envolvimento político, no caso.

- 2 -

IV

A Suplicante já possui projeto sobre a construção de dois galpões, no referido terreno, um destinado a abrigar e outro a um ambulatório de atendimento aos pobres. Sendo o terreno muito baixo, só um grande e dispendioso aterro, com reforçado muro de arrimo, lhe darão a segurança requerida.

Aguarda a Suplicante melhor situação financeira, para a execução do projeto.

V

Entrementes, juntou-se a essa inquietação o perigo que o local oferece aos invasores, em caso de grande chuva, porque é público e notório que as águas pluviais, há dois meses, fizeram subir o nível do Rio a mais de dois metros, transformando-o em gigantesca e perigosa torrente, que tudo arrastou em turbilhão.

Uma tremenda desgraça ocorreu, em fevereiro de 1958, quando vinte e três pessoas morreram, no interior de um ônibus, da linha Olaria-Saens Peña, tragado que foi pelas águas da enchente do rio Paria, a duzentos metros desse mesmo local.

Em face do exposto, provada a atualidade do esbulho, a exposição de vidas a perigo, fato que se vem repetindo todos os anos, com farta publicidade pelos jornais, requer a Suplicante a V. Exa., após haver instruído, devidamente, esta petição nos termos do art. 928, do Código de Processo Civil, lhe conceda a medição liminar de reintegração, e consequente retirada dos réus e dos que ali forem encontrados, com a remoção das tendas e barracões improvisados, existentes no local.

Protesta, assim, por todos os meios de prova em direito permitidas, depoimento pessoal dos réus, pena de confessos, requerendo ainda a citação dos mesmos e demais interessados, que se encontrem no terreno, para os termos desta ação, que espera, será julgada procedente, para reintegrar a Suplicante na posse definitiva da área invadida.

Dá à causa o valor de Cr\$50.000,00

Nestes termos,

Pede deferimento

Rio de Janeiro, 4 de abril de 1983

Meirivieiro
Ito Linocero - Inscr. 11.106

Processo STB nº 52

12.12.82

TEJU Com. Ind. Gráfica Ltda. - Rua Barão de São Raimundo, 434 - Tel. 261-2750 - CGC 02.317.347/000-02 - RJ - RI - Ind. Bril.

AVULSÃO NÚMERO

5.304.000RSV

7

PROCURAÇÃO

Pelo presente, a Fundação Abrigo do Cristo Redentor, com sede nesta cidade, na Avenida dos Democráticos, nº 1.090, Bonsucesso, neste ato representada por sua Provedora, MARGARIDA OLIVEIRA DE ARAUJO, brasileira, casada, bancária, residente na rua Francisco Otaviano, 86, apartamento 201, nomeia e constitui seu bastante procurador o Dr. Ito Limociro, brasileiro, casado, advogado, inscrito na O.A.B. sob o nº 11.106, com escritório na rua São Francisco Xavier, 116, conferindo-lhe os poderes da cláusula "ad judicia", para o foro em geral, e especialmente para propor ação possessória contra os invasores dos seus terrenos sitos nas margens do Rio Faria, em Bonsucesso, podendo praticar todos os atos que se fizerem necessários ao bom e fiel cumprimento deste mandato.

Rio de Janeiro, 2 de abril de 1983

Margarida Oliveira de Araujo

Margarida Oliveira de Araujo

5.º Ofício de Notas LAURA M. S. REIS — / Usatária — Rio de Janeiro - RJ	Rec.º e firma <i>[Assinatura]</i>
	2.º ABR 1983

5.º OFÍCIO DE NOTAS
 MARLENE S. SUCUPIRA
 ESC. AUTORIZADO
 RIO DE JANEIRO - RJ

Fundação Abrigo do Cristo Redentor

Vinculada ao Ministério da Previdência e Assistência Social

Instituída pelo Decreto-Lei n.º 5760, de 19 de Agosto de 1943

SEDE — Av. dos Democráticos, 1090 - Bonsucesso - RJ

TELS: 260-4751 - 260-6531 - 260-9322

Ilmo. Sr. Dr. Delegado da 21ª Delegacia Policial

FUNDAÇÃO ABRIGO DO CRISTO REDENTOR, Empresa Estatal, vinculada ao M.P.A.S., com sede na Avenida dos Democráticos, 1090, por sua Provedora, abaixo-assinada, vem expor e requerer a V.Sa. o seguinte:

Sabedora, no dia 24 do corrente, de que o terreno desta Fundação, situado na Rua Uranos, à margem esquerda do rio Faria, estava sendo invadido por estranhos, mandei verificar a ocorrência, sendo então cientificada de que, na realidade, nada menos de dez grupos de homens e mulheres estavam demarcando dito terreno, com estacas e cordeis.

Cientificados de que os terrenos pertencem a esta Instituição e interrogados, informaram que, sendo inquilinos de barracões, na favela do Jacarezinho, pretendem ali instalar-se sem nada pagar, uma vez que souberam que os terrenos às margens do rio pertencem a esta Fundação, que atende à pobreza.

Em se tratando de terreno que fica muito abaixo do nível / do rio Faria, constantemente engrossado pelas águas pluviais, estão os pretensos invasores, procurando se expor a um grave risco, além de cometerem o esbulho da terra, que pertence a esta Fundação.

Assim, em se tratando de crime previsto no Código Penal, / vem a Suplicante requerer a V. Sa. o necessário apoio, antes que a posse se concretize, para que possa a Fundação valer-se dos atos de legítima defesa, previstos no art. 502, do Código Civil.

Termos em que,
Espera deferimento.

Rio de Janeiro, 25 de março de 1983.

Maria Alice de Oliveira
Maria Alice de Oliveira
Superintendente Administrativa
(Pela Provedora)

JUIZO DE DIREITO DA SEDE PARA CUMPRIR DO TRIBUNAL DO RIO DE JANEIRO

no 272 J.A. Rio de Janeiro, 12 de abril de 1935.

Exmo. Sr. Coronel-Comandante da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro: - 229 Batalhão.

Solicito de V. Excia. as necessárias providências no sentido de ser prestado auxílio aos oficiais de Justiça deste Juízo, portadores de um mandado de reintegração de posse expedido a requerimento da Fundação Abrigo do Cristo Redentor, nos autos de ação de reintegração de posse que contendo em formulado Rodrigues de Brito, José Iguino dos Santos, Rosa Guimarães, Pedro Geraldo Maranhão e outras, além de que os mesmos possuem dar exato cumprimento ao referido mandado, referente a uma gleba de terra, situada na margem esquerda do Rio Paraíba e proximidades da Rua Urubos, em Bonsucesso.

Valho-me da ocasião para renovar a V. Excia. os meus protestos de elevada estima e consideração.

O Juiz de Direito,

Pedro José Alexandre Arruda Pinto de França

43

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

364
13
13
13

JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DO RIO DE JANEIRO

No 224 J.A. Rio de Janeiro, 12 de abril de 1934.

Ilmo. Sr. Dr. Delegado da 21a. Delegacia Policial:

Comunico a V.S., para os devidos fins que se
forá a liminar requerida por Fundação Abrigo do Cristo-Redimido
nos autos de ação de reintegração de posse que contémdo em
nulo Rodrigues de Balta, José Eugênio dos Santos, Rosa Guimarães,
Pedro Geraldo Nanhães e outros, tendo por objeto a área de ter-
ra situada na margem esquerda do Rio Maria e proximidades de
rua Urano, sendo que o respectivo mandado se encontra em mãos
dos oficiais de justiça deste Juízo, encarregados da diligen-
cia.

Cordiais saudações.
O Juiz de Direito,

Pedro José Alexandro Arruda Pinto de Moraes

13



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER JUDICIÁRIO

L. 15 Ex. 140
Ent. 1240483
Dv. 74483

JUIZ DE DIREITO DA SEXTA VARA CÍVEL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Nº 1.440.
Escr. Jorge.
Ofc. Reis

Mandado de reintegração na posse
e citação, na forma abaixo:

O Doutor Pedro José Alexandre Arruda Pinto de França, Juiz de Direito em exercício no Juízo de Direito da Sexta Vara Cível do Estado do Rio de Janeiro,

Manda aos oficiais de Justiça do Juízo que, em cumprimento ao presente mandado extraído dos autos de ação de reintegração de posse em que Fundação Abrigo do Cristo Redentor contende com Romulo Rodrigues de Brito, José Higino dos Santos, Rosa Guimarães, Pedro Geraldo Manhães e outros, se afixar à margem esquerda do Rio Faria e proximidades da Rua Uranos, em Bonsucesso, e aí sendo, reintegrem a autora, na posse mansa e pacífica da gleba de terra invadida pelos réus, procedendo, se necessário, a arrombamento e a requisição de Força Pública, para o integral cumprimento deste, lavrando de tudo que ocorrer os autos e certidões competentes que trarão a Juízo na forma da lei. Feita a diligência, citem os réus para ciência da mesma e a apresentarem querendo, dentro do prazo legal, as defesas que tiverem, findo o qual, não contestando, se presumirão aceitos como verdadeiros, os fatos articulados pela parte autora, tudo de conformidade com as peças anexas ao presente, em cópia xerox, que deste ficam fazendo parte integrante. O que cumpriam. Dado e passado nesta cidade do Estado do Rio de Janeiro, aos doze dias do mês de abril de mil novecentos e oitenta e três. Eu, *Jorge de Moraes*, Técnico Judiciário Juruado, que o datilografarei; e eu, *Maurício*, escrivão, que o subscrevo.

Pedro José Alexandre Arruda Pinto de França

20/4
 rimento ao presente mandado
 aria e proximidade da Rua
 ver a diligência, pelos se

nte da manhã na companhia do
 Dr. Ito Limoeiro.

empregados da Fundação e
 ticos; iniciasse as demoli
 , aproximadamente uns 20 barra-

nte e os invasores estavam
 barracos, quando inadiver
 lio Batista de Oliveira, -
 mesmos se retirassem do lo
 de da Fundação Abrigo Cris

ro, revoltado com a deci -
 a mesma e mais tarde voltou
 acompanhado com dois mem -

talizada por falta de trans-
 tra Balter, Diretor da Funda
 relação ao prosseguimento da
 autorizada por V. Excia.

1987.
 [Signature]

ANEXO 6. CARTA ABERTA

De posseiros das terras do Viegas, Senador Camará,
ao Governador Leonel Brizola, 26 de novembro de
1984.

ASSUNTO: -GRILAGEM NAS TERRAS DO VIEGAS -SENADOR CAMARÁ -RJ

LOCAL GRILADO:

AREAS DETERMINADAS COMO SITIOS 01 E 02
MATRICULAS 19.388 e 19.398 - PA-19.340
LOGRADOURO- CAMINHO TELEGRAFO E ESTRADA
DO VIEGAS-TRAVESSA CAPITÃO -
VALENTIM

PROPRIEDADE :- MANOEL MARTINS PEREIRA DA SILVA

Ver Escritura 01.07.1906 -"PARTI
LHA"-notas Tabelião Belmiro

AUTORIA : COMPANHIA PROGRESSO INDUSTRIAL DO BRASIL -(FABRICA BANGU)

CO-AUTORIA:-DEPARTAMENTO DE OBRAS DO ANTIGO DISTRITO FEDERAL

4º OFICIO DO REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS.

PARTICIPAÇÃO INDIRETA

1º OFICIO DO REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS

ELEMENTOS DA GRILAGEM

Processo nº7.731.710/53 - PLANTA 27.710
Processo nº7.422.140/54 - AREA 12 - PA-19.340
MEMORIAL LOTEAMENTO-(02.09.1954)4ºRGI-(80-168-Fls198)
Escrituras:
7ºOf.-Lº150-Fls.44v-15.05.1905-Antônio Rodrigues de Freitas
7ºOf.-Lº150-Fls.52 -17.05.1905-Virginia Fontoura da Cruz
Apelação Civil nº9.491-Francisco Coelho Borges -(Hipoteca -
Cancelada)
3ºOf.-Lº803-Fls.40v-05.02.1905 - Emma Josephina Stockler
PA-27710-(Processo 7.731.710/53)-Procuração 5ºOfício-Lº-
529-Fls.126-Petição Dezembro 1953-4ºOf.-Av.Sta /
Cruz-Grilagem iniciada-Responsabilidade do Dr.-
ALOISIO DECELI.

MATRICULAS:(4ºRegistro Geral de Imóveis) (AREA GRILADA)

nº19.388 - Sitio nº1-PA-19.340
nº19.398 - Sitio nº2-PA-19.340 (Viegas-Senador Camará)
(Participação Oficial do 4ºRGI e o Procurador da Bangu)
Falso histórico-Base Memorial-e Escritura Barão de Ita-
curusá-(terras da Fazenda Bangu)-Esc.2ºOf.Lº280-Fls.82
26.05.1899)-1ºRGI -como participantes das terras do Vie-
gas- abertas em 15.05.1978 após vendas das terras adque-
ridas de Virginia (Esc.7ºOf.Lº150-Fls.52-17.05.1905)pa-
ra o Banco Hipotecario Lar Brasileiro-(Esc.13ºOfício Lº
572-Fls.60v-20.06.1955)- não providenciada baixa junto
ao 1ºRGI-(Lº3P-Fls.394-nº32.453-30.05.1905)que continua
inalterável servindo para despejar sitiantes lavradores
como o caso -JOÃO DE JESUS DA SILVA-Travessa Capitão Va-
lentin. (aparecendo a Fazenda Retiro com origem terras)

SÍNTESE DA GRILAGEM:-

COBRA DE DUAS CABEÇAS

A leitura do titulo VIRGINIA FONTEURA DA CRUZ -é lida da
da Fazenda dos Coqueiros até a Serra Virgem Maria -2.310,00mts.li-
near:-Co sitiar originário do Titulo Virgínia- (01-02-03-318
e 405) a leitura é feita de modo inverso - da Serra Bangu,passan-
do pela Serra Virgem Maria até chegar Fazenda Coqueiro -mais....
2.310,00mts. lineares que somados (as duas cabeças)cobrem a area
grilada com 4.202,89mts.(PA-19.340).EIS A FORMULA...

Rio de Janeiro, 26 de Novembro de 1984

Exmo. Sr.

Dr. LEONEL DE MOURA BRIZOLA
 MD GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 GABINETE DO GOVERNADOR
 RUA FINHEIRO MACHADO - PALACIO DAS LARANJEIRAS
 RIO DE JANEIRO - RJ

=====

EXCELENCIA

Lavradores Sitiantes e Posseiros do Saco do Viégas em Senador Comaró, prejudicados por embargos de suas ações de USUCAPIÃO ESPECIAL RURAL - Forum de Bangu, com irregulares invasões de terras, - falsas denúncias, criminosos despejos, vêm perante Vossa Excelência, - "DENUNCIAR" - "PROVANDO" - "GRILAGEM EM TERRAS DO VIEGAS" pelos mesmos ocupados várias décadas.

FABRICA BANGU, - utilizando impunemente em proveito próprio - papéis públicos, certidões prescritas, falsas e falsificadas expedidas pelo PRIMEIRO e QUARTO - Ofícios de REGISTRO DE IMOVEIS - em Ações Diversas contra lavradores, sitiantes e posseiros via SEGUNDA e CITAVA - Vara Cível Regional - Bangu, e que, por não possuir título de propriedade legítimo que acoberte terras GRILADAS (Saco do Viégas) Sí tics HUM e DOIS do PA-19.340, tenta convencer à qualquer custo e propo criminosa "PRESUNÇÃO DE PROPRIEDADE" calcada em "LEONINOS CONTRATOS DE ARRENDAMENTO" - conseguidos via "MANU MILITARI" - (com revólver na barriga), contra ocupantes em áreas pela mesma GRILADA.

CORROBORANDO - "criminosa GRILAGEM" - o QUARTO OFICIO DE REGISTRO DE IMOVEIS, em data de quinze de maio de 1978, "ABRIU" - falsas: "MATRICULAS 19.388 e 19.398" - Sí tics HUM e DOIS do "FALSO PA19340" com base no "DOLCO MEMORIAL" de oito de setembro de 1954, irregularmente aprovado.

"NUNCA SÓ AREA" - Vários títulos de origens conflitantes e divergentes, são apresentados pela GRILEIRA.

"HIPOTECAS PRESCRITAS E CANCELADAS" por Acordam e - Sentença Judicial são aceitas pelo "FORUM DE BANGU" como se legitimas fossem.

"IRREGULARES CERTIDÕES" do Primeiro Ofício do Registro de Imóveis sobre terras já vendidas pela "GRILEIRA" ao BANCO HIPOTECARIO IAR BRASILEIRO - (escritura 13º Ofício, Livro 572 - Fls. 60 verso de 20 de Junho de 1955) base em Título de VIRGINIA FONTCURA CRUZ - (escritura 7º Ofício Livro 150 Fls. 52 de 17 de Maio de 1905) são criminosamente utilizadas para despejar, denunciar, invadir áreas de lavradores, sitiantes e posseiros.

"TITULOS" - "Parão de Itacurussá" (Fazenda Bangu) - (2º Ofício - Livro 280 - Fls. 82 - datada de 28.05.1889), "Antonio Rodrigues de Freitas" - (7º Ofício - Livro 150 - Fls. 44v - datada de 15.05.1905), "FRANCISCO COELHO FORTES (Hipoteca Cancelada) (Sentença 2a. Vara Cível 1928 - Acordar

-Acordam 29.01.1935-"Vero-dominu-Registro 36.698-Lº3EK-Fls.227-4ºR3I";
 "Emma Josephina Stockler" (3ºOfício -Lº808 -Fls.40-de 05.02.1909)- /
 que jamais se confrontaram, aparecem interligadas, incidindo sobre áreas de legítimos proprietários que entestam as Estradas Viégas e Telegrafo e Travessa Capitão Valentim, -servem de argumentos aos irregulares -
"EMBARGOS DE EVIDÊNCIAS" às "Ações de Usucapião Especial Rural".

Utilizados ainda na cobertura de criminosas invasões de áreas (que gera tradição), falsas denúncias contra lavradores, siti-
 antes e posseiros da localidade que "COAGIDOS" sob "REGIME FEUDAL TER-
 RORISTA" - sem nenhum amparo da 34ª.Delegacia Policial, Fórum de Bangá,
 4ºOfício do Registro de Imóveis, Departamento de Obras, e setores ou-
 tros controlados pela "GRILEIRA" à nós enseja:

A P E I A R

para Vossa Excelência como guardião deste Estado, solicitando:

- PROMULGAÇÃO DECRETO SANEADOR -

cancelando e anulando sumariamente os irregulares :- PA-19.340 e as MA-
 TRICULAS 19.388 e 19.398 aprovadas e abertas via documentação já prova-
 da e comprovada - "FALSA, FALSIFICADA ET FORJADA" resultante de vergenhe-
 sa e "EVIDENTE HIPOTECA" da 2ª. Vara de Fazenda Pública.

JUSTICEIRO ATC - não, causará nenhum prejuízo finansi-
 ro aos cofres públicos por tornar oficialmente NULO e, de NENHUM VALOR
 JURIDICO, - aquilo que, aprovado foi criminosamente. Eis que, a Doutri-
 na da Nulidade coloca as partes em Estado Primitivo.

DECRETO ESSE - Almejado é medida Saneadora e de Salu-
 tar Acudimento aos legítimos direitos ameaçados por criminosos e compro-
 vados delitos com o Placet do Judiciário devendo ser considerado um -
 IMPERATIVO MORAL - contra crimes e corrupção de ação pública que será -
 anulado e corrigido pelos senhores Governantes deste Estado.

Os signatários alvitraem seja convocada por Vossa Ex-
 celência a preciosa "JUNTA DE PERITOS" do "INSTITUTO CARLOS EBOLI" pa-
 ra responderem -QUESITOS- que serão formulados pelos Departamentos de-
 GOVERNO, objetivando seja preservado os DIREITOS HUMANOS extensivo às
 famílias de Lavradores, Sitiantes e Posseiros do Sacco do Viégas.

Que seja por Vossa Excelência enviado cópia desta de-
 nuncia. à todos os órgãos de Direito do Estado, à CORREGEDORIA DE JUS-
 TIÇA para apurar a conivência dos senhores responsáveis pelos OFÍCIOS
 DE REGISTRO DE IMÓVEIS que direta e ou indiretamente participaram e
 continuam participando com a GRILAGEM nas terras do VIEGAS.

Que seja - mandado desarquivar -junto ao Departamento
 de Ctra os irregulares Processos 7.731.710/53 e 7.422.140/54 que deram
 origem à GRILAGEM DOS SITIOS 01 E 02 DO PA-19340 -terras do Viégas-quan-
 do deverá ser estudado a "FORMULA" que aumentou uma primitiva área de-
 2.310,00 metros para aprovar 4.202,89mts. do PA-19.340.

Que seja - sustada todas as ações junto ao FORUM de BANGU - 2a. e 8a. Vara Cível Regional, bem como 2a. e 8a. Vara - Criminal Regional de Bangu, nas quais existem demanda Judicial contra a GRILEIRA "FABRICA BANGU" e desta contra lavradores, sitiantes e posseiros da localidade - SACCO DO VIEGAS- VIEGAS- SENADOR / CAMARA - até a apuração do RELATÓRIO a ser expedido pela JUNTA DE PERITOS do INSTITUTO CARLOS EBOLI, - relacionado sobre a irregularidade da GRILAGEM perpetrada pela "FABRICA-BANGU".

Que seja ouvido o MINISTERIO PUBLICO, a CORREGEDORIA DE JUSTIÇA sobre os usos e abusos, com utilização de documentação, falsa, falsificada, forjada que ensejou à GRILEIRA resultados-inconfessáveis contra inocuos lavradores, sitiantes e posseiros.

QUE seja dado ao Público desta cidade uma nota de que, esta justa SOLICITAÇÃO, este JUSTO APELO, será atendido na salvaguarda dos direitos do HOMEM e da FAMILIA.

Com todo o nosso respeito.

Placidina Viegas

Altair Bernardino Gonçalves

Elana de Aguiar Costa

OSF da Silva

Yolteia Rolfo de Castro

Luiz Carlos da Silva

Walter de Aguiar

Plácida Viegas dos Santos

Jose Candido de Aguiar

Plácida Viegas dos Santos

Plácida Viegas dos Santos

Plácida Viegas dos Santos

Plácida Viegas dos Santos

Monali Soares Junior

Walter de Aguiar

Walter de Aguiar

Walter de Aguiar

Walter de Aguiar

Walter de Aguiar

Walter de Aguiar

Walter de Aguiar

Walter de Aguiar

Walter de Aguiar

VI. BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Carlos Moacyr Gomes de. - Habitação: Política e Mitos. - Revista de Administração Municipal, nº 133, nov/dez-1975.
- AZEVEDO, Sérgio de. e ANDRADE, Luiz Aureliano Gama de. - Habitação e Poder. - da Fundação da Cada Popular ao Banco Nacional da Habitação. - Rio de Janeiro Zahar Editores. 1982.
- BAER, Werner. - A industrialização e o Desenvolvimento do Brasil. - Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1977.
- BAHIA, Luiz Alberto. - A cidade política: mudanças e perspectivas. - Revista de Administração Pública, vol. 12, abr/jun-1978.
- BARAT, Josef. - Introdução aos problemas urbanos brasileiros Rio de Janeiro, Editora Campus, 1979.
- BAYER, Gustavo Francisco. - Democracia interna em organizações formais: modelos teóricos de análise. Revista de Administração Pública, nº 2, jul/dez-1971.
- _____ - Burocracia e política no Brasil: notas exploratórias. Revista de Administração Pública, nº 1 jan/mar-1975.
- BERGER, Peter L. - A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis. Editora Vozes Ltda., 4ª edição, 1978.
- BERTALANFFY, Ludwig von. - Teoria Geral de Sistemas. - Rio de Janeiro. Editora Vozes Ltda., 3ª edição, 1977.
- BORGES, Paulo Torminn. - Institutos Básicos do Direito Agrário. São Paulo, Pró-Livro Comércio de Livros Profissionais, 3ª edição, revista e ampliada, 1978.
- BOSCHI, Renato Raul; OLIVER, Ruben George; KOWARICK, Lucio; ANT, Clara, e PAIXÃO, Antonio Luiz. - Violência e cidade. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.
- BOSCHI, Renato Raul; DINIZ, Eli, CASTRO, Pedro; VALADARES, Licia do Prado, e JACOBI, Pedro. - Movimentos coletivos no Brasil urbano. Série Debates Urbanos, vol. 5. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1983.
- BRASIL. Ministério do Interior. Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano. Resoluções do CNDU; 1979/1981 Brasília, 1982.
- _____ . Ministério do Interior. Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano. Projeto de Lei de Desenvolvimento Urbano. Mensagem nº 155, da Presidência

CIA DA República ao Congresso Nacional, 1983.

. Ministério do Interior. Serviço Federal de Habitação e Urbanismo - SERFHAU. Planejamento Metropolitano. Anais do II Curso de Planejamento Urbano e Local. Brasília, vl.2, 1972.

. I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) - 1972/1974. Lei nº 5727, de 4 de novembro de 1971. D.O. de 17/12/1971 (Suplemento).

. II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 1975/1979. Mensagem nº 430, de 10 de setembro de 1974, ao Congresso Nacional. Lei nº 6151, de 4 de dezembro de 1974. D.O. de 06/12/1974.

. III Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 1980/1985. Resolução nº 01, de 1980.

. Presidência da República. Secretaria de Planejamento. Entrevista do Ministro do Planejamento Antônio Delfim Netto, ao jornalista Luís Garcia, de "O Globo", em 26/12/1982. Delfim: O Brasil e a crise mundial de pagamentos. Brasília. Editado pela Coordenadoria de Comunicação Social. Publicação 01/1983.

BRASIL. Presidência da República. Metas e bases para a ação de governo, setembro/1970. Nova impressão, janeiro/1971.

. Presidência da República. I Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 1972 / 1974. Lei nº 5727, de 04 de novembro de 1971. D.O. de 08 de novembro de 1971 - Suplemento.

. Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Anuário estatístico do Brasil, 1981.

BRASILEIRO, Ana Maria. - O "elitismo" da Legislação Urbanística. Revista Administração Municipal, nº 147, abril/junho-1978.

BRAVERMAN, Harry. - Trabalho e Capital monopolista. A degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro Zahar Editores, 2ª edição, 1980.

BREMAEKER, François E. J. de. - O Município e as Migrações, Revista de Administração Municipal 159, abr/jun/1981.

BRITO, Carlos Machado. - Loteamento na periferia metropolitana. Ciclo de Debates "E agora Rio?" - IUPERJ - Instituto Brasileiro de Administração Municipal. Comentários do debatedor Carlos Machado Brito (mimeo).

CAMARGO, Azael Rangel et alii. - Nota introdutória sobre a construção de um objeto de estudo: O Urbano. Es-

tudos Fundap, ano 1, nº 1, 1983.

CAMPOS, Francisco. O Estado Nacional. Rio de Janeiro. Livraria José Olympio Editora, 1940.

CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTO, Enzo. - Dependência e desenvolvimento na América Latina. Ensaio de interpretação Sociológica. Zahar Editores, 6a. edição; 1981.

CAVALCANTI, Themístocles. - Burocracia e Estado Moderno. Mesa redonda realizada em 25/08/1976 sob a presidência do Ministro Themístocles Cavalcanti. Revista de Ciência Política, jan/mar-1977.

• CAVALCANTI, Themístocles et alii. - Esquerda, direita e centro. Mesa redonda do Instituto de Direito Público e Ciência Política. Revista de Ciência Política. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, vol 21. p. 77-108 abr/jun-1978.

COELHO, Edmundo Campos. - A criminalização da marginalidade e a marginalização da criminalidade. Revista de Administração Pública, vol. 12, abr/jun-1978.

COSTA, Jorge Gustavo da. - Planejamento governamental - a experiência brasileira. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1971.

CUNHA, Ovídio. Diálogos com a circunstância. Academia Brasileira Maçônica de Letras. 1985

CURSO Intensivo de Pós-Graduação em Administração Pública (CIPAD). Formulação e Avaliação de Políticas Públicas (FAP). Fundação Getúlio Vargas - EBAP.

DA MATTA, Roberto A. - Carnavais, malandros e heróis. Para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 3ª edição, 1981.

DAVIS, Kingsley; BLUMENFELD, Hans; SIDENBLACH, göran; CHINITZ Benjamin; DYCKMAN, John W.; GLAZER, Nathan; SJOBERG, Gideon; BOSE, Nirmal Kumar; RODWIN, Lloyd; ABRAMS, Charles; WOLMAN, Abel, e LYNCH, Kevin. Cidades. A Urbanização da Humanidade. Nova York. Alfred A. Knopf, Inc. 3ª edição, Zahar Editores direitos adquiridos, 1977.

DINIZ, Eli; CINTRA, Antônio Octávio; BRASILEIRO, Ana Maria, e AZEVEDO, Sérgio de. - Políticas Públicas para áreas urbanas, dilemas e alternativas. Série Debates Urbanos, vl. 4, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.

ELIAS, Miguel. - Habitação: Fundamentos e estratégia. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, Editora S/A, 1980.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro, 1978. Fundação de Amparo à Pes-

- guisa do Estado do Rio de Janeiro. 1978.
- _____. Plano de Desenvolvimento Econômico e Social. 1984-1987. (Lei nº 705, de 21/12/1983). Rio de Janeiro. Imprensa Oficial. 1983, 47 p.
- _____. Secretaria Extraordinária do Trabalho e da Habitação. CEHAB-RJ - Companhia Estadual de Habitação do Estado do Rio de Janeiro. Programa Cada Família, um Lote. Rio de Janeiro. Mimeo. 1983.
- _____. Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Plano de desenvolvimento metropolitano. Rio de Janeiro, 1982.
- _____. Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - FAPERJ.- Urbanização do Interior Fluminense: Análise dos aglomerados de pequeno porte. Rio de Janeiro, FAPERJ, 1983.
- _____. Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro - FUNDREM. Plano de Desenvolvimento Metropolitano. Rio de Janeiro, 1982.
- _____. Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro. Indicadores Sociais do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, FAPERJ. 1982.
- _____. Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro. Cadernos Técnicos FAPERJ - Geografia e Estatística - 1. Rio de Janeiro, FAPERJ, 1982.
- FARIA, Vilmar. - Crescimento econômico, urbanização e pobreza: O caso de São Paulo. Estudos Fundap, ano 1, nº 1, 1983.
- FAORO, Raymundo. - Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. Porto Alegre. Editora Globo, 4ª edição, 2v, 1977.
- FRAGOSO, Heleno Cláudio. - Lições de Direito Penal: Parte Especial 2. 3ª edição. São Paulo. Bushatsky, 1977.
- FRIEDMAN, Milton. Capitalismo & Liberdade. Editora Arte Nova S/A, 1977.
- FURTADO, Celso. - O mito do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra S/A., 5ª edição, 1981.
- GEERTZ, Clifford. - A interpretação das culturas. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978.
- GOHN, Maria da Glória. - Reivindicações populares urbanas:

- um estudo sobre as associações de moradores em São Paulo. São Paulo. Autores Associados, 1982.
- GRAMSCI, Antônio. A formação dos intelectuais. Coleção 70. Lisboa. Editora M. Rodrigues Xavier. 1972.
- _____. Concepção dialética da história. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira S/A. 1978.
- _____. - Maquiavel, a política e o estado moderno. 2ª edição. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira S/A. 1976.
- GUEDES, J. Rildo de Medeiros. - A alteração de loteamentos urbanos. Rio de Janeiro. Revista de Administração Municipal: Nº 148, JUL/set-1978.
- GUERREIRO RAMOS, Alberto. - Administração e contexto brasileiro. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2ª edição. 1983.
- _____. - Administração e estratégia do desenvolvimento. Elementos de uma sociologia especial da administração. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1966.
- GUIMARÃES, Alba Zaluar. - Desvendando máscaras sociais. Rio DE Janeiro. Livraria Francisco Alves Editora S/A 2ª edição, 1980.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. - As classes perigosas, banditismo rural e urbano. Rio de Janeiro, Edições Graal 1981.
- _____. - A crise agrária. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 1979.
- HUSSERL, Edmundo. - Investigações lógicas: sexta investigação: elementos de uma elucidação fenomenológica do conhecimento. São Paulo, Abril Cultural, 1980
- IANNI, Octávio. - Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930/1970). Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 3ª edição. 1979.
- KACOWICZ, Mateus (colaborador); BRASILEIRO, Ana Maria; MELLO, Diogo Mordello de; SILVA, Fernando A. Rezende da; TOLOSA, Hamilton C.; VIANNA JUNIOR, Hélio; MAGALHAES, J. P. Almeida; BARAT, Josef; PRADO, Lafayette; BERNARDES, Lysia; BATISTA, Maurício Nogueira; GEIGER, Pedro Pinchas, e SEELENBERGER, Sérgio H. - Desenvolvimento e política urbana. Rio DE Janeiro, 1976.
- KOWARICK, Lúcio. - A espoliação urbana. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1979.
- KOYRÉ, Alexandre. - Do mundo fechado ao universo infinito. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1979.
- LABORIT, Henri. - L'Homme et la Ville. Paris, FLAMMARION. 1971.

- LAFER, Celso. - Estado e Sociedade no Brasil: Problemas de planejamento. Revista Argumento. Ano 1, nº 2, 1973.
- LEAF, Murray J. - Uma história da antropologia. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1981.
- LEEDS, Anthony, e LEEDS, Elizabeth. - A sociologia do Brasil urbana. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1977.
- LESSA, Carlos. - A importância da empresa estatal no Brasil. Palestra proferida no dia 16 de junho de 1983, no Auditório de FURNAS. Rio de Janeiro (memio).
- LODDER, Celsius A. - O processo de crescimento urbano no Brasil. Pesquisa e Planejamento econômico, 7(2), 459 e 476. Rio de Janeiro, ago-1977.
- LONGO, Carlos A. - Finanças governamentais num regime federativo: considerações sobre o caso brasileiro. Revista Planejamento Econômico. Rio de Janeiro, 12(3), 851 e 892, dez-1982.
- LOWY, Michael. - Método dialético e teoria política. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1975.
- MACHIAVELLI, Niccoló. - O príncipe. São Paulo. Livraria Editora Ltda. 1977.
- MACPHERSON, C. B. - A democracia liberal: origens e evolução. Rio de Janeiro. 1978.
- MARKUS, Gyorgy. - Teoria do conhecimento no jovem Marx. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra. 1974.
- MARX, Karl. - O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra. 3ª edição. 1977.
- MELLO, Diogo Lordello de. - Administração Urbana: Sistema e Diagnósticos. Rio de Janeiro, IBAM. Serviço Editorial. 1978.
- _____. - O fenômeno urbano no Brasil. Instituto Brasileiro de Administração Municipal. Rio de Janeiro. O município e o direito urbano. Rio de Janeiro. IBAM. 1974.
- MOREIRA, Ruy, e DONHA, João. - Espaço Agrário: CNBB: Documento da Terra. Revista de Cultura Vozes. 1980.
- MOTTA, Fernando C. Prestes. - Teoria Geral da Administração. Livraria Pioneira Editora. 1984. 11ª edição.
- MOTTA, Paulo Roberto. - Variáveis que condicionam o comportamento da administração pública brasileira. Revista de Administração Pública. nº 4. out/dez-1977.
- NEVES, Rogério Aroeira, e SANTOS, Carlos Nelson F. dos. - Um tema dos mais solicitados: Como e o quê Pesquisar em Favelas. Revista de Administração Municipal. nº 161. out/dez-1981.

- NUNES, Guida. - Rio, metrópole de 300 favelas. Petrópolis, Editora Vozes Ltda. 1976.
- OLIVEN, Ruben George. - Urbanização e mudança social do Brasil. Petrópolis. 2ª edição. Editora Vozes Ltda. 1982.
- PERLMAN, Janice. - O mito da marginalidade. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra. 1977.
- PESSOA, Álvaro. - Direito do urbanismo - uma visão sócio-jurídica. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos Editora S/A. Instituto Brasileiro de Administração Municipal. 1981.
- _____. - Direito Urbanístico e Construção Habitacional. Revista de Administração Municipal. nº 147, abr/jun-1978.
- _____. - Aspectos jurídicos-institucionais do uso do solo urbano. Revista de Administração Pública. vl. 12, abr/jun-1978.
- POGGIESE, Héctor Atílio. - Condomínios em Áreas de Favelas. Revista de Administração Municipal. nº 165, out/dez-1982.
- _____. - Projeto Rio: análise de uma experiência de Planejamento Participativo. Cadernos EBAP nº 7.
- POLANYI, Karl. - A grande transformação. As origens da nossa época. Rio de Janeiro. Editora Campus. 1980.
- PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. - Bairros e Municípios do Rio de Janeiro. 1981.
- _____. - Plano Urbanístico Básico da Cidade do Rio de Janeiro - PUB-RIO. Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral. 1977.
- REZENDE, Fernando. - A Repartição de Encargos Públicos na Federação Brasileira. Revista de Finanças Públicas nº ____.
- REZENDE, Vera. - Planejamento urbano e ideologia. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira. 1982.
- ROBINSON, Joan. - Desenvolvimento e subdesenvolvimento. Rio DE Janeiro, Zahar Editores. 1981.
- ROCHA LAGOA, Paulo F. - Observações sobre a Aquisição de Imóveis por Favelados. Revista de Administração Municipal. nº 165. out/dez-1982.
- _____. - O que se Espera de uma Lei Federal de Desenvolvimento Urbano. Revista de Administração Municipal. nº 166. jan/mar-1983.
- ROMANI, Carlos Manuel R. - O déficit habitacional no Estado do Rio. Revista de Administração Municipal. nº 147. abr/jun-1978.

- SABOYA, Hélio. - Justiça Social e uso do solo urbano. Rio de Janeiro. Publicações da OAB/RJ. Série Teses e Documentos. Tese apresentada na IX Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil. Florianópolis-SC, maio-1982.
- SAHLINS, Marshall. - Cultura e razão prática. Rio de Janeiro Zahar Editores. 1979.
- SAMPARELLI, Celso Monteiro. - Uso do solo urbano e direito de propriedade. Estudos Fundap, ano 1, nº 1, 1983.
- SANTOS, Alexandre Carlos de Albuquerque. - Planejamento Participativo na Ordem do Dia. Revista de Administração Municipal. nº 161. out/dez-1981.
- SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. - Movimentos urbanos no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Zahar Editores S/A. 1981.
- _____, e CAVALLIERI, Paulo Fernando. - Como via a pesquisa urbana brasileira?. Revista de Administração Municipal. nº 154. jan/mar-1980.
- _____. - A desordem é só uma Ordem que Exige uma Leitura mais atenta. Revista de Administração Municipal. nº 165. out/dez-1982.
- SANTOS, Milton. - A urbanização desigual. A especificação do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos. Petrópolis. Editora Vozes Ltda. 1980.
- SCHMIDT, Benício Viero. - O Estado e a Política Urbana no Brasil. Porto Alegre. Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. L & PM. 1983
- SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA (SESI) - Departamento Nacional. Manual de Pesquisa. Subdivisão de Informação-Serviço de Divulgação. 1981.
- SHLUGER, Ephim. - Seminário de Política na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Painel V: Favelas: Instituto de Arquitetos do Brasil. 1982.
- SILVA, Golbery do Couto e. - Planejamento Estratégico. Brasília. Editora Universidade de Brasília. 2ª edição. 1981.
- _____. - Conjuntura Política Nacional. O Poder Executivo e Geopolítico do Brasil. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora. 3ª edição. 1981.
- SILVA, José Afonso da. - Direito urbanístico brasileiro. Rio de Janeiro. Editora Campus. 1979.
- SILVA, L. A. Machado da (organizador); RIBEIRO, Luiz Cezar de Queiroz; VETTER, David M.; MASSENA, Rosa Maria R., e PESSÔA, Alvaro. Série Debates Urbanos. Solo urbano. Tópicos sobre o uso da terra. Rio de Janeiro. Zahar Editores. 1982.

- SOUZA, Nelson Mello e. - Dialética do Irracionalismo. Editora Nova Fronteira. 1985.
- TOLOSA, Hamilton C. - Desenvolvimento urbano no Brasil: uma interpretação econômica. Revista de Administração Pública. vol. 12. abr/jun-1978.
- VALLADARES, Lícia do Prado; SANTOS, Carlos Nelson F. dos; ROLNIK, Raquel; BONDUKI, Nabil Georges, e ALMEIDA, Roberto Schmidt de. - Repensando a habitação no Brasil. Série Debates Urbanos. vol.3. Rio de Janeiro. 1983.
- VALLADARES, Lícia do Prado. (organizadora); SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos; CHINELLI, Filippina; LIMA, Maria Helena Beozzo de; BLANK, Gilda; BRANDÃO, Maria de Azevedo; BLAY, Eva Alterman; MEDINA, Carlos Alberto de, e BOLAFFI, Gabriel. - Habitação em questão. Rio de Janeiro. 2ª edição. Zahar Editores. 1981.
- _____. - Passa-se uma casa. Rio de Janeiro. 2ª edição Editora Zahar. 1980.
- VELHO, Otávio Guilherme (organizador); SIMMEL, Georg; PARK, Roberto Ezra; WEBER, Max; WIRTH, Louis; LAUVE, P.H. Chombart de. - O fenômeno urbano. Rio de Janeiro. Zahar Editores. 4ª edição. 1979.
- VENÂNCIO FILHO, Alberto. - A intervenção do Estado no domínio econômico - o direito público econômico no Brasil. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas. 1968.
- VETTER, David Michael, e RZEZINSKI, Henrique Costa. - Política de uso do solo: Para quem? Rio de Janeiro. Revista de Administração Municipal. nº 153. out/dez-1979.
- _____. - Uso do solo e distribuição da renda. Revista de Administração Municipal. nº 133. nov/dez-1975
- VILELA, Teotônio, e MAGALHÃES, Raphael de A. - Projeto Brasil. Brasília. Senado Federal. Centro Gráfico. 1978.